



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 26 de fevereiro e 1 de março de 2021

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 – Análise e Votação de Atas: -----

----- 1.1– Ata da 4ª. Sessão Ordinária, de 30 de setembro de 2020;-----

----- 1.2– Ata da 3ª Sessão Extraordinária, de 30 de outubro de 2020;-----

----- 1.3– Ata da 5ª Sessão Ordinária, de 21 de dezembro de 2020.-----

----- 2 – Período de Antes da Ordem do Dia; -----

----- 3 – Período da Ordem do Dia: -----

----- 3.1 – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades de 2020 da CPCJ de Águeda;-----

----- 3.2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Alteração modificativa nº 1;-----

----- 3.3 – Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para:-----

----- 3.3.1 – Aquisição de produtos desinfetantes e estabilizadores da qualidade da água das piscinas municipais e análises microbiológicas e físico-químicas; -----

-----3.3.2 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado instalados em Edifícios Municipais e Edifícios Escolares;-----

----- 3.3.3 – Despesas Plurianuais. -----

----- 3.4 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro às Freguesias para aquisição, aluguer ou manutenção de tratores e máquinas agrícolas ou florestais; -----

----- 3.5 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias para atribuição de Apoio Financeiro;-----

----- 3.6 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração das Adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados em 2019 com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima e a União das Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- 3.7 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração das Adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados, em 2019 e 2020, com a Freguesia de Aguada de Cima, e em 2020, com as Uniões de Freguesias de Águeda e Borralha, Recardães e Espinhel e Travassô e Óis da Ribeira;**-----

----- 3.8 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesias;**-----

----- 3.9 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo para execução de projeto no âmbito do Orçamento Participativo de Águeda;**-----

----- 3.10 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação das Adendas aos Contratos Interadministrativos n.º 89/2016, 90/2016, 91/2016 e 115/2017 e anexas à Proposta ao Executivo n.º 256/2020 - Transporte Escolar;**-----

----- 3.11 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para Transporte de Alunos e Refeições;**-----

----- 3.12 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Toponímia de Rede Viária da Freguesia de Macinhata do Vouga;**-----

----- 3.13 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de cessação do Contrato-Programa N.º 248/2017 e da adenda 118/2019 e aprovação dos Contratos-Programa no âmbito da cedência de instalações do Centro de BTT de Águeda ao Clube de BTT de Águeda e ao Clube Desportivo Águeda Bike Friends;**-----

----- 3.14 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio à ATIVAMAIS - Associação para a Promoção da Atividade Física, Saúde e Bem-Estar pela dinamização do Centro Municipal de Marcha e Corrida de Águeda;**-----

----- 3.15 – **Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do preço de venda de lotes no Parque Empresarial do Casarão durante o ano de 2021;**-----

----- 3.16 – **Apreciação da informação escrita do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**-----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Brito António Rodrigues Salvador, que saudou os presentes, bem como os Senhores Deputados e Vereadores que acompanham pelos meios digitais, todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, desejando a todos um excelente trabalho. Aproveitou para agradecer o esforço desempenhado por todos os funcionários do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Município e do Centro de Artes, a disponibilidade e o desempenho que demonstraram para tornar possível levar a efeito esta sessão.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que esta era uma Assembleia que iria decorrer em formato misto, isto é, estariam presentes alguns Deputados e Vereadores através das plataformas digitais.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz e Daniela Carina Mendes.** -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Juntos; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares – PS; -----

----- João Carlos Fernandes Figueiredo – Juntos; -----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – Juntos; -----

----- Marlene Domingues Gaio – PSD; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----

----- Pedro Miguel Alpoim Marques – Juntos; -----

----- Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD; -----

----- Armando Paulo de Almeida Galhano – Juntos; -----

----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS; -----

----- Isabel Cristina Correia Ferreira – PS; -----

----- Daniela Carina Mendes – Juntos;-----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; -----

----- Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo – Juntos; -----

----- Jorge Miguel Santos Melo – PS; -----

----- Humberto José Tavares Moreira – Juntos; -----

----- Ana Rita Brito Carlos – PSD; -----

----- Maria João Marques Tavares – Juntos; -----

----- Elisa Maria Pires de Almeida – PS; -----

----- Maria de Fátima Sampaio e Silva – PSD; -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----

----- Albano Marques Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----

----- Jorge Manuel Castanheira Martins – PUF de Águeda e Borralha; -----

----- Wilson José Oliveira Dias Gaio - PUF de Barrô e Aguada de Baixo;-----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
----- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques - PJ de Macinhata do Vouga; -----
----- Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----
----- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----
----- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
----- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
-----Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----

----- Edson Carlos Viegas Santos – Juntos – Vereador; -----
----- João Carlos Gomes Clemente – Juntos – Vereador; -----
----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – Vereador; -----
----- António Manuel Gama Duarte – PS – Vereador; -----
----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – PSD – Vereador; -----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----
----- O Deputado António Jorge Pereira de Oliveira comunicou que por motivos profissionais não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Jorge Miguel Santos Melo; o Deputado Rogério Magalhães Matias, comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo; o Deputado Abílio Ferreira Gomes da Silva comunicou que também não poderia estar presente, sendo substituído por Armando Paulo Almeida Galhano.-----

-----Análise e Votação de Atas -----

----- **1.1. Ata da quarta Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2020;** -----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quarta Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2020, sido **aprovada por maioria** com um voto contra e uma abstenção do Grupo Municipal do PSD. -----

----- **1.2 – Ata da terceira Sessão Extraordinária, de 30 de outubro de 2020.**-----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da terceira sessão ordinária de 30 de outubro de 2020, sido **aprovada por maioria** com um voto contra do Grupo Municipal PSD-----

----- **1.2 – Ata da quinta Sessão Ordinária, de 21 de dezembro de 2020.**-----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quinta sessão ordinária de 21 de dezembro de 2020, sido **aprovada por unanimidade.**--

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Neste ponto foram feitas as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Meu nome é **Francisco Marques Vidal**, sou da Freguesia de Águeda e Borralha.-----

----- Antes de começar penso que seria pertinente relembrar alguns factos históricos que fazem parte da riqueza da nossa terra, do nosso património e de todos os cidadãos com o contexto histórico, a ponte velha sobre o rio Vouga.-----

----- Esta ponte fazia parte de uma estrada que se chamava Nacional Nº 1, não há dúvidas que seria uma barbaridade cultural e de uma imaturidade democrática a destruição da ponte velha sobre o rio Vouga. Questiono o Senhor Presidente e o seu Executivo, existirá argumentação possível para destruir um património? O Senhor Presidente e o seu Executivo referiu que pretendia avançar com um estudo para a demolição da estrutura que resta, quando era Vice-Presidente da Câmara. Qual é o fundamento deste estudo? Porque não reconstruí-la? Porque não apresentar uma proposta para classificar a ponte como monumento nacional, como a de S. Gonçalo, em Amarante, a ponte Velha, em Vizela ou a ponte Cabril, tantas outras por esse país fora.-----

----- Senhor Presidente isto são argumentos, valores que sustentam a possibilidade de apresentar uma proposta para classificar a ponte velha sobre o rio Vouga como monumento nacional, porque não recorrer às entidades competentes, como a Direção Geral do Património Cultural ou o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, cuja missão é precisamente a gestão e salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens pelo que o seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integram o património cultural, arquitetónico, arqueológico classificado do país.-----

----- Senhor Presidente e seu Executivo existem procedimentos concursais, é só o Executivo da Câmara Municipal ter vontade e tentar, há valores que não podem ser meramente ocultados e apagados, existe o interesse do bem em questão como testemunho notável, vivências ou factos históricos, assim como o seu valor singular e simbólico, a partir do momento que a ponte passa a fazer parte da paisagem urbana torna-se uma referência visual que integra a comunidade e a entidade do espaço que todos usufruem. -----

----- O seu valor histórico, artístico, estético e técnico, como a sua concessão arquitetónica e urbanística é importante para a população de Macinhata, de Valongo, de Lamas do Vouga, aquela ponte a nível da sua mobilidade.-----

----- Devemos construir e não destruir, os ditadores que querem apagar a história, vamos fazer o que ainda não foi feito, reconstruir a ponte sobre o rio Vouga.”-----

----- “Meu nome é **Cláudia Afonso**, resido na União de Freguesias de Recardães e Espinhel.-----

----- Esta semana tivemos uma boa notícia para a nossa Pateira, finalmente, depois de tantas denúncias que fizemos sobre a poluição, depois de tanta insistência junto do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Governo, para que algo fosse feito para preservar aquele ecossistema tão rico, obtivemos uma resposta francamente animadora por parte do Governo que nos diz que em 2021, já começou a ser preparado um programa de monitorização das águas da Pateira.-----

----- Nós ficamos contentes, mas acima de tudo queremos que isto seja mesmo implementado na prática, e portanto que não passe só de intenções e queremos acompanhar todo este processo e ver se realmente são tomadas as diligências anunciadas, para isso, precisamos de saber em que ponto de situação é que se encontra aqui o apoio dado ao Município nesse âmbito e perguntamos, neste caso, ao Executivo se houve algum apoio, alguma verba disponibilizada pelo Ministério do Ambiente, pelo Governo para melhorar a situação da Pateira, e se houve, de quanto é que foi essa verba?-----

----- Também aqui uma chamada de atenção para duas situações, aliás três, em termos de vias, voltamos à situação da zona da Bicha Moura que continua a causar bastante incómodo para quem tem que se deslocar para lá e também a rua da Horta Velha, na Borralha, que continua a precisar de alguma atenção pelo que nos foi narrado. Às vezes mais do que o incómodo causado, o que custa mesmo é as pessoas sentirem que não são lembradas, que são ignoradas e que não são informadas do ponto da situação sobre as coisas que as afetam, portanto é melhor tomar atenção a estas situações.-----

----- Já agora, também, em Macinhata do Vouga, há uma situação que começa a incomodar e a preocupar bastante os moradores, desde algum tempo, que tem a ver com a interseção da rua 1ª. de Maio com a rua da Fundição, onde quando chove se acumula bastante água e há perigo de aquaplanagem, é muito difícil para os peões circularem e passarem mesmo nas bermas e há concentração constante de água junto do muro que fica ali na interseção de uma propriedade privada e o dono tem que estar constantemente a pintar, no final do Inverno, o muro porque todos os anos acaba por acontecer o mesmo, se puder dar uma atençãozinha a essa situação também agradecemos.-----

----- Já agora, também, o Bloco de Esquerda tem acompanhado a forma como o Município comunica, durante a pandemia e já antes fazia. Relembramos que, no início da pandemia era possível vermos anúncio, por exemplo, número de telefone ou outro meio de comunicação que permitisse a munícipes em situação de dificuldade, de saúde mental com algumas fragilidades, etc, eram disponibilizados contactos para onde essas pessoas podiam recorrer caso precisassem. Ultimamente não se tem verificado já de alguns meses para cá, nenhum incentivo nesse aspeto procurar ajuda porque ela existe e como, portanto perguntamos se o Executivo não acharia importante continuar a reforçar essa disponibilidade dos serviços, na área da saúde mental e de apoio social, já agora, se nos sabe informar se houve decréscimo ou aumento da procura nesses serviços.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “A todos apresento-me **Manuel Moutinho Cardoso**, administrador do In Gold Hotel & Spa, em Águeda, na rua Manuel de Sousa Carneiro.-----

----- A nossa intervenção pública nesta Assembleia tem como objetivo sensibilizar os seus membros para o estado caótico que envolve os acessos ao Hotel In Gold & Spa, desde há um ano a esta data, em especial a rua Manuel de Sousa Carneiro, impedida e limitada a circulação, somente a moradores, tendo sido colocado uma folha A4 a indicar que era permitido o acesso ao hotel, que rapidamente desapareceu.-----

----- A rua António Ribeiro de Matos e a rua António Brinco da Costa, também estão em obras há mais de um ano, ou seja, o hotel neste momento não tem uma única rua decente de acesso.-----

----- Os clientes visitantes de Águeda têm reclamado a situação dos acessos, da falta da sinalética indicativa do Hotel In Gold, pois, apesar de já ter sido requerida à Câmara, esta ainda não foi colocada nas placas direcionais da cidade. De resto a única sinalética oficial de Hotel, só encaminha para o Hotel Conde d’ Águeda com várias placas direcionais nos numerosos cruzamentos.-----

----- Este tratamento discriminatório vai contra a lei da livre concorrência e apesar de ter sido amplamente pedido, nas reuniões havidas com a Câmara Municipal, não tivemos qualquer resposta, nem positiva, nem negativa.-----

----- De resto, temos tido várias reclamações de turistas e clientes devido a esta situação dos acessos e sinalética indicativa dos hotéis que consideramos ser uma obrigação da Câmara Municipal como é em cidades com centenas de hotéis, não se compreende que numa cidade em que só há dois hotéis, o único que é indicado é o Hotel Conde d’ Águeda que representa vinte e três por cento da oferta hoteleira e o In Gold Hotel que representa setenta e sete por cento de oferta hoteleira, não tem qualquer placa indicativa direcional a dizer “Hotel” e as três ruas que o servem têm sentidos proibidos, exceto a moradores.-----

----- De referir, ainda, que o Hotel In Gold tem Spa, salas de reunião, salões de festas, restaurante e bar, representado um investimento de mais de oito milhões e meio de euros, dando emprego a mais de trinta pessoas e em termos de emprego indireto a mais de duzentos e cinquenta pessoas, empresas de animação turística, agências de viagem, empresas de limpeza, fornecimento de alimentos, manutenção de transportes de passageiros, empresas de tecnologia de informação, etc.-----

----- Durante o recente período pandémico em estado de emergência, fomos o único hotel aberto na cidade de Águeda com a noção de que tínhamos que prestar um serviço ao público, nomeadamente clientes que se deslocam para apoio ao tecido comercial e industrial de Águeda, médicos, enfermeiros, funcionários do Estado, funcionários liberais, etc.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- O investimento foi considerado de utilidade pública e de interesse concelhio, conforme publicação em Diário da República e não se compreende a situação a que se chegou, sentimos que estamos rodeados de lama, poeiras, lixo, sem qualidade ambiental nenhuma e parece que estamos no meio da Bósnia, são montes de terra por todo o lado, montes de paralelos a interromper os nossos acessos, barulho de obras a partir da madrugada sem respeito pelos hóspedes.-----

----- Infelizmente esta situação tem acarretado uma crítica constante por parte dos nossos visitantes da cidade de Águeda.-----

----- De repente a pacata encosta de S. Pedro transformou-se num estaleiro sem fim à vista, há mais de um ano, denegrindo a imagem da cidade que quem nos visita que mesmo em pandemia foram mais de quinze mil hóspedes.-----

----- Vimos assim solicitar mais cuidado com o horário das obras, sinalética orientativa para os clientes que nos visitam, cumprimento das regras legais das obras nas vias públicas que não estão a ser respeitadas e que já originaram situações de eminentes acidentes.-----

----- De referir ainda que, a Manuel de Sousa Carneiro, em frente ao Hotel, tem as três iluminárias públicas apagadas.-----

----- O Hotel In Gold vem também lamentar que esteja a ser atacado nos jornais com ameaças de processos milionários contra a sua sociedade proprietária e dizer à Assembleia que teve que recorrer aos Tribunais para repor a legalidade e que o processo nada tem a ver com vistas, a obra começou em frente ao Hotel, sem licença, sem placa obrigatória de informação do processo urbanístico e licenciamento de modo a permitir a audição dos interessados e as suas atempadas reclamações.-----

----- Antes de avançar para o Tribunal, pediu por escrito informações sobre o processo à Câmara Municipal, em ofício dirigido ao Senhor Presidente, do qual não obteve resposta, tendo sido obrigada a recorrer ao Tribunal de Aveiro para obter o processo de licenciamento da obra que tinha dado início à frente da sua propriedade.-----

----- Pediu ainda uma reunião ao Senhor Presidente da Câmara, onde teve ocasião de reclamar das ilegalidades que considerou existirem no referido processo, onde lhe foi permitido verificar as mesmas.-----

----- Na ausência de resposta o Hotel In Gold teve que recorrer ao Tribunal Administrativo de Aveiro para repor a legalidade e fazer valer os seus direitos.-----

----- O Hotel In Gold vem reiterar o seu propósito continuar a lutar pelo bom nome da cidade de Águeda, ajudar a construir o destino Águeda, divulgar a gastronomia, as tradições das suas gentes, as suas belezas naturais, a sua cultura, as suas atividades económicas junto de operadores turísticos nacionais e internacionais.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- O Hotel tem capacidade anual de hospedagem de sessenta e duas mil dormidas, isto dá vez e meia a população da cidade, e quer contribuir para consolidar a oferta de alojamento na Região da Bairrada, Baixo Vouga e Região Centro.-----

----- O Hotel saúda como positivos todos os eventos para dinamizar o turismo em Águeda, como o AgitÁgueda, os Pais Natais, a Festa do Leitão, o Campeonato do Mundo de Motocross, a Volta a Portugal em Bicicleta e os vários congressos e eventos que atraem tantos visitantes à nossa querida cidade de Águeda.-----

----- Com a mensagem de esperança de que esta pandemia passe depressa, solicitamos assim a boa vontade do Executivo Camarário em trabalhar connosco a bem do desenvolvimento turístico de Águeda.-----

----- Solicitamos também às Juntas de Freguesia que nos desafiem para apresentar os sabores e os saberes das nossas gentes, da Serra à Pateira, dinamizando assim os nossos interesses comuns de sustentabilidade económica e ambiental, que o Hotel e os nossos jovens tanto precisam.-----

----- Agradecendo desde já o tempo despendido, faço votos para que a envolvente e acessos melhorem urgentemente, pois já basta os prejuízos que o vírus traz a toda a economia da cidade.”-----

----- **José Vidal**, União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas.-----

----- Hoje queria-me dirigir aqui ao Senhor Presidente, ele não está, mas de qualquer maneira vou-me dirigir a ele, ficará gravado e aguardarei as respostas que vem entender e que sejam transmitidas aos Senhores Deputados.-----

----- A primeira pergunta tem a ver com uma pergunta que já aqui fiz na sessão anterior e que não me foi respondida. Perguntei ao Senhor Presidente qual foi a razão que o levou a incumprir um contrato com a Comissão Nacional da CPCJ, em que tinha que ceder transportes e durante dois anos não permitiu que cinco dos técnicos não usassem o transporte.-----

----- O Senhor Presidente teve a indelicadeza de dizer que eu era do Partido Socialista, o que é verdade, que a Presidente da Comissão da CPCJ é do Partido Socialista, o que é verdade, e que estaríamos como tal a controlar possivelmente, seria a ideia dele, a CPCJ.--

----- O Senhor Presidente revela um desconhecimento total do que é que é a CPCJ, também não admira porque está há pouco tempo no cargo e portanto não terá ainda conhecimento do que o que é que é a CPCJ.-----

----- A CPCJ rege-se simplesmente pela lei, não há influências políticas, religiosas, rácicas ou outras quaisquer que possam alterar o cumprimento da sua função.-----

-----Tendo em atenção isso, e já depois da última reunião desta Assembleia, houve uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

reunião com o Senhor Presidente, a CPCJ e a Senhora Vereadora, nessa reunião chegou-se a um acordo de dar um cartão único para que os membros da CPCJ pudessem guiar os veículos da Câmara.-----

----- Essa proposta tem mais de um ano, feita pela CPCJ e portanto continuamos sem compreender porque é que durante dois anos o Senhor Presidente Jorge Almeida e a Senhora Vereadora Elsa Corga prejudicaram a ação dos membros da CPCJ e as suas funções, portanto a pergunta é a mesma, gostaríamos de saber, gostaria que fosse transmitido aos Senhores Deputados Municipais, qual a razão que os levaram, aos dois, a não facultar e não cumprir o contrato que têm com a Comissão Nacional? -----

----- A segunda pergunta dirige-se diretamente também ao Senhor Presidente Jorge Almeida e à Senhora Vereadora Elsa Corga, portanto poderá ser respondida mal possam ou não ou se assim o entenderem, no exercício de cargos públicos tem que haver total transparência na gestão dos bens públicos e nas ações que nós desenvolvemos, neste momento, nunca devemos deixar que passem informações boca a boca de boatos e que venham a prejudicar a sua ação, a pergunta é muito objetiva que sei que podem dar e devem dar na defesa, não só da sua dignidade, como de todos aqueles que aqui estão e todos os munícipes de Águeda que têm direito a conhecer a verdade e não embarcar em diz-se, diz-se, a pergunta é: Senhor Presidente da Câmara, Jorge Almeida, Senhora Vereadora, Elsa Corga, tomaram ou não a vacina anti - COVID? Porque não pode nunca um Presidente da Câmara ou uma Vereadora, ou seja quem for viver com essa dúvida quando exerce cargos públicos, acho que não, os Senhores têm a palavra, devem negar e não permitir que seja o vosso nome posto em causa.”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vice-Presidente -----

----- “Vou tentar responder a todos, se faltar alguma coisa, estou disponível para voltar a falar.-----

----- Senhor Francisco Vidal, o património de facto é para nós também importante e logicamente se houver e estamos à procura de financiamento, se houver hipótese de financiamento com a abertura de linhas de crédito do QRENE e outras que possam aparecer, nós iremos avançar com o projeto. O projeto está mais ou menos definido, é a recuperação daquela ponte e se houver financiamento nós vamos lá, agora se não houver financiamento digo-lhe já que não está na perspetiva da Câmara podermos avançar com a recuperação daquela obra.-----

----- Cláudia Afonso, antes demais quero deixar já uma palavra ao Bloco de Esquerda porque de facto tem tido um papel importante na fiscalização daquilo que tem acontecido na Pateira, sei muitas das vezes as queixas que vocês têm feito e sei também que houve uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

resposta finalmente do Governo, em relação a algumas das queixas que vocês tinham colocado, portanto aí agradecer-vos porque sem fiscalização, sem ajuda de todos, nós sozinhos não conseguimos lá fazer nada e sabemos que a poluição é um dos problemas da Pateira, é algo que estamos atentos, não temos forma, e muitas vezes a burocracia é tão grande, as queixas são tantas e a fiscalização é tão pouca que de facto é um problema muito difícil de conseguirmos resolver, agradecemos também por isso, vocês têm tido um papel importante nessa fiscalização.-----

----- Dizer-vos também que sobre as situações das obras, o problema das obras é em todo o lado, os empreiteiros atrasam-se, a obra da estrada junto ao hotel, esta semana mesmo tive uma conversa com o empreiteiro, estive mesmo para lhe dizer e cheguei a empatar-lhe, digamos assim, alguns dos pagamentos de faturas que ainda estariam para pagar e que não foram pagas, por minha indicação, de forma a fazê-lo chegar à Câmara para lhe chamar atenção que não pode continuar assim. O que me foi prometido foi que a obra iria arrancar agora com o bom tempo, ia arrancar com a força toda, vamos ver se o mais rapidamente possível se fica concretizada, é uma ambição de todos.-----

----- Senhor Manuel Cardoso, nós temos sido e fomos parceiros do vosso projeto desde o início, sei que quando o hotel abriu e quando teve a licença finalmente, tive uma reunião com, penso que foi com o diretor do hotel, alguém que estava a dirigir o hotel na altura, e disponibilizámos-nos para que na ótica do turismo, pudéssemos criar parcerias e continuou a manter essa parceria, a manter essa abertura.-----

----- Para a semana, vi que há aqui alguns pontos, dois ou três, que facilmente podem ser corrigidos, a sinalética, a situação de também criarmos outras parcerias a divulgação e mesmo com esta pandemia criar eventos que possam dinamizar o vosso hotel, porque sem hotéis em Águeda não vale a pena fazermos tantos eventos turísticos se não temos onde colocar as pessoas, isto acontecia há uns tempos antes do vosso hotel aparecer, nós investíamos no AgitÁgueda e noutros eventos e depois sabíamos que as pessoas iam dormir aos hotéis nos concelhos vizinhos.-----

----- Propunha que na próxima semana estou disponível para que possa ir lá à Câmara, você ou quem entender, para que possamos resolver estes pequenos pormenores.-----

----- Em relação à obra que refere, em frente do hotel, essa não me vou pronunciar porque acho que não é o sítio para me pronunciar sobre ela, acho que isso vai ser respondido na altura certa, foi respondido também pela via judicial, penso que é isso que está, para a semana também poderemos ver o ponto da situação disso, se entender.-----

----- Senhor José Vidal, dirigiu as perguntas quase todas ao Senhor Presidente, ele não está cá, mas uma coisa lhe posso dar já a resposta, à segunda pergunta que faz, a Dr^a. Elsa e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Enfermeiro Jorge Almeida não tomaram qualquer vacina.-----

----- Penso que em termos gerais respondi, porque também já são questões que já vieram cá várias vezes, já foram respondidas várias vezes, todos nós percebemos as vossas preocupações, percebemos aquilo que vocês estão a tentar dizer, a forma como o dizem também, às vezes não é a forma mais agradável, mas estamos cá para trabalhar em conjunto. Aqui deixo só o repto que continuarei a trabalhar para que os vossos assunto e os vossos problemas sejam resolvidos.”-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “O PSD vem apresentar uma pequena moção que tem a ver com a questão da vacinação em si, mas não quer antes disso deixar de dizer duas ou três palavras, para fazer a introdução à moção e depois passarei a ler a moção.-----

----- Começou finalmente o processo da vacinação em Águeda para os maiores de cinquenta anos e para os maiores de oitenta anos não institucionalizados, penso que começará esta parte no domingo.-----

----- Começamos por dar os parabéns à União de Freguesia de Recardães e Espinhel, pelo excelente trabalho que está a fazer e por todo o apoio que tem dado neste processo.-----

----- Sabemos que este processo correu muito depressa nos últimos dias e sabemos que houve algumas dificuldades para pôr tudo em marcha, esperamos obviamente que tudo corra bem e tudo faremos para ajudar para que tudo corra bem, mas não podemos deixar, antes da própria moção, de dar aqui algumas notas sobre todo o processo e deixar na própria moção algumas propostas.-----

----- Vamos às notas:-----

----- Esta operação da vacinação é a maior operação logística que houve nos últimos anos em Águeda e garantidamente a maior operação em que eventualmente a Proteção Civil terá que estar envolvida, não nos podemos esquecer que é uma operação de vacinação em massa, que se pretende vacinar quase cinquenta mil pessoas, num período curto o mais tempo possível, de acordo com a vinda das vacinas.-----

----- Quanto à questão da vacinação em si propriamente dita, isso deixo para os técnicos, temos excelentes técnicos de saúde no nosso concelho e de certeza absoluta que farão um grande trabalho, estamos habituados a que os nossos profissionais de saúde façam esse trabalho no nosso concelho.-----

----- Mas esta operação é muito mais que a própria vacinação em si, é uma operação logística de grande envergadura, aliás já a nível nacional houve mudanças porque é uma operação muito complicada e deixem que vos diga, a este nível penso que é possível que as coisas poderiam ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

rumos diferentes.-----

---- Primeira nota importante sobre isto:-----

---- Entendo que se ao nível da vacinação os técnicos o farão em condições, ao nível da componente logística o Município tem uma palavra fundamental a dizer, é o Município que conhece melhor a sua área; é o Município que tem os melhores meios para apoiar; é o Município que tem os seus Presidentes de Junta que ainda hoje todos eles, receberam listas de pessoas para contactarem em termos imediatos, para amanhã, e são os nossos Presidentes de Junta e as nossas Freguesias que estarão no terreno a fazer este apoio, porque se estivermos à espera dos contactos em termos centralizados, metade da população não tem acesso a estes contactos, esta metade da população é a metade da população inicial a ser vacinada.-----

---- Foi escolhida Recardães, já elogiei a União de Freguesias de Recardães, mas não me parecer que esse tivesse que ser o melhor local para este processo, entendo que num processo desta envergadura e logístico, não tem nada a ver com a União de Freguesias de Recardães ou aquelas instalações, mas precisaríamos de um local muito mais centralizado, que devia ter transportes coletivos, bons acessos e um conjunto de valências para que as pessoas que possam estar à espera para a vacina ou à espera das boleias pudessem fazer outro tipo de situações.-----

---- Entendemos que está feito, está feito, mas entendemos que haviam outros lugares possíveis e basta estarmos aqui em Águeda, o Pavilhão do Ginásio Clube de Águeda, a Incubadora Cultural, vários sítios com outro tipo de transportes coletivos, com outro tipo de facilidade das pessoas terem boleias e transportes para fazerem a própria vacina, achamos que poderíamos estar melhor dentro desta situação.-----

---- Também uma nota em relação à questão de termos iniciado este processo da vacinação com a ausência do Senhor Presidente da Câmara, acho que não esteve bem nesta viagem o Senhor Presidente da Câmara.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara ausentou-se, por onze dias, do concelho, num momento em que é dito a todas as pessoas que são desaconselhadas viagens para o estrangeiro, só em caráter estritamente necessário e urgente é que o devem fazer, num momento em que o Município saberia que mais dia, menos dia, iria iniciar o seu processo de vacinação.-----

---- É verdade que somos, se calhar, a nível da região de Aveiro, o último ou o penúltimo concelho a iniciar a vacinação, mas já se tinha iniciado noutros, portanto já estávamos à espera que mais dia, menos dia, este processo fosse iniciado e a questão não se prende só com o facto de ser só o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara é o responsável máximo da Proteção Civil no concelho de Águeda e acumula estas funções com as funções da responsabilidade da área da saúde, é também o responsável pela área da saúde, portanto com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

certeza que ele nos explicará a urgência desta visita e se fosse efetivamente uma visita que não se pudesse adiar por qualquer motivo que nós desconhecemos, cá estaremos para retirar o que dissemos, mas entendemos que esta viagem devia ser adiada da parte do Senhor Presidente e este era o momento em que ele havia de estar presente aqui em Águeda, não tem nada a ver com o facto de confiar ou não confiar no resto dos Senhores Vereadores, no responsável da Proteção Civil também em Águeda que o coadjuva também nessa situação, o Vítor, e outras situações deste tipo, tem a ver que nós devemos dar os exemplos nestas situações.-----

----- Vamos então à moção de recomendação:-----

-----MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO-----

----- **O GRUPO MUNICIPAL do Partido Social Democrata , representado na ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, vem nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 33º.do regimento da Assembleia Municipal de Águeda, apresentar a seguinte MOÇÃO:-----**

----- Considerando que: -----

----- 1 – Teve início no passado dia 25 de fevereiro no concelho de Águeda o Plano de Vacinação COVID-19 destinado a pessoas de igual ou superior a cinquenta anos, com pelo menos uma das patologias assinaladas e pessoas com oitenta ou mais anos de idade; -----

----- 2 – Que para o centro de Vacinação Concelhio foram escolhidas as instalações de Recardães da União de Freguesias de Recardães e Espinhel e a Unidade de Saúde de Recardães; -----

----- 3 – Que a efetivação do Plano de Vacinação COVID-19 exige a necessidade urgente de articular vários parceiros, nomeadamente para o apoio na gestão da informação, realização de contactos telefónicos e transportes sempre que comprovadamente necessário, tais como a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Forças de Segurança, Bombeiros e Instituições Particulares de Solidariedade Social;-----

----- 4 – Que compete à Autarquia, em primeira instância, liderar e suportar toda a operação logística atinente ao Plano de Vacinação COVID-19, para que aos Cidadãos do nosso Concelho seja garantido o acesso ágil, tranquilo e confiável à vacinação.-----

----- Vem o Grupo Municipal do PSD propor o seguinte:-----

----- 1 – Que todas as despesas tidas pela União de Freguesias de Recardães e Espinhel no âmbito do Plano de Vacinação COVID-19 sejam totalmente suportadas pelo Município de Águeda, nomeadamente as despesas com a instalação e funcionamento do Centro de Vacinação Concelhio;-----

----- 2 – Que seja criada e devidamente divulgada uma verdadeira rede municipal de transportes destinada à mobilidade dos cidadãos sem meios ou possibilidades de locomoção, utilizando para tal os serviços das Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários, Cruz Vermelha e demais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Instituições Particulares de Solidariedade Social;-----

----- 3 – Que os custos das entidades que corporizam a rede municipal de transportes referida no ponto 2, supra não ressarcidos por qualquer outra entidade, sejam suportados pelo Município de Águeda.-----

----- P'LO GRUPO MUNICIPAL DO PSD NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Apenas para dizer que obviamente só poderemos concordar com o teor da moção que aqui foi apresentada pelo PSD, não obstante, não nos passar pela cabeça sequer, que todo este processo referente à vacinação no concelho, que aliás ficámos também a saber que certamente não ocorre por ordem alfabética porque se assim fosse o nosso Município não seria o último ou quase o último a ser incluído neste processo, mas de facto subscrevendo todas as preocupações que aqui foram manifestadas pelo Senhor Deputado Hilário Santos e pelo Grupo Municipal do PSD, não deixa de ser estranho e não quero acreditar sequer porque seria muito mau e seria de uma irresponsabilidade tremenda a falta de planeamento e preparação também que o próprio Município, o Senhor Presidente da Câmara não tenha já pensado e assegurado toda esta logística, toda esta preparação, por isso não quero sequer acreditar que isso está a acontecer mesmo.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Senhor Presidente esta moção é uma moção que é pertinente, que faz sentido, foi muito bem apresentada e com a qual só podemos concordar, portanto venho aqui deixar expresso, para que conste que o Grupo Municipal do CDS vai votar favoravelmente esta moção.-----

----- Queria no entanto pedir, quando houver oportunidade naturalmente voltarei aqui no período antes da ordem do dia para falar desse assunto, mas quero saber qual é a razão concreta que explica que num momento tão grave, tão drástico, da vida nacional e do concelho, sem paralelo de certeza absoluta, quase em cinquenta anos, se justifique que nesta Assembleia não esteja presente o Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **João Carlos Fernandes Figueiredo** – Juntos; -----

----- “Pela pertinência e realmente pela apresentação da moção do PSD, o Grupo Municipal Os Juntos, subscreverá e votará favoravelmente esta moção”.-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vice-Presidente -----

----- “Acho que esta moção tem tudo de atrasado, Senhor Hilário, só por uma razão muito simples, é que tudo aquilo que está nesta moção já está a ser feito pela Câmara e muito mais, é que está tudo a ser feito por esta Autarquia já desde quarta-feira e as informações que tenho é que está tudo a correr dentro da normalidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A Câmara disponibilizou-se desde o início para que todas as despesas fossem pagas pela Câmara, está aqui o Senhor Presidente da Junta de Recardães, estive com ele na quinta-feira e foi falado que haveria algumas despesas pela Junta e o que lhe transmiti foi que essas despesas fossem recolhidas e que nós depois estaríamos disponíveis para compartilhar, pagar ou até mesmo conversamos sobre mais despesas que pudessem aparecer e que não estivessem a ser contabilizadas.-----

----- Em relação aos transportes, a Câmara de Águeda disponibilizou-se logo para fazer todos os transportes dos acamados e de pessoas com mobilidade reduzida para que a Câmara suporta-se todos os custos, os transportes serão efetuados pelos Bombeiros deste concelho.-----

----- Só gostaria de acrescentar uma coisa à sua moção, não tem só a Junta de Freguesia de Recardães e Espinhel como anfitriã e está feito um trabalho fantástico, meus parabéns também por isso, mas queria aqui também deixar uma palavra para o corpo da GNR, para as outras Juntas de Freguesia deste concelho, para os Bombeiros, Cruz Vermelha e uma palavra muito especial para os elementos da Proteção Civil da Câmara Municipal de Águeda, vinte e quatro horas, quando digo vinte e quatro horas é mesmo vinte e quatro horas disponíveis para esta situação, porque se há assunto que não nos vai separar é mesmo este da vacinação e do COVID.-----

----- Todas aquelas propostas que venham no sentido de colaborar-mos e fazermos que isto seja também em Águeda, mais um exemplo para o país, estamos disponíveis para estar ao lado de quem quiser trabalhar connosco.-----

----- Agora, não há necessidade desta moção, que seja votada, não tenho nada a dizer em relação a isso, mas o que vos quero dizer é que a moção já vem atrasada, porque a Câmara de Águeda já está fazer tudo o que está nessa moção, portanto agradeço a preocupação e nesse aspeto tinha que partilhar isto com vocês.-----

----- Em relação ao Senhor Presidente estar cá ou não estar cá, ele tem estado em contacto comigo, vou-lhe dizer uma coisa, nesta parte e da forma como as coisas estão ser organizadas, na quinta-feira, disponibilizei-me, fui a Recardães e vou-lhe dizer, as coisas estão a ser mesmo bem organizadas e por quem sabe e quem deve estar no terreno, o Senhor Presidente podia estar aqui, mas estaria na mesma função como eu estive estes últimos dias, quase a fazer nada, as coisas estão a decorrer, nós temos pessoas, profissionais que estão no terreno, que estão a dar tudo o que podem e o que sabem, falta é uma coisa, isso falta a nível nacional, um pouco mais de planeamento, planeamento antecipado que nos permita a nós reagir de uma forma mais positiva e isso não é por culpa nossa, da nossa parte nós soubemos, salvo erro, na quarta-feira, era uma da tarde quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fomos solicitados para que se fizesse uma reunião com todos os Presidentes da Junta e com todas as entidades envolvidas no concelho porque iam começar as vacinações na quinta-feira, tivemos que ser nós Câmara a contactar toda a gente para que essa reunião acontecesse e aconteceu.-----

----- Peço também e a Câmara solicita ao Governo e às entidades competentes, como a Dra. Carla disse, e bem, que não acredite, pois acredito que ela não acredite, porque ela sabe que em Águeda nós cumprimos e nós não falhamos.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca desta Moção de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do partido Social Democrata, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade**.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – Juntos; -----

----- “Gostava de dar algumas palavrinhas acerca do Plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente no impacto que terá para o nosso concelho.-----

----- Estão aqui vertidos, basicamente, três grandes projetos, falo do eixo rodoviário Águeda-Aveiro, da conclusão da ligação a Perrães e à A1, ligação do PEC ao IC2.-----

----- Alguns destes projetos, nomeadamente a ligação Águeda-Aveiro, é algo que já batalhamos há muitos anos a esta parte, não tem passado, muitas vezes de promessas, muitas reuniões, mas nunca chegamos a vias de facto como estamos prestes a chegar, e muitas vezes fomos acusados de falta de peso político, algumas vezes falta de empenho, mas penso que estes projetos, quando o homem sonha e a obra nasce, o que fica no meio geralmente é o trabalho de sapa, o trabalho terreno e aquele trabalho, muitas vezes quem não está tão preocupado em colher louros das obras, mas sim preocupado com o bem estar dos cidadãos.-----

----- Existiram aqui três pilares, a congregação de três entidades, nomeadamente Câmara Municipal de Aveiro, na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Ribau, Câmara Municipal de Águeda na pessoa do Senhor Presidente, Jorge Almeida, e uma figura central, o Senhor Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, que me leva a crer que foi a primeira pessoa, além dos Municípios interessados, a querer mesmo, verdadeiramente, a querer pegar neste projeto e dar-lhe corpo, só posso estar agradecido por ter alguém que finalmente olhasse para isto como devia olhar e nos dar aquela esperança, acredito mesmo que a obra, e no ponto que as coisas estão, acredito que a obra vá avançar e que teremos luz verde para prosseguir, mas obviamente que isto é curto, não estava à espera que neste Plano de Recuperação e Resiliência viesse vertido tudo aquilo que nós precisávamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

porque jamais assim seria, mas constrange-me um pouco.-----

----- Quando nós vamos sair de uma pandemia, vamos sair em estilhaços do ponto de vista social, não só do ponto de vista económico, é óbvio que existe uma grande preocupação, até pelas medidas que nós vemos o Governo a tomar, preocupação económica, a economia está à frente da educação, das escolas, de tudo isso, e às vezes esquecemo-nos da parte social, dos danos que só vamos ver depois, e gostava de ver aqui alguns investimentos, nomeadamente na área do desporto, na área da cultura, porque serão alguns pêndulos e serão coisas extremamente importantes para que possamos sair disto, de uma forma, isto vai durar anos, vai durar décadas e há aqui danos que só daqui a dois, três, quatro, cinco anos, é que os vamos sentir e é curto, gostava de ver mais e acredito que haverá aqui uma segunda, não digo “bazuca”, não gosto desse termo “bazuca”, faz-me alguma confusão, mas acredito que haverá aqui um olhar e um refazer aqui de algumas estratégias que acho que iriam mais no sentido daquilo que nós vamos precisar daqui a algum tempo, porque também se repararmos, até um pouco a exemplo da vacinação, nós, Portugal, Governo, temos tido alguma dificuldade de reação, e se numa primeira fase parecia que estava tudo controlado, isto tem sido um pouco gerido navegação à vista.-----

----- Nós temos países, nomeadamente a Inglaterra, por exemplo, já sabem qual é o plano de desconfinamento e o que vão fazer até ao final do ano, nós ainda não sabemos o que é que vai acontecer daqui a oito dias, temos alguma dificuldade em prever, obviamente que isto não é fácil, mas temos que ter esperança e acho que é uma altura para nos unirmos em torno daquilo que poderá ser o futuro e fazermos algo mais pela nossa sociedade.-----

----- Uma palavra especial, temos cento e vinte e duas PME's Líderes em Águeda, portanto isso manifesta um pouco também daquilo que é a dimensão do nosso concelho e muitas vezes a visão que também tem que existir para as nossas empresas e para a nossa economia local funcionar.”-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “As minhas primeiras palavras queria dirigi-las a todos vós com uma menção positiva às duas edições anteriores do semanário Região de Águeda, nós de vez em quando também temos que enaltecer e pelo destaque que deram a dois jovens do nosso concelho, neste caso concreto e particular, dois jovens da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo.

----- Nós já falamos, nomeadamente nas Comissões que faço o favor de participar, da necessidade de criarmos referências.-----

----- Queria destacar a Florbela Costa, que saiu esta semana, uma descendente de gente de Barrô, viveu muitos anos no Carqueijo, está hoje na Suíça, teve um papel importantíssimo num projeto do desenvolvimento do helicóptero que acompanhou o robô da NASA, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aterrou em Marte, acho que é um orgulho para todos nós e também temos esse dever de olhar para as coisas pela positiva.-----

----- Um palavra também de apreço para o Filipe Beja Simões, mereceu destaque a semana anterior, um jovem com muito valor, viveu em Aguada de Baixo, é licenciado em psicologia, enveredou na sua vida profissional pela gestão hoteleira, está a fazer um trabalho enorme como diretor hoteleiro das pousadas de Arraiolos e Évora, por acaso já tive o prazer de presenciar, é muito reconhecido pelos seus pares e é um grande valor do nosso concelho.---

----- Estas duas notas são importantes para enaltecermos as referências são fundamentais para os nossos jovens, para os nossos filhos, para a gente que vai crescendo e necessita dessas referências, como disse, para o seu crescimento.-----

----- Um palavra de apreço ao Região de Águeda, os jornais, comunicação social que de uma forma geral e a local ainda mais, estão a viver tempos muito difíceis e nessa dificuldade que se coloca, vão tendo estas participações que são fundamentais, também para nos encherem a alma porque acho que falta muito ao povo de Portugal, muitas vezes carinho, hoje em dia, no meio desta pandemia que já dura há um ano, as pessoas estão cansadas, estão tristes e é fundamental, às vezes, sentirmos esse apoio.-----

----- Hoje o que vos vinha falar aqui, narrando um bocadinho aquilo que disse o meu companheiro, colega, camarada, Humberto, três preocupações fundamentais a nível das empresas, falaste bem, falaste de desporto, falaste de cultura, mas o desenvolvimento económico é fundamental e as nossas empresas, disse isto em abril do ano passado, não vai ficar tudo bem, é impossível ficar tudo bem, infelizmente tinha alguma razão, estamos a viver hoje uma pandemia económica de efeitos incalculáveis sobre o tecido empresarial, sobre a geração de valor, vai trazer desemprego, vai trazer fome, acho fundamental olharmos para esses projetos, mas há que acudir a tempo a esta realidade que é fundamental.-----

----- Gostava de falar de três pontos, não sendo propriamente do âmbito da nossa atuação, merecem alguma reflexão da nossa parte.-----

----- A primeira prende-se com o apoio excecional à família, criado no âmbito deste confinamento, por via da necessidade das famílias tomarem conta dos seus filhos.-----

----- Há uma primeira versão que, aliás é herdada de março do anterior confinamento, que permitia a um elemento do agregado familiar, desculpem, não contar os detalhes todos que me parecem displicentes, a um dos elementos do agregado familiar ficar em casa, para quê? Para dar cobertura a uma necessidade que o próprio Estado não conseguia preencher, ora qual era o problema? Essa necessidade de ficar em casa era colmatada com um apoio que representava, de grosso modo, a perda de um terço do rendimento do progenitor que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- tinha que acompanhar seu filho.-----
----- Isso parece-me que era uma medida que era abusiva, o Estado não pode, no fundo, cumprir com aquilo que lhe está reservado e portanto está a prejudicar o rendimento do agregado familiar porque este necessita de cobrir essa dificuldade.-----
----- O Estado, e bem, a meio de fevereiro corrigiu a mão, e pelo menos emendou algumas destas questões, nomeadamente a possibilidade de quem está em teletrabalho poder optar por tomar conta dos seus filhos, no fundo definiu as condições em que procedia à remuneração por inteiro aos colaboradores, mas temos que perceber uma coisa, nesta definição um terço do custo do colaborador que não vai trabalhar, a empresa vê-se privada desse colaborador, portanto ele faz-lhe falta, um terço desse ordenado mais a segurança social desse um terço, tem que ser suportada pela empresa.-----
----- A empresa que se vê privada do colaborador para gerar valor, tem que assumir uma responsabilidade, num tempo destes difícilíssimo, tem que suportar esse encargo, chega a ser, entre o salário mínimo e os três salários mínimos, entre quarenta e um por cento a sessenta e dois por cento do custo da remuneração média mensal do colaborador, isto é uma coisa impensável, nos tempos que correm, as empresas, sei, que também têm funções sociais, mas não estão capazes de suportar esse custo, é impossível, e o Estado tem que olhar para isto e tem que corrigir a mão, isto não pode ser.-----
----- Acima desta, que é um encargo para as empresas, há empresas no nosso concelho, comerciais, industriais, com cinquenta por cento dos seus funcionários em apoio excecional à família, as pessoas têm que perceber a realidade e os constrangimentos que se colocam à nossa geração de valor aqui no nosso território, isto é brutal, isto é inimaginável, e o Governo não pode olhar de forma macro para esta realidade esquecendo-se dos constrangimentos que são vividos dia após dia, mas não é só este, falavas há um bocadinho Humberto, e dei-te razão, que não se pode olhar só para a economia, mas vamos ver, o Estado, para as empresas mais prejudicadas em termos de perdas de vendas, criou um programa o “APOIAR”, que visa apoiar as empresas com perdas significativas de faturação, restaurantes, empresas de eventos, todas aquelas que sofreram um impacto brutal, essencialmente sob duas medidas, o apoio à liquidez convertido em financiamento a fundo perdido ou o apoio às rendas, há empresas há dois, três meses à espera de decisão, como é que as empresas conseguem suportar isto, é impensável e o Governo e nós, porque somos responsáveis pelas pessoas do nosso concelho, mas pelo tecido empresarial, pela forma como se gera valor, como se cria riqueza para que as nossas pessoas possam estar melhor, não podemos pactuar com estas situações, há que rapidamente colocar estes programas a injetarem na economia real, nos sítios onde deve ser, a liquidez que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

necessária, as pessoas estão a viver mal e as empresas estão a viver muito mal, há que ter em consciência isto.-----

----- O ano passado, em março, tomaram-se medidas, aquilo foi um bocadinho à pressa, como todos nós sabemos, no fundo, congelaram-se o pagamento de prestações aos bancos, isso foi positivo para as famílias porque puderam redirecionar o seu rendimento para acudir a necessidades impostas pela própria pandemia, mas foi importantíssimo para as empresas, no fundo não retiramos liquidez da economia real, deixamo-la fluir, e esta injeção, este adormecimento, valeu nove meses, grosso modo, veio agora uma nova versão, mas basicamente contraria-se porque no total as empresas só podem ir a nove meses de moratórias, isto não vai lá com moratórias, numa forma estruturada e nacional é preciso perceber que se a economia caiu, se não se está a gerar o valor que se gerava, é preciso adequar os planos de financiamento, grosso modo para as pessoas que estão em casa a ouvir, as prestações que pagam todos os meses, à capacidade real das famílias e das empresas, nas famílias acudindo a casos extremos que vão surgir daqui a dias, como gente que está no desemprego, vejam a gente que trabalhava no ramo do turismo, no ramo da cultura e noutros brutalmente afetados, há muita gente no desemprego, há muita gente que até agora foi sobrevivendo porque tinha apoios de desemprego o que por ventura se mantém, que lhe reduziram naturalmente o rendimento disponível, mas puderam usufruir dessa benesse de não terem que pagar a prestação ao banco, isso vai retomar em breve. Já hoje devíamos estar com esses *packets*, com essas medidas estruturadas em condições para apoiar as pessoas. As pessoas já estão cansadas, estão duras porque estão a viver confinadas e estão sem esperança no futuro. Isto é das primeiras coisas que se pode fazer, não é estamos a pensar que vamos fazer, já deviam ter feito, as empresas igual. As empresas não estão em condições, hoje, de cumprir com as obrigações que tinham assumido há dois anos, ou há um ano, não há possibilidade, há necessidade de aumentar prazos, diminuir o valor das prestações, estou falar de forma simplista que é para as pessoas lá em casa nos entenderem, adequar estes meios, retirar-lhe, por exemplo, a sobrecarga das garantias que o próprio Estado deu, que estão caríssimas indexadas ao tempo, portanto, há aqui um conjunto de medidas que são necessárias para dar carinho e esse carinho também se consubstancia nestas medidas às pessoas e às empresas.-----

----- São estas três notas tão simples, o apoio excecional à família, não carreguem mais as empresas, o programa “APOIAR” injetem, por favor, depressa liquidez onde ela tem que ser colocada e terceiro criem um quadro de redefinição dos pagamentos de empréstimos, para uns e para outros, de modo a que as pessoas também se possam soltar e estar um pouco mais tranquilas na abordagem de uma pandemia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- O Humberto disse há um bocadinho que não sabia muito bem, ontem ouvi o Presidente da República e fiquei com a ideia, posso estar errado, que isto só abre depois da Páscoa. Hoje depois de almoço o António Costa disse umas coisas, mas não entendi muito bem, mas admito que o Presidente da República tenha razão, se é verdade que nós hoje temos muito menos casos de infetados, o que é certo é que esse sucesso ao nível dos infetados ou porque eles não aparecem ou porque se fazem menos testes, ainda não se verteu naquilo que são o aumento de camas disponíveis no hospital e nos cuidados intensivos. Portanto temos que ir com calma, temos que perceber isto, para ver se conseguimos dar passos e uma evolução segura que não seja um passo para trás daqui a um mês, porque a economia, as pessoas não aguentam isto.-----

----- E estas mensagens tão simples, por vezes, têm que ser dadas com dados concretos, não é cá com palavras bonitas, não é com promessas de programas, de bazucas que depois não têm balas, não, é dados concretos, é este o momento do Estado atuar, e a economia em si, as pessoas por um lado, e as empresas por outro, estão ávidas disto, nós precisamos de carinho e esta é a mensagem que penso que gostaria de deixar, um alerta fortíssimo nesta medida, que penso que é partilhado por cada um de vocês.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Não posso deixar, depois de ouvir os meus colegas que me antecederam, começo pelo Senhor Deputado Carlos Almeida, e não posso deixar de deixar aqui duas notas que considero ser importantes.-----

----- Desde logo, de facto há sim sinais já positivos no que se refere à diminuição dos internamentos, sobretudo nos internamentos dos cuidados intensivos, o que não acontece é que essa diminuição não é suficiente para ainda nos permitir ter algum alívio, porque como sabemos e como nos temos apercebido o tempo de internamentos dos doentes COVID é muito longo, por isso o tempo em que estamos em confinamento ainda não foi o suficiente, ainda não passou tempo suficiente para que aquelas situações mais graves já pudessem ter alta, mas todos nós, todos os dias, nos últimos dias, nos apercebemos nas notícias, que o número de camas tem aumentado, na medida em que tem reduzido significativamente o número de internados sobretudo nos cuidados intensivos.-----

----- Depois, também não posso deixar de dar uma nota aqui, até porque esta é uma medida pela qual pugnei e acho que se conseguiu uma medida com bastante equilíbrio, tem a ver com as alterações no apoio extraordinário à família, nós não nos podemos esquecer que estas alterações, e a possibilidade dos pais e das mães optarem por ficar no regime de teletrabalho, mesmo nos casos em que a sua função seja compatível com a prática do teletrabalho, apenas se aplica a quem tiver filhos na idade até ao quarto ano, até ao fim do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

primeiro ciclo do ensino básico ou então quando estivermos a falar de situações de famílias monoparentais ou que tenham a seu cargo uma pessoa com um grau de deficiência superior a sessenta por cento.-----

----- Uma outra alteração neste regime tem a ver com o facto de o regime normal apenas está em pagamento dois terços do rendimento e agora está previsto uma majoração podendo chegar esse apoio aos cem por cento sendo que esta diferença entre os dois terços e a totalidade é suportada pela segurança social, no caso de haver alternância entre os pais e as mães, isto porquê? Porque o que aconteceu no primeiro confinamento, mais de oitenta por cento, foram cerca de oitenta e dois por cento dos requerimentos que deram entrada na segurança social, foram referentes a mulheres ou seja foram essencialmente as mulheres que ficaram em casa a cuidar dos filhos durante o primeiro confinamento, e aquilo que se pretendeu agora era precisamente tentar mitigar esta predominância das mulheres e que também teve um efeito nefasto sobre os seus rendimentos, porque foram elas que ficaram privadas de ter esse rendimento e assim criou-se a possibilidade de os rendimentos passarem a ser de cem por cento desde que houvesse partilha entre os dois pais, isto também tem efeito a nível das empresas, isto porquê? Porque as empresas vão deixar de ficar tanto tempo sem os seus trabalhadores, ou seja, se todos os pais aplicarem este regime de alternância, as empresas vão poder contar com os seus trabalhadores em algum momento e não na totalidade do tempo em que fiquem em casa.-----

----- Isto parece que não, também acaba por ter um efeito positivo nas próprias empresas que podem contar mais com os seus trabalhadores ou com as suas trabalhadoras, pelo menos de uma forma alternada.-----

----- De facto é importante dar esta informação porque certamente haverá pessoas que podem ter necessidade de ter informação referente a esta matéria.-----

----- Depois, também não posso deixar aqui de referir as afirmações proferidas pelo Senhor Deputado Humberto Moreira, no que se refere à ligação e às recentes notícias quanto à ligação Águeda-Aveiro que, não obstante no Plano de Recuperação e Resiliência continuar Aveiro-Águeda, na realidade para nós será sempre a ligação Águeda-Aveiro, e lembrá-lo, porque se calhar está distraído, ou está esquecido, que esta obra avançou, não é por acaso, é porque lá atrás, creio que em abril, maio de 2019, o Grupo de Deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia da República, do qual eu, com muita honra e gosto, fiz parte, propôs alteração ao Plano Nacional de Investimentos, para que fizesse constar esta obra do Plano Nacional de Investimentos, e foi na sequência disso, que esta obra mais tarde, e agora recentemente, também acabou por ser incluída no Plano de Recuperação e Resiliência.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- E esta obra no Plano de Recuperação e Resiliência, talvez aqui resida a grande verdade do Senhor Deputado Humberto Moreira, só existe por essa razão que ele há pouco referiu, é que o Senhor Ministro das Infraestruturas é o Dr. Pedro Nuno Santos, e que fique sempre muito bem claro, que se esta obra realmente avançar, tenho muita esperança e quase a certeza de que irá avançar, é única e exclusivamente porque o Ministro das Infraestruturas é o Dr. Pedro Nuno Santos, que é um amigo de Águeda, é uma pessoa que esteve em Águeda muitas vezes, a nosso convite, que conhece muito bem Águeda, tem uma proximidade muito grande com as gentes de Águeda, por isso não queria deixar de dar esta nota.-----

----- Por falar em proximidade, quero solicitar aqui um pedido de esclarecimentos na medida em que nós soubemos, esta semana, que o clube desportivo Fullracing que vem de Ovar, ou inicialmente estava em Ovar, irá passar a estar sediado em Águeda e vai passar assim, de imediato, a ter um subsídio de sessenta e um mil euros, sendo que quarenta e quatro mil euros, deste sessenta e um mil, se referem a mérito desportivo.-----

----- Aquilo que queria perguntar era, que mérito desportivo é este? Partindo do princípio que este grupo desportivo nunca esteve até ao momento nenhuma atividade no concelho de Águeda, e não deixa de ser estranho que de repente, alguém que não tem nenhuma ligação a Águeda, muito embora a modalidade possa estar ligada a Águeda, mas não deixa de ser muito estranho que de repente, ainda por cima, sendo este clube oriundo de Ovar, todos nós sabemos, ficámos também a saber nos últimos dias que Ovar e Águeda agora estão com uma grande proximidade, aliás o Senhor Deputado Humberto Moreira há pouco diria que esta estrada tem luz verde, vamos lá ver se a luz não fica laranja Senhor Deputado Humberto Moreira porque de facto, nos últimos dias, temos tido algumas notícias destas proximidades entre Águeda e Ovar e parece que introduzido no mercado de transferências, também está esta transferência deste clube desportivo, por isso gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara ou ao Senhor Vice-Presidente que até tem competências específicas nesta área, em que circunstâncias é que se está a operar este apoio a este clube desportivo? Sendo que, que me recorde, este apoio nunca veio à Assembleia Municipal para ser votado e consequentemente aprovado ou não, por isso gostava de ter esse esclarecimento.”-----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares** – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

----- “Queria só deixar aqui três notas.-----

----- A primeira, sei que é uma situação absolutamente legal, mas não deixa de me preocupar, nos últimos meses, tenho já quatro casos na minha Freguesia de jovens casais que querem fazer casa e que não lhes é permitido por a estrada em frente onde eles



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

querem construir não estar alcatroada.-----

----- Como disse, sei que é o que está previsto na lei, também considero que, no caso em que são abertos novos arruamentos para construir, que até faça sentido, já me custa aceitar que arruamentos que não estão alcatroados, quando um jovem casal, principalmente numa primeira habitação, querem fazer casa, seja obrigado a alcatroar a estrada para o fazer.-----

----- Penso que é algo que devia ficar à nossa consideração, acho que nós, seja Junta ou seja Câmara, e se de facto queremos que as pessoas venham para Águeda, também temos que não ter, porque é legal, não vou dizer ter este tipo de capricho, mas se calhar ter uma atitude mais pro-ativa e tentar resolver este tipo de situações.-----

----- A segunda situação era também para reforçar aquilo que tem sido o meu empenhamento e do Presidente Sérgio Neves, de Travassô, que de facto na ligação Águeda-Aveiro, seja considerada, e não fique esquecida, a ligação entre a Fontinha e Travassô. Como é público, nós temos feito um esforço muito grande, nos últimos meses, nesse sentido, da nossa Freguesia tem passado sobretudo pelo alargamento da rua da Padaria e, portanto, atendendo a uma obra dessa envergadura, já falamos com o Senhor Presidente da Câmara, sei que ele tem isso em nota, e deixo aqui também publicamente e em termos de Assembleia esse pedido.-----

----- Por fim, só para deixar uma palavra de agradecimento ao Senhor Vítor Silva, da Proteção Civil, que há quinze dias, deu-nos uma ajuda, naturalmente com a concordância do Executivo, no entupimento lá de uma vala hidráulica, na Cheira. Agradeço porquê? Porque a ação dele extravasou muito aquilo que são as suas competências, houve mesmo um cuidado em resolver as coisas, até ficaram algumas casas e algumas propriedades, quando o trabalho é feito desta forma, com esta envolvência, sinto que a minha Freguesia deve ficar agradecida e fica aqui o meu agradecimento.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; -

----- “Senhor Vice-Presidente da Câmara, vou falar aqui um pouco sobre a viagem do Senhor Presidente da Câmara Municipal à Guiné e falo porque ela me afeta.-----

----- Quero que o Senhor me responda o que eles lá foram fazer? O que de lá foram trazer? Quem é que foi na comitiva? Independentemente de estar a ser pago com dinheiro do nosso Município, o Senhor não acha que onze dias não será demais? Ou será de menos?-----

----- Ao longo desses onze dias, quero-lhe perguntar a si, quem é que está, ou esteve, à frente do nosso Município, no que diz respeito à Proteção Civil, dentro do Executivo da Câmara Municipal de Águeda? Não deveria o nosso Presidente da Câmara Municipal de Águeda já estar aqui hoje? Sobretudo se tivermos em atenção que este é o momento mais difícil das nossas vidas e esta é a Assembleia Municipal, do momento, mais difícil que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nosso concelho atravessa.-----

----- Numa altura de cheias, numa altura de um processo de vacinação, em que ele é o líder da Proteção Civil, hoje estive eu e todos os meus colegas, penso que todos estivemos, antes de vir para esta Assembleia, a trabalhar até agora, a procurarmos números de telefone de todas as pessoas que têm que ser vacinadas, num momento como este, o nosso Presidente da Câmara não deveria estar aqui? Será correto ele andar na Guiné, a fazer o quê, durante onze dias? Já lhe fiz essas perguntas, espero que me responda.-----

-----Tenho pena que hoje, e apesar de todas as tecnologias disponíveis, vemos ali atrás uma série de colegas nossos presentes nesta Assembleia e pergunto, o Senhor Presidente da Câmara de Águeda não viajou com equipamentos pagos pelo Município? Nós não estamos a pagar os equipamentos do Senhor Presidente da Câmara para estar na Guiné? Vejo de forma constante nas redes sociais a interagir com todos nós, então custava alguma coisa ele estar aqui hoje também presente nesta Assembleia Municipal? Julgo que não, não sei se ele está neste momento mais atento a outras reuniões, que não esta, poderá estar, mas refiro-me a esta, gostava de o ter visto cá hoje, fosse de forma presencial, fosse através de outros meios de comunicação.-----

----- Falo isto porquê? Nos últimos dias, fruto do tempo, das chuvas, tivemos alguns problemas relativamente à Proteção Civil, posso-lhe dizer que tenho a ponte sobre o rio Alfusqueiro muito danificada, houve lá um acidente, as guardas caíram, enviei-lhe oito mensagens, por *whatsApp*, vi que ele as viu, não obtive resposta, enviei alguns e-mails, também não obtive resposta, fiz algumas chamadas, não sei se ele está a atender o telefone na Guiné, mas também nunca fui atendido, daí estas minhas perguntas e que só as faço no sentido de que o Presidente da Câmara Municipal é o responsável pela Proteção Civil do nosso concelho e no momento mais difícil das nossas vidas, ele não está aqui.”-----

----- **Jorge Miguel Santos Melo** – PS; -----

----- “Tenho aqui apenas dois assuntos ou dois eixos que pretendo explanar um pouco.-----

----- Vi que está bem encaminhado o projeto ICE Águeda, um projeto que por aquilo que é público no site, ronda os três milhões e meio de euros, um projeto que contempla aqui uma série de obras na bacia hidrográfica do Baixo Vouga, tem nos seus objetivos principais naturalizar a morfologia fluvial o restauro ecológico da habitats aquáticos, para isto contamos com cinquenta e um quilómetros de rio e das suas margens e da suas galerias ripícolas restauradas, uma melhoria de cerca de mais trinta e quatro quilómetros para benefício do seu estado ecológico.-----

----- Quanto a isto, não tenho absolutamente nada, tenho apenas que elogiar este projeto que é desenvolvido pela Universidade de Évora em parceria com a Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Águeda.-----

----- A minha estranheza vem que neste projeto, conforme disse anteriormente, está contemplada ou está identificada a bacia hidrográfica do Baixo Vouga, no entanto se nos dermos ao trabalho de consultar os objetivos gerais deste mesmo projeto facilmente constatamos que relativamente ao Baixo Vouga ou melhor ao rio Vouga não tem um único quilómetro contemplado com qualquer tipo de intervenção e consequentemente o mesmo acontece com o rio Marnel.-----

----- Porque é que chamo aqui a atenção acerca deste assunto? É que principalmente o rio Marnel é um rio que está neste momento, desde a sua foz que desagua no rio Vouga, até à zona envolvente, que foi restaurada através do orçamento participativo na zona da Garganta, em Valongo do Vouga, está completamente intransponível, as águas estão paradas, considero que temos ali um problema ambiental, considero que temos ali, em algumas situações, se calhar até um problema de saúde pública, e considero que já é tempo do Senhor Presidente da Câmara, esteja ele em Moçambique, esteja ele na Guiné, ou esteja ele em Macinhata, onde quer que ele esteja, que dê o devido valor às gentes de Águeda, não só do seu centro, mas da sua periferia.-----

----- Isto é mais uma demonstração clara de que estamos focados pela política centralizada ao envolvimento da cidade e tudo o que é periférico está em segundo plano, isto entristece-me muito, mas é um reflexo da política que foi seguida ao longo destes quatro anos pelo atual Executivo.-----

----- É de louvar o projeto em si, fico muito satisfeito, mas acho que peca pelo facto de não haver aqui equidade e igualdade no tratamento dos seus recursos naturais, estamos a falar, não é que tenha qualquer desprimor pelo rio Águeda ou pelo rio Alfusqueiro que são rios que vão ter uma maior intervenção, mas estamos a falar do terceiro maior rio português que é o rio Vouga e que tem sido reiteradamente descriminado por este Executivo, se nos recordarmos, vezes sem conta que falo sobre este assunto na Assembleia Municipal e o que tenho ouvido, do Senhor Presidente de Câmara, é que esta não é uma competência da Câmara Municipal, que não pode intervir, que teremos que expor isto às entidades competentes, que temos que expor isto ao Ministério do Ambiente, que temos que fazer ouvir os nossos deputados na Assembleia da República, mas o que é certo é que para esta situação o Senhor Presidente de Câmara já teve competência para resolver.-----

----- Um outro ponto está relacionado com a situação do COVID e vou tentar ser o mais breve possível.-----

----- O que temos aqui visto é que o COVID tem sido motivo para nos desculpar ou para escamotearmos aqui de algumas situações, o que pergunto é: qual é o plano estratégico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que este Executivo tem para o pós COVID?-----

----- Há pouco ouvi com muita atenção e muito agrado o reparo do Senhor deputado Humberto Moreira quando disse que em Inglaterra está tudo planeado e que em Portugal não sabemos o que é que vamos fazer daqui a oito dias.-----

----- Gostaria de perguntar ao atual Executivo o que é que vamos fazer? O que é que está previsto fazer para mobilizar a nossa estratégia social, a nossa estratégia cultural, a nossa estratégia económica no pós COVID? Qual é a estratégia deste Executivo para ajudar Águeda, ajudar os Aguedenses, ajudar as empresas, ajudar os idosos, ajudar as vítimas do COVID que vão ser muitas e que vão necessitar de cuidados de saúde absolutamente extraordinários porque as sequelas que esta doença deixa são gravíssimas, como é que este Executivo pensa ajudar estas pessoas? Como é que pensa revitalizar o Município nesta matéria?”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “Dr. Carlos Almeida concordo plenamente com a sua exposição, de facto as empresas precisarão de um plano a mais a longo prazo, um plano que seja definido mais antecipadamente e precisarão logicamente de mais apoios.-----

----- Isto bate um pouco aqui com a Dr^a. Carla Tavares, que é o PS, vocês são os representantes do Partido Socialista em Águeda e é estranho quando a Dr^a. Carla Tavares vem dizer, e bem, neste caso concordo plenamente consigo, o Dr. Pedro Nuno Santos teve um papel muito importante aqui, mas também já ouvi dizer enquanto esta obra não estava aprovada e não estava definida como sendo uma obra a realizar-se nos próximos anos, que esta Câmara não ia a Lisboa e porque não ia a Lisboa não conseguia a obra, e porque não tinha peso político também não conseguia a obra. Agora que se consegue a obra, é tudo por causa do Dr. Pedro Nuno Santos que, aliás nem vai pagar a obra na totalidade como sabe, a Câmara de Aveiro e a Câmara de Águeda terão que comparticipar também para que esta obra seja uma realidade. Portanto acho que isto não é nem de A, nem de B, nem de C, isto é mais um projeto de todos, portanto não vale a pena estarmos aqui a dizer que isto é mais para o Dr. Pedro Nuno Santos, é para o Enfermeiro Jorge Almeida, é uma obra que é necessária para Águeda, é uma obra de todos, portanto fica aqui só este reparo.-----

----- Aproveito também para responder ao outro Deputado do PS, Jorge Melo, a nossa estratégia do pós-COVID está bem explanada no nosso orçamento, e tudo aquilo que for extraordinário será extraordinariamente apoiado e será trazido logicamente, porque é extraordinário, a esta Assembleia para que seja aprovado de alguma forma. Nós não fazemos planos a curto prazo, isto já está no nosso Orçamento da Câmara, se reparar tem lá muito milhares de euros para apoio social, muitos milhares de euros para a educação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

muitos milhares de euros para o turismo, muitos milhares de euros para o desporto e cultura.-----

----- Fazemos o que nos compete a nós Câmara, e nós os munícipes de Águeda participam com os seus impostos para Águeda, para serem reinvestidos em Águeda também, não nos vamos é imiscuir das nossas responsabilidades. Parece que agora tudo o que se passa de bom é do Governo, tudo o que se passa de mau é da Câmara, tudo o que seja preciso em termos logísticos e aqui há um bocado foi falado por causa da vacinação, temos que perceber que estas despesas que a Câmara está a pagar ou que a Câmara se dispõe a pagar, não tem a responsabilidade de as fazer, não é da sua competência, agora nós achamos, e se temos verba, se temos dinheiro para isso, achamos que é uma urgência, uma responsabilidade e que nós temos que participar todos, mais uma vez, temos que participar todos, temos que entrar todos na partilha, não só do que é mau, mas também daquilo que é bom, não é só dizer, quando as coisas acontecem fomos nós que fizemos, quando as coisas não acontecem foi a Câmara que não esteve lá e que não esteve presente.-----

----- Paulo Tavares, em relação à situação, nós queremos que os jovens se fixem em Águeda, mas a lei que tem a ver com as infraestruturas, é assim mesmo, não o permite fazer, para já. -----

----- Vou-lhe dizer uma coisa, isto é daquelas situações que tem o outro lado da imagem que é se hoje faço uma casa num sítio onde não há infraestruturas, não há alcatroamento, amanhã estamos aqui todos nós a dizer porque a casa foi feita, temos que ir atrás e este é o problema do nosso concelho. É preciso planear e quando há planeamento, há leis e há regras que têm que ser cumpridas, porque se não amanhã andamos todos aqui, é preciso alcatroamento, andamos a fazer não sei quantos quilómetros de saneamento, não sei quantos quilómetros de alcatrão para ir para duas casas.-----

----- Nem o Município, nem o país pode sustentar situações dessas, portanto é preciso ter planeamento, é preciso agrupar o máximo possível e cumprir as regras e as leis que estão em vigor, estamos disponíveis para arranjar outras soluções para esses jovens casais para que se possam fixar em Águeda.-----

----- Pedro Vidal, sei que deves ter muitas saudades do Senhor Presidente.-----

----- Vou-te dizer uma coisa, há um Presidente da Câmara e quando o Senhor Presidente da Câmara não está, há um Vice-Presidente, e esse Vice-Presidente pode assumir muitas das suas funções, e que saiba, não tenho aqui nenhuma chamada sua, não recebi nenhuma mensagem sua, nem nenhum e-mail seu, portanto penso que poderia, e sabe perfeitamente que o Presidente Jorge Almeida não está, e mesmo quando ele está você liga-me para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

outras situações que acho que não são tão importantes como aquelas que referiu, e liga-me, portanto poderia-me ter ligado sabendo que eu estava em pleno trabalho. Aliás esta Câmara, como muitas empresas e muitos serviços em Águeda, nunca fecharam desde a primeira hora, há mais de um ano que estamos sempre abertos e disponíveis para continuar a trabalhar.-----

----- O Senhor Presidente e a Dr^a. Elsa não estão cá, sei que é uma parte política que vocês querem mostrar, o Senhor Presidente da Câmara não está cá, está ausente, ele nunca esteve ausente, a questão que se passa é: recebemos um convite, em cinco de fevereiro, de 2021, tenho que ler para que as pessoas percebam que há certos assuntos que não continuem a ser assuntos” *O Presidente da Câmara Municipal de Bissau, apresenta os seus melhores e mais respeitosos cumprimentos ao seu homologado do Município de Águeda, Jorge Henrique Fernandes Almeida e sem grande preâmbulo, gostaria de enaltecer com muito agrado a longa caminhada desta geminação existente entre as duas municipalidades, tendo em conta que este ano completam vinte e um anos de parceria*”, há vinte e um anos que existe esta parceria, já fomos aqui criticados porque tínhamos muitas geminações que não serviam para nada, que não se fazia nada, começa-se a fazer, meu Deus, não se devia ter feito, o Senhor Presidente não devia de ir à Guiné, continuando,” e *que vale a pena comemorar por vários motivos e maneiras diferentes, visitas entre as duas figuras representativas de ambas as Câmaras Municipais, intercâmbios técnicos dos nossos funcionários, pelo que V.Ex^a. é, através deste ofício, convidado com um dos Vereadores ou elementos do seu staff que pretendam integrar a visita à cidade de Bissau, visto que, como aqui é hábito frisar, Águeda continuará bem-vinda à cidade de Bissau*” depois continua. Mais quem foi com o Senhor Presidente da Câmara foi a Dr^a. Elsa e foi uma comitiva de dois elementos da Associação Missão Saúde para a Humanidade que vocês se lembram, a Câmara aprovou um apoio para a aquisição de um terreno, para a construção de um ponto de encontro que tem a ver com a missão desta Associação. Pergunto, o que é que queriam que o Senhor Presidente fizesse? Disse-se que não porque está numa situação COVID, quer dizer, o COVID vai durar mais quanto tempo? Mais dois anos, queriam que quê? Parou tudo, então vamos fazer uma coisa, vamos só ficar aqui em Águeda, ninguém sai das suas casas, ninguém vai visitar nada, nem sequer vamos ao concelho vizinho, pergunto qual é o problema? O que é que faltou em Águeda? Que decisões faltaram ser tomadas em Águeda durante estas duas semanas? Que calamidade aconteceu durante estas duas semanas?-----

----- De facto houve cheias normais devido às chuvas que ocorreram, andei com a Proteção Civil a ver se havia alguma situação, não vejo problema nenhum, não percebo, além da situação política de quererem mostrar que o Senhor Presidente da Câmara não está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

presente nos momentos, mas que momentos aconteceram de tal gravidade que o Senhor Presidente da Câmara estivesse que estar presente? Ou que decisões ficaram de ser tomadas pelo Senhor Presidente da Câmara não ter cá estado?-----

----- Penso que está justificado o porquê da ida do Senhor Presidente e da Dra. Elsa, e mais, hoje não estão em videoconferência porque Senhores Deputados nós vivemos com alguns problemas, mas existem países que têm problemas muito mais graves do que nós e que digo-vos uma coisa, a internet não é a sua prioridade e nós ao falar como estamos a falar, como se o Senhor Presidente tivesse lá ido fazer, não sei como vocês tentam dizer, saiu do concelho, não quis saber do concelho, ele foi mesmo também dar um apoio aquela gente, foi mostrar e foi ver o investimento que tinha sido feito pela população de Águeda, que investiu num país que precisa muito mais do que nós em muitas áreas, e uma delas é mesmo a área da saúde, portanto estamos a olhar com egoísmo para nós porque não está cá o Senhor Presidente, porque podia estar ali a ver as pessoas a tomarem as vacinas ou no seu gabinete, pergunto, que egoísmo é este quando o Senhor Presidente, a Dr^a. Elsa e a comitiva da Associação que estão na Guiné a ver pessoas a sofrer e a tentar resolver os problemas com a colaboração de Águeda, deviam estar era orgulhosos dessa situação e do Senhor Presidente da Câmara lá estar a dar o nosso contributo e a mostrar que Águeda está presente, não só para as gentes de Águeda, mas também para aqueles que mais precisam.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; -

-----”Em primeiro lugar acho que deveríamos aqui todos ter o mesmo tempo, se o PS teve tempo a mais, nós também deveríamos ter. Quero também lamentar o facto de os Juntos não ceder tempo ao CDS quando o meu colega da Trofa também quer falar.-----

----- Quero dizer o seguinte Senhor Vice-Presidente, não concordo que o Senhor Presidente da Câmara esteja na Guiné, não concordo, não sou obrigado a concordar.-----

----- Aqui também há gente que sofre, mas ele foi eleito foi pelas gentes de Águeda, não foi pelas gentes da Guiné-Bissau que ele foi eleito, era aqui que ele deveria estar, a resolver os nossos problemas e não os problemas de quem está na Guiné, neste momento nem sequer há aviões da TAP a levar portugueses para a Guiné e o Senhor Presidente está lá, nós temos aeroportos praticamente fechados.-----

----- Hoje vimos que há imensa gente com salários em atraso, e o Senhor Presidente não está aqui, está na Guiné, ok, a Câmara Municipal concorda, tanto é que pagou a viagem para ele lá estar e para a Senhora Vereadora também, eu não concordo, e não sou obrigado a concordar.-----

----- Digo-lhe mais, como é que o Senhor queria que eu soubesse que o Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

da Câmara Municipal de Águeda estava na Guiné? Recebi algum comunicado? Não. Recebi algum e-mail? Não. Soube, sabe como? Pelos meios de comunicação social do nosso concelho, porque a mim ninguém me avisou que o líder da Proteção Civil do nosso concelho tinha viajado e tinha abandonado o nosso concelho, por isso é que não falei consigo porque senão teria falado consigo Senhor Vice-Presidente, mandei mensagens para ele, e quando enviei essas mensagens eu não sabia que ele estava na Guiné, porque senão era consigo que teria falado, como falo tantas vezes, e daí o problema não estar resolvido, mas vejo e todos nós aqui temos *WhatsApp* e sabemos quando alguém lê ou não as nossas mensagens, ele leu as minhas e não me respondeu e pelo que soube, também não disse para si, que é Vice-Presidente desta Câmara Municipal, quais são os problemas que estão a acontecer no nosso concelho.-----

----- É isto que revolta, percebe? Quando o Senhor disse: “Eu não falei consigo” efetivamente, utilizando uma palavra muito característica do nosso Presidente da Câmara, não falei consigo, mas não falei por isto, não me foi comunicado, porque se eu tivesse sido comunicado, tenha a certeza que teria falado consigo.”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “ É só para dizer que o Senhor Presidente, a Dra. Elsa e a Comitiva foram mesmo de avião, portanto há aviões para a Guiné.-----

----- Também dizer-lhe uma coisa, quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Préstimo e Macieira de Alcoba vai para o Brasil, também não tenho informação de quanto tempo é que vai lá estar e se se vai ausentar.-----

----- Só referir uma coisa, o Senhor Presidente da Câmara foi para a Guiné, foi de avião, é a Câmara que paga a Comitiva e está bem justificada e expliquei o porquê, pode concordar ou não, mas a Câmara decidiu pagar e está pago.”-----

----- Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspende a primeira reunião da Primeira Sessão Ordinária, designando para continuação o dia 1 de março de 2021, pelas vinte horas, sendo que desta forma se consideram convocados todos os membros presentes pelo que, pelas vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia 26 de fevereiro de 2021 deram-se os trabalhos por encerrados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Ao primeiro dia do mês de março, do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a segunda reunião da primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **3 – Período da Ordem do Dia:** -----

----- **3.1 – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades de 2020 da CPCJ de Águeda;**-----

----- **3.2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Alteração modificativa nº 1;**-----

----- **3.3 – Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para:**-----

----- **3.3.1 – Aquisição de produtos desinfetantes e estabilizadores da qualidade da água das piscinas municipais e análises microbiológicas e físico-químicas;** -----

----- **3.3.2 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado instalados em Edifícios Municipais e Edifícios Escolares;**-----

----- **3.3.3 – Despesas Plurianuais.** -----

----- **3.4 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro às Freguesias para aquisição, aluguer ou manutenção de tratores e máquinas agrícolas ou florestais;** -----

----- **3.5 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias para atribuição de Apoio Financeiro;**-----

----- **3.6 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração das Adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados em 2019 com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima e a União das Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba;** -----

----- **3.7 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração das Adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados, em 2019 e 2020, com a Freguesia de Aguada de Cima, e em 2020, com as Uniões de Freguesias de Águeda e Borralha, Recardães e Espinhel e Travassô e Óis da Ribeira;** -----

----- **3.8 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesias;**-----

----- **3.9 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo para execução de projeto no âmbito do Orçamento Participativo de Águeda;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- 3.10 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação das Adendas aos Contratos Interadministrativos n.º 89/2016, 90/2016, 91/2016 e 115/2017 e anexas à Proposta ao Executivo n.º 256/2020 - Transporte Escolar;-----

----- 3.11 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para Transporte de Alunos e Refeições;-----

----- 3.12 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Toponímia de Rede Viária da Freguesia de Macinhata do Vouga; -----

----- 3.13 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de cessação do Contrato-Programa N.º 248/2017 e da adenda 118/2019 e aprovação dos Contratos-Programa no âmbito da cedência de instalações do Centro de BTT de Águeda ao Clube de BTT de Águeda e ao Clube Desportivo Águeda Bike Friends;-----

----- 3.14 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio à ATIVAMAS - Associação para a Promoção da Atividade Física, Saúde e Bem-Estar pela dinamização do Centro Municipal de Marcha e Corrida de Águeda;-----

----- 3.15 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do preço de venda de lotes no Parque Empresarial do Casarão durante o ano de 2021;-----

----- 3.16 – Apreciação da informação escrita do Ex.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, pelas dezanove horas, declarou aberta a segunda reunião da primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Brito António Rodrigues Salvador, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, desejando a todos um excelente trabalho.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz e Daniela Carina Mendes.** -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Juntos; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares – PS; -----

----- João Carlos Fernandes Figueiredo – Juntos; -----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – Juntos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- Marlene Domingues Gaio – PSD; -----
- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----
- Pedro Miguel Alpoim Marques – Juntos; -----
- Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD; -----
- Armando Paulo de Almeida Galhano – Juntos; -----
- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS; -----
- Isabel Cristina Correia Ferreira – PS; -----
- Daniela Carina Mendes – Juntos; -----
- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; -----
- Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo – Juntos; -----
- Jorge Miguel dos Santos Melo – PS; -----
- Humberto José Tavares Moreira – Juntos; -----
- Ana Rita Brito Carlos – PSD; -----
- Maria João Marques Tavares – Juntos -----
- Elisa Maria Pires Almeida– PS; -----
- Maria de Fátima Sampaio e Silva – PSD; -----
- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):**-----
- Albano Marques Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----
- Jorge Manuel Castanheira Martins – PUF Águeda e Borralha; -----
- Wilson José Oliveira Dias Gaio - PUF de Barrô e Aguada de Baixo;-----
- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----
- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques - PJ de Macinhata do Vouga; -----
- Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----
- Susana Maria de Almeida Abreu – 2ª Vogal da JF de Recardães e Espinhel; -----
- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
- Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----
- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----
- Edson Carlos Viegas Santos – Juntos – Vereador; -----
- Elsa Margarida de Melo Corga – Juntos – Vereadora; -----
- João Carlos Gomes Clemente – Juntos – Vereador; -----
- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – Vereador; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- António Manuel Gama Duarte – PS – Vereador; -----

----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – PSD – Vereador; -----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Foi verificada a justificação de falta do seguinte membro: -----

----- O Presidente da União de Freguesias de Recardães e Espinhel, Manuel José de Almeida Marques de Campos, comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição nomeou a sua segunda Vogal, Susana Maria de Almeida Abreu.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que esta era uma Assembleia que iria decorrer em formato misto, isto é, estariam presentes alguns Deputados e Vereadores através das plataformas digitais.-----

-----De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Águeda informou que encerrado que ficou o período antes da ordem do dia, no passado dia 26 de fevereiro, passar-se-ia então à análise dos pontos que constam da ordem de trabalho, passando-se assim ao ponto 3.1:-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 3.1 – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades de 2020 da CPCJ de Águeda;-----

----- Isabel Santiago- Presidente da CPCJ -----

----- “Estou aqui para apresentar o Relatório Anual de avaliação das atividades da CPCJ, referente ao ano de 2020 e agradeço a oportunidade.-----

----- Antes disso, vou fazer uma breve referência relativamente ao que foi aqui dito, na última Assembleia, pelo Senhor Presidente da Câmara, que a CPCJ está a ser politizada porque a própria Presidente faz parte da Comissão Política Concelhia do PS e, neste momento, interessa dizer que a Câmara não faz.-----

----- Para mim não faz sentido nenhum esta afirmação, já tive oportunidade de manifestar isto ao Senhor Presidente da Câmara e quero que fique aqui bem claro que não faz parte dos meus princípios misturar convicções pessoais com o meu trabalho, sejam elas quais forem, portanto rejeito qualquer insinuação deste género.-----

----- Nem tal seria possível porque o que rege o meu trabalho e o trabalho da CPCJ são dois importantíssimos normativos legais, aos que me vou referir a seguir.-----

----- A Convenção dos Direitos das Crianças que existe em Portugal desde oitenta e nove e que reconhece um conjunto de direitos fundamentais da criança e a Lei cento e quarenta e sete, de noventa e nove, conhecida pela Lei da proteção de crianças e jovens em perigo que, em noventa e nove, vem criar as CPCJs e estabelece os princípios de atuação em matéria de proteção às crianças, obrigando a que a intervenção atenda primordialmente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

superior interesse da criança.-----

----- As Comissões de Proteção são instituições oficiais, não judiciárias e com autonomia funcional, visam promover os direitos da criança e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral. -----

----- Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência.-----

----- Decorre ainda da referida lei que o apoio ao funcionamento das Comissões, designadamente nas vertentes logística, financeira e administrativa é assegurada pelos municípios, e estamos a falar de equipamentos, instalações, informática, comunicação, transportes e cedência de funcionário administrativo.-----

----- Tudo isto está previsto na lei, assim como o apoio da Comissão Nacional aos municípios em prol da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens de cada concelho.-----

----- No caso de Águeda, este apoio ao Município de Águeda por parte da Comissão Nacional consiste numa participação mensal de cerca de dois mil quinhentos e setenta e seis, para ajuda na instalação a apoio às atividades da CPCJ.-----

----- As CPCJs têm caráter multidisciplinar, são constituídas por representantes dos serviços de representação obrigatória, sendo estes: a Educação, Saúde, Município, Segurança Social, IPSSs, Autoridade Policial, Assembleia Municipal, Emprego e Formação Profissional, Associações de Pais, Jovens, Desportivas, Recreativas e Culturais.-----

----- Esta multidisciplinaridade é uma realidade na nossa Comissão de Águeda, assim como deve ser em todas, porque é obrigatório, a lei assim o prevê, e vou apresentar a sua composição na modalidade alargada:-----

----- Isabel Santiago do Ministério da Educação, e que sou também a Presidente desta CPCJ;-----

----- Cristina Claro, representante da Segurança Social; -----

----- Dina Calado, representante do Município de Águeda;-----

----- Alexandre Oliveira, do Ministério da Saúde;-----

----- Juliana Santiago, das IPSSs de caráter não residencial, no caso é da CERCIA; -----

----- Sónia Marlene Duarte, técnica cooptada;-----

----- Marlene Gaio, representante da Assembleia Municipal;-----

----- Pedro Vidal, representante da Assembleia Municipal;-----

----- José Carlos Marques Vidal, representante da Assembleia Municipal;-----

----- Daniela Carina Mendes, representante da Assembleia Municipal;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Rosália Coelho, técnica cooptada;-----

----- Daniel da Conceição, das Associações de Jovens de Águeda;-----

----- Érica Nóbrega, das IPSSs de carácter residencial, do Centro Social e Paroquial de Recardães;-----

----- Cristina Cruz, representante das Associações de Pais;-----

----- José Gomes, do Instituto de Emprego e Formação Profissional;-----

----- Jorge Marques, das Forças de Segurança da GNR de Águeda; -----

----- Júlio Balreira, das Associações desportivas, culturais e recreativas.-----

----- Verifica-se que a nossa Comissão integra uma grande diversidade de pessoas de diferentes áreas do saber, o que só contribui para o enriquecimento da nossa equipa de trabalho.-----

----- São competências da comissão alargada, e não vou referir aqui todas, desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e o jovem, informando a comunidade sobre os direitos da criança, sensibilizando-a para os apoiar sempre que existam especiais dificuldades; prestar o apoio e a que a comissão restrita solicitar, nomeadamente no âmbito da disponibilização dos recursos necessários ao exercício das suas funções; elaborar e aprovar o plano anual de atividades; aprovar o relatório anual de atividades e envia-lo à Comissão Nacional, ao Ministério Público e a esta Assembleia Municipal.-----

----- Vou apresentar agora a comissão restrita, ou seja a equipa de técnicos responsáveis pela gestão dos processos e que é constituída por sete comissários, cinco dos quais são de entidades obrigatórias: -----

----- Isabel Santiago do Ministério da Educação, e que estou a tempo inteiro na Comissão, uma vez que existe um protocolo da Comissão Nacional com o Ministério da Educação de cedência de um docente a tempo inteiro para cada Comissão;-----

----- Cristina Claro, da Segurança Social, que está catorze horas;-----

----- Dina Calado, da Câmara Municipal, que está cinco horas; -----

----- Alexandre Oliveira, do Ministério da Saúde, tem sete horas; -----

----- Juliana Santiago, das IPSSs de carácter não residencial, da CERCIAG, cinco horas;-----

----- Sónia Marlene Duarte, técnica cooptada, sete horas; -----

----- José Carlos Marques Vidal, representante desta Assembleia Municipal, sete horas.-----

----- Contamos ainda, para reforço da gestão dos processos, de três técnicas de apoio, que vou apresentar:-----

----- Margaret Canas, da Associação Arco Íris; -----

----- Isabel Almeida, do Centro Social e Paroquial da Borralha; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Ana Cláudia Camarinha, do Cento Social e Infantil de Aguada de Baixo.-----

----- São funções e procedimentos desta comissão restrita, atender e informar as pessoas que se dirigem à Comissão de Proteção; decidir da abertura e da instrução do processo de promoção e proteção; apreciar liminarmente as situações de que a comissão tenha conhecimento; decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e proteção e ainda, informar semestralmente a comissão alargada, sem identificação das pessoas envolvidas, sobre os processos iniciados e o andamento dos pendentes na comissão restrita; todas as sinalizações são alvo de análise pela comissão restrita; mediante despacho da presidente, procede-se às diligências sumárias para recolha dos dados públicos e administrativos.-----

----- A CPCJ funciona em regime de permanência.-----

----- As reuniões da Comissão Restrita têm periodicidade quinzenal, no ano de 2020 realizaram-se vinte e seis reuniões ordinárias da Comissão Restrita e nove extraordinárias. Isto significa que, sempre que se faz uma reunião extraordinária é porque existe uma situação de emergência, portanto o ano de 2020 foi o ano em que realizamos mais reuniões extraordinárias.-----

----- Foram realizadas seis reuniões da Comissão Alargada.-----

----- Na caracterização processual, no ano de 2020 foram trabalhados trezentos e vinte e dois processos, precisamente igual ao número de processos trabalhados no ano de 2019, e nestes incluem-se, como podem ver no gráfico, peço desculpa relativamente ao gráfico, é que a cor azul corresponde a 2020 e a vermelha a 2019, isto para fazer a comparação, já fui chamada a atenção porque deveria ter feito ao contrário, primeiro 2019 e depois 2020, mas é só para vos alertar para este pormenor que faz toda a diferença e pode induzir em erro.----

----- Nestes trezentos e vinte e dois processos trabalhados, incluem-se os processos transitados de 2019, os instaurados e os reabertos, isto em 2020. Foram arquivados processos em fase preliminar e em pós preliminar, sendo que destes arquivados em fase pós preliminar, trinta e três foram remetidos a Tribunal, o que significa que, foi necessário judicializar aqui alguns processos nos quais não obtivemos a colaboração por parte dos pais, e ainda oito remetidos a outras Comissões.-----

----- Os processos transitados de 2020 para 2021, foram cento e nove.-----

----- Como podem ver, com este volume processual e mediante as horas contabilizadas dos vários técnicos que compõem a Comissão Restrita e contando também com o apoio técnico, num total de oitenta e nove horas, cada processo seria trabalhado num tempo manifestamente insuficiente, não fosse a disponibilidade e o profissionalismo dos técnicos trabalhando para além das horas normais de serviço, com coragem, esforço, dedicação e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

elevado espírito de missão e de responsabilidade.-----

----- O maior número de processos aparece nos escalões etários dos quinze, dezassete anos, seguindo-se dos onze, catorze.-----

----- As problemáticas mais sinalizadas continuaram a ser de facto a exposição direta ou indireta das crianças à violência doméstica, com cento e vinte e sete processos, mais quarenta e quatro comparativamente ao ano de 2019, traduzindo assim as consequências da violência doméstica nas crianças, e os escalões etários mais afetados com esta problemática, foram os onze, catorze anos e os três, cinco anos.-----

----- A segunda problemática mais sinalizada foi a negligência, também mais vinte e três relativamente ao ano de 2019, aqui inclui-se a falta de supervisão e acompanhamento familiar, a negligência grave ao nível psicoafetivo, educativo e saúde. Esta problemática é mais incidente no escalão etário dos seis, oito anos, seguida dos nove, dez anos.-----

----- O absentismo escolar surge em terceiro lugar com trinta e oito situações, mais doze do que no ano anterior e naturalmente com maior incidência no escalão etário dos quinze, dezassete anos, seguido dos dezoito, vinte e um.-----

----- Depois, a situação em que a criança ou o jovem assumem comportamentos graves antissociais, sendo mais incidente no escalão etário dos quinze dezassete anos, seguindo do escalão dos onze, catorze anos.-----

----- Referir ainda, dezoito casos de maus tratos físicos, com maior incidência no escalão etário dos três, cinco anos.-----

----- O abuso sexual em dez casos.-----

----- O abandono escolar é residual, aparece apenas com três sinalizações.-----

----- Relativamente às medidas de promoção e proteção aplicadas, a maior parte das medidas continuam a ser as medidas em contexto natural de vida, ou seja o apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e o acolhimento residencial surge em doze situações.-----

----- A autoridade que mais sinalizou foi a Autoridade Policial, seguida do Ministério Público e dos estabelecimentos de ensino.-----

----- De salientar que reduziram as sinalizações de forma anónima, o que é sinal de que cada vez mais as pessoas assumem as sinalizações que fazem, tornando-se depois mais credível todo o processo de promoção e proteção.-----

----- O meio de sinalização mais utilizado foi o correio eletrónico, seguido do escrito, telefónico e finalmente o presencial.-----

----- No que respeita à nacionalidade das crianças, para além da nacionalidade portuguesa que constitui a grande maioria, como não podia deixar de ser, acompanhamos crianças de outros países, nomeadamente Angola, Brasil, Cazaquistão, Guiné, Luxemburgo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Moçambique, Reino Unido, Roménia, São Tomé e Príncipe, Suíça, Ucrânia e Venezuela, portanto o nosso concelho é bastante rico na diversidade cultural.-----

----- Não posso deixar de referir a nossa atividade protetiva em tempo de pandemia, o ano de 2020 foi um ano especialmente difícil na área da proteção à infância e juventude.-----

----- A CPCJ esteve sempre na linha da frente e apesar das dificuldades nada ficou por fazer na proteção das crianças.-----

----- A CPCJ esteve sempre aberta e foram realizadas todas as ações necessárias e as inadiáveis, incluindo visitas domiciliárias, contactos e todas as outras diligências que foram surgindo, manteve sempre o atendimento ao público e a periodicidade das reuniões da Comissão Restrita.-----

----- Os tempos de afetação dos técnicos, neste período de pandemia, foram reduzidos, porque alguns colegas tiveram que alterar o regime de trabalho para teletrabalho, outros deixaram de vir à Comissão, por questões internas do próprio serviço, foi o que aconteceu com o representante da Saúde e das IPSSs, o que provocou uma forte sobrecarga na gestão e coordenação.-----

----- Verificamos também que as problemáticas são mais complexas, implicaram uma maior exigência nas intervenções realizadas, tivemos várias situações de emergência, foram acolhidas quatro jovens em lar de infância e juventude e uma criança de cinco anos em centro de acolhimento.-----

----- A situação económica de muitas famílias alterou-se e tivemos mais pedidos de ajuda, ativamos muitos apoios, nomeadamente o apoio alimentar a famílias que passaram a ter necessidades, foi um trabalho permanente de comunicação com as famílias e articulação com as instituições de primeira linha, Escolas, IPSSs, Autarquia e até grupos informais de ajuda.-----

----- Por outro lado, o isolamento das crianças e pais em casa e com a escola virtual veio alterar também as dinâmicas familiares e as rotinas, aumentando a violência intra familiar o número de pedidos de ajuda mais complexos pela agressividade de que se caracterizaram.---

----- Com o encerramento dos estabelecimentos de ensino as crianças e os jovens ficaram mais desprotegidos, e como todos sabemos, é nas Escolas, Creches e Jardins de Infância que as crianças, em situação normal, passam a maior parte do seu tempo e, naturalmente, onde são mais facilmente observados os eventuais indicadores de maus tratos.-----

----- Apesar dos constrangimentos provocados pela impossibilidade de realizar atividades presenciais, isto no âmbito do Plano de Atividades previsto para o ano de 2020, foram concretizadas ações utilizando outras metodologias, nomeadamente as virtuais, envolvendo as crianças através das escolas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Foram abordadas e trabalhadas as seguintes temáticas: a violência no namoro; prevenção dos maus tratos na infância durante o mês de abril; o sistema de promoção e proteção à infância com a participação das crianças; Dia Europeu para a proteção das crianças contra a exploração e o abuso sexual, dezoito de novembro; a comemoração do trigésimo primeiro aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças; Projeto Natalício, enquadrado no projeto “Águeda terra das árvores de natal”; apresentação do relatório de atividades nesta Assembleia Municipal, em junho e ainda duas publicações nos jornais locais, uma sobre o mês de abril e outra sobre a não realização do seminário anual.-----

----- Como balanço deste ano de trabalho de 2020, consideramos como aspetos positivos a gestão e coordenação do funcionamento da Comissão, sem interrupções, no período de contingência provocado pelo COVID e prontidão nas diligências. A disponibilidade de todos os elementos em situações consideradas inadiáveis, quer em atendimento presencial, visitas domiciliárias e outras. A cedência de um elemento de apoio administrativo para a Comissão a tempo inteiro, desde dois de janeiro, de 2020 pela Escola Marques de Castilho e com autorização da Câmara Municipal.-----

----- O trabalho desenvolvido pelas entidades de primeira linha IPSSs, Segurança Social, GNR, Agrupamentos de Escolas, Escolas Secundárias, Centro de Saúde, Intervenção Precoce e Núcleo de Apoio a Criança e Jovem em Risco.-----

----- Ainda a participação na Comissão Restrita para gestão de processos sem qualquer contrapartida, por parte de Sónia Duarte, técnica cooptada e José Vidal, representante da Assembleia Municipal, é de enaltecer e agradecer esta preciosíssima colaboração, assim como a cedência de técnicas de apoio para reforço à gestão dos processos, por parte do Centro Social e Paroquial da Borralha, da Associação Arco Íris e do Centro Social Infantil de Aguada de Baixo. A Comissão enaltece e agradece a colaboração destas instituições na cedência das técnicas em prol da promoção e proteção à infância no concelho de Águeda.---

----- A continuidade do apoio por parte do Município dentro das suas competências, verificando-se uma boa articulação a nível da comunicação e partilha das atividades e das necessidades sentidas.-----

----- A articulação com o projeto “Dar Voz”, um projeto da Cruz Vermelha de acompanhamento de apoio à vítima de violência doméstica e a funcionar no Tribunal de Águeda.-----

----- A participação de Comissários nas Assembleias Municipais.-----

----- O envolvimento da Comissão no desenvolvimento do seu autodiagnóstico no âmbito de um projeto da Comissão Nacional, designado “Projeto Adélia”, com vista à elaboração do plano local concelhio de promoção dos direitos das crianças. De referir que este auto-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

diagnóstico foi participado por todos os comissários, somos vinte, através de questionários de auto aplicação que cada um de nós preencheu e da respetiva análise *swot*, e, contou ainda com a colaboração, na análise dos resultados, de um perito externo da Comissão Nacional. -----

----- Vou partilhar aqui um pequeno texto, extrato dessa análise, que ilustra bem o ponto da situação da nossa Comissão na altura, isto foi acerca de um ano atrás, em março:-----

-----“CPCJ de Águeda destaca-se pela competência, qualidade, coesão e multidisciplinaridade dos recursos humanos, associado a um perfil de liderança ajustado e completado por uma rede de parceiros concertada e envolvida por um plano de atividades. Registam-se ainda boas condições de trabalho a nível físico, logístico e administrativo. Em contrapartida surgem como fraquezas limitações de logística de transporte e deslocação e dificuldades nos procedimentos das sinalizações.”-----

----- Consideramos como aspetos de necessidade de desenvolvimento ou a melhorar:-----

----- As sinalizações provenientes da GNR que não incluem o respetivo auto de notícia, situação que deverá ser alvo de intervenção por parte da Comissão Nacional, uma vez que já articulamos aqui com a autoridade policial e com o Ministério Público e há orientações no sentido de não nos enviarem, no momento da sinalização, o auto de notícia.-----

----- O aumento do número de horas de afetação à Comissão Restrita por parte das entidades obrigatórias, num mínimo de sete horas semanais.-----

----- A disponibilização, por parte do Município, logo que possível de uma viatura de cinco lugares, descaraterizada, afeta permanentemente à CPCJ.-----

----- A emissão de cartões de utilização das viaturas municipais, em falta.-----

----- Isto refere-se a 2020, houve desenvolvimentos, e a respeito dos constrangimentos relacionados com as deslocações e o cartão de utilizador das viaturas municipais, os mesmos já foram ultrapassados.-----

----- Em reunião com o Senhor Presidente e Senhora Vereadora, da Câmara Municipal, no dia vinte e dois de janeiro, foram apresentadas as seguintes soluções:-----

----- Emissão de um cartão único de utilização das viaturas municipais para a CPCJ, o qual já foi emitido e já está a ser utilizado. Haverá sempre uma viatura disponível para a Comissão, ainda se houver necessidade, pode a Comissão recorrer ao serviço de táxi. Se não for possível deixar o carro na garagem da Câmara, uma vez que esta fecha às vinte horas, pode o mesmo ficar estacionado junto à CPCJ.-----

----- A Comissão agradece toda a colaboração da Câmara Municipal e deixo um apelo a todos nós, cidadãos Aguedenses, para estarmos alerta para os maus tratos a crianças, práticas violentas, sejam maus tratos físicos ou psicológicos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não nos podemos esquecer que os maus tratos, a crianças e jovens, configuram crime público e não devem ser calados nem ignorados. Vamos dar o nosso melhor para garantir que todas crianças e jovens encontrem a proteção que precisam, é uma tarefa de todos nós.

----- Existe uma linha nacional de crianças em perigo, que de facto está a funcionar, há situações que nos são reportadas pela Comissão Nacional de famílias de Águeda que contactam para este número e fazem assim a sinalização das situações de crianças em perigo.”-----

----- **Marlene Domingues Gaio** – PSD; -----

----- “Foi com muito regozijo e satisfação que vi, na última reunião da Comissão Alargada da CPCJ, e que hoje foi reiterado aqui, a atribuição de um cartão único a todos os técnicos da CPCJ.-----

----- Hoje trazem-me aqui três breves coisas, a primeira é garantir aos meus colegas da Assembleia Municipal que não me voltarão a ver subir aqui a este púlpito, os caminhos que aqui fiz já dá quase para fazer os Caminhos de Santiago, vir falar do carro da CPCJ, quanto a isso podem ficar tranquilos, acabou.-----

----- O que aqui trago são duas notas, a primeira, é um agradecimento de facto à Câmara Municipal de Águeda, a atribuição deste cartão único à CPCJ, porque vi in loco na altura enquanto membro da Comissão Restrita, a necessidade e a urgência de se providenciar o meio de transporte para as técnicas que lhes permitissem executar as suas ações de forma célere e eficaz, sem que as burocracias pudessem empecilhar, nomeadamente a retirada urgente de crianças quando corriam risco de vida, quando a sua integridade física ou psíquica se encontrava ameaçada.-----

----- Para além disso o esforço, muitas vezes sobre-humano, que estes técnicos fazem, sem esquecer a Presidente e as Administrativas, é demasiado precioso e o mínimo que podemos fazer é colocar os meios necessários e à sua disposição para que possam exercer de forma adequada e cabal as suas funções.-----

----- Depois, finalmente porque me sinto particularmente feliz por perceber que tanto eu como os meus colegas, membros da Assembleia Municipal, indicados para a CPCJ, e que fomos reportando a esta Assembleia, as necessidades daquela instituição que de alguma forma contribuímos também para que essas necessidades fossem sendo satisfeitas.-----

----- Até à cerca de meio ano e durante vários anos, eu própria que inicialmente fui indicada para a Comissão Alargada, percebi a necessidade de dar o meu contributo a nível pessoal e acabei por fazer parte da Comissão Restrita em regime de voluntariado, porque percebi também que toda a ajuda é bem vinda, e daí que muitas vezes, de uma forma pouco contida e isenta, vim aqui falar-vos sobre este assunto e apelar à sensibilidade de todos para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

drama da realidade da CPCJ, porque um veículo parece um mero capricho, mas é de facto uma necessidade, porque a vivi na pele, porque fui a muitas casas de muitas crianças, muitas famílias, por infortúnios da vida vivem em situações difíceis e a maior parte das vezes são as crianças as primeiras vítimas destas incapacidades.-----

----- Porque no Natal, por exemplo, levei um menino para minha casa e quando a mãe lhe telefonou, o menino não quis falar com a mãe e a mãe pediu para falar comigo, e nesse telefonema disse-me que com certeza seria melhor eu ficar com o menino porque ele estaria melhor comigo do que com ela.-----

----- Vivi isto tudo e muitas outras tantas histórias e as minhas ex-colegas, técnicas da CPCJ, continuam a viver tudo isto e muito mais.-----

----- Quem vive isto não consegue vir aqui falar destes assuntos de uma forma desapaixonada e desprovida de emoção.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente da CPCJ pela excelente apresentação que aqui nos fez, fico muito satisfeito que o problema com as viaturas e com os cartões finalmente esteja resolvido, desde 2018 que temos conhecimento do problema.-----

----- Em 2018, salvo erro, no termo da sua apresentação, fiz um apelo direto, ao Senhor Presidente da Câmara, para que fosse resolvido este assunto.-----

----- Em 2019 a mesma coisa. Em 2020, tenho ideia que a mesma coisa, mas pode-me falhar a memória, penso que, pelo menos três vezes aqui vim pedir que isso fosse solucionado porque era evidente que seria um atributo necessário para uma ação eficaz da CPCJ.-----

----- Antes tarde do que nunca, portanto parabéns à CPCJ por ter conseguido realizar o excelente trabalho e continuar o excelente trabalho que tem feito.-----

----- Depois, queria apenas esclarecer alguns assuntos.-----

----- Foi-nos dado conhecimento, veio na correspondência para esta Assembleia, um esclarecimento da Senhora Presidente da CPCJ, em que ela enuncia doze momentos diferentes, pelo menos, em que terão sido referidas as questões relacionadas com os cartões e com a necessidade da viatura, não vou estar a ler, ainda por cima o assunto parece estar resolvido, mas acaba dizendo “*parecendo exageradas as verbas aduzidas pela Senhora Vereadora, em gastos com a CPCJ, iremos solicitar o relatório de despesas da Câmara com a CPCJ que levaremos ao conhecimento público, no âmbito do relatório a apresentar à Assembleia Municipal, em fevereiro de 2021*”.-----

----- Como deve ter notado Senhora Presidente, com muita pena minha, não acompanhei a sua exposição desde o início, mas ainda a acompanhei muito a tempo, de qualquer forma já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tinha naturalmente consultado toda a documentação que nos enviou, mas este assunto não é abordado e portanto gostaria de ter esclarecimento se ainda tenciona enviar-nos esse relatório posteriormente a esta Assembleia, ou então esclarecimento porque é que ele não foi feito, e a questão tem a ver com saber exatamente o que é que a Câmara Municipal gasta com a CPCJ anualmente, para além daquilo que a Comissão Nacional transfere diretamente para a Câmara, para transferir para a CPCJ, portanto para além daquilo a que está estritamente obrigada.-----

----- Acho que é uma componente da informação que nos falta e certamente é um elemento importante.-----

----- A outra questão tem a ver com declarações do Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, na última Assembleia Municipal.-----

----- Vou citar a ata “ *A CPCJ neste momento está a ser politizada, a própria Presidente faz parte da Comissão Política Concelhia do PS e é naturalmente, de acordo com o Presidente da Comissão Política Concelhia, estão alinhados e neste momento interessa dizer que a Câmara não faz*”. Isto dizia o Senhor Presidente da Câmara, enquadrando o assunto, dizendo que não retirou à CPCJ nada.-----

----- Ora, para além dos elementos designados pela Assembleia Municipal para acompanharem e integrarem a CPCJ, nós temos também felizmente por coincidência, representantes nesta Assembleia, nomeadamente uma das Senhoras Secretárias da Mesa, em representação das Associações de Pais, que também tem assento na CPCJ.-----

----- Garanto, porque foi isso que me disse o representante designado pelo CDS, Pedro Vidal, que não faz qualquer sentido, nem sequer se põe a hipótese da CPCJ agir por comando político de nenhuma força política e muito menos da Concelhia do PS, a brincar, até se disse, seria mais fácil a CPCJ tomar conta do PS, do que o PS tomar conta da CPCJ.

----- Não obstante, aquilo que aqui gostaria de colocar, muito concretamente, é a seguinte questão, existe algum membro desta Assembleia que acompanhe a declaração do Senhor Presidente da Câmara de que a Senhora Presidente da CPCJ está a politizar a CPCJ contra a Câmara Municipal? É esta a questão que deixo.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares – PS;** -----

----- “Os colegas que me antecederam já disseram o que era mais importante, mas não podíamos deixar de vir aqui, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, agradecer à CPCJ de Águeda pelo magnífico e importante trabalho que tem desenvolvido, não só ao longo do ano de 2020, que é objeto do relatório que aqui hoje foi apresentado, mas ao longo de todos os anos, sempre que tem tido a atividade que é da maior importância no nosso concelho, sempre na defesa e na promoção dos direitos das nossas crianças e obviamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

o mínimo que nós aqui podemos fazer, mais do que lhes dar os parabéns pelo trabalho feito, é sobretudo agradecer, de forma muito empenhada, todo o trabalho que diariamente e de forma desinteressada, é feito por estas técnicas e por estes técnicos.-----

----- À semelhança daquilo que aqui já foi referido, felizmente parece que a situação do cartão ou do transporte para os técnicos da CPCJ está resolvido e parece-me também que foi resolvido até de uma forma relativamente simples, pelo menos de acordo com a apresentação que aqui foi feita, o problema foi resolvido de uma forma simples, não se compreendendo a razão pela qual se demoraram três anos, pelo menos, a que se tivesse arranjado uma solução, pondo, assim, em causa a devida assistência às crianças e, sobretudo, agravando ainda mais o esforço que já de si é tão grande, feito pelos técnicos e pelas técnicas ao serviço da CPCJ.-----

----- Essa é uma situação que acho que é inqualificável, uma situação que se resolveu no espaço de um mês, não se ter resolvido no espaço de três anos, pelo menos, e depois obviamente, e o Senhor Deputado Miguel Oliveira acabou por me ler quase os pensamentos, as declarações que o Senhor Presidente da Câmara fez em tempos, nesta Assembleia Municipal, que foram da maior gravidade e por isso era importante que hoje, decorrido este tempo, feita esta apresentação, depois da Senhora Presidente da CPCJ ter aqui dito aquilo que disse, ter apresentado e feito um relatório com todas as situações que se passaram, não tendo essa informação foi prestada até ao momento e desmentida pelo Senhor Presidente da Câmara, parece-me que, e já aqui nesta Assembleia Municipal, noutras circunstâncias aconteceu, se calhar, no mínimo, haverá um pedido de desculpas a fazer.”-----

----- **Isabel Santiago - Presidente da CPCJ.** -----

----- “Só uma breve referência relativamente ao esclarecimento que foi enviado para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ainda em dezembro, após a segunda reunião, ou segunda sessão, desta Assembleia, em que, de facto, a Senhora Vereadora refere aqui que a Câmara Municipal investe dezenas de milhares de euros com a CPCJ.-----

----- Este assunto foi abordado na reunião que a CPCJ realizou em janeiro, com o Senhor Presidente da Câmara e com a Senhora Vereadora, e o pedido não foi feito formalmente, mas foi uma situação que foi abordada, e naquela altura como o problema das deslocações foi resolvido, foi ultrapassado, muito rapidamente, e de facto, a nossa grande limitação na nossa intervenção do dia a dia tinha a ver com as nossas deslocações, não achamos necessidade, o tempo foi passando, e por lapso não fizemos o pedido formal, mas este assunto foi abordado nesta reunião, com o Senhor Presidente da Câmara e com a Senhora Vereadora, como é natural.-----

----- Naquela altura tínhamos um problema, neste momento já não temos, com as viaturas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

com os cartões, portanto temos a nossa intervenção bastante mais adequada, tal como já poderia estar a acontecer há mais tempo, como é óbvio, porque foi muito rápido ultrapassar isto, foi a emissão de um cartão e neste momento estamos todos em igualdade de oportunidades, os dez técnicos da CPCJ que gerem processos e que fazem parte da Comissão Restrita e como técnicos de apoio, todos podem conduzir as viaturas da Câmara Municipal, o que não acontecia até então. Portanto, a partir do momento em que isto ficou ultrapassado, neste momento já não existe esse problema e é muito fácil enviar um e-mail e fazer esse pedido formal, não sei se neste momento se justifica qualquer um de nós, um de vocês, com todo o respeito, pode fazê-lo, se assim o entender.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Dizer só rapidamente à Dr^a. Isabel Santiago que foi muito agradável a reunião que nós tivemos, e efetivamente a conversarmos, não custa nada resolvermos problemas, nomeadamente até quando muitos deles estão resolvidos por natureza e me parece que há problemas de comunicação ou de entendimento ou falta de entendimento, daqui a um bocadinho provavelmente será facilmente explicado aquilo que quero dizer.”-----

----- A questão do cartão e da eventualidade do cartão, nunca tive muito interesse por essa questão porque ela estava na minha cabeça completamente resolvida, não sei se vocês sabem, mas a Câmara Municipal, esteve durante um ano inteiro, um carro completamente indisponível e dedicado à CPCJ, e é um facto, estamos a falar de 2020. Tive algum comedimento aqui, algumas vezes, para não dizer certas coisas que não seriam agradáveis e portanto não valeria a pena nós estarmos para aqui a falarmos muito mais longe e portanto vou manter esse comedimento, vou pedir à Senhora Vereadora para falar sobre este assunto.”-----

----- **Elsa Margarida de Melo Corga** – Juntos – Vereadora; -----

----- “Apenas para referir, até porque penso que só falei uma vez, na Assembleia Municipal, acerca deste assunto, e só para dizer que, tenho um profundo respeito pelo trabalho da CPCJ, não só hoje, mas ao longo de todos estes anos, e sempre trabalhei muitíssimo bem com todos e todas as Presidentes da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Águeda, inclusivamente com o Professor José Vidal, que veio aqui algumas vezes falar sobre o funcionamento da CPCJ e dizer que durante os anos em que ele foi Presidente da Comissão, tivemos sempre um excelente relacionamento e sempre trabalhamos e resolvemos todas as questões que foram sendo colocadas e até com menos condições do que aquelas que existem atualmente, como o Senhor Presidente bem referiu, penso que na Assembleia Municipal, na última Assembleia em que este assunto foi referido, nada foi retirado à Comissão, muito pelo contrário, ao longo dos anos as condições foram sendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

melhoradas porque fomos precisamente percebendo que havia novas necessidades, porque o próprio trabalho da Comissão foi mudando ao longo dos anos, as necessidades vão sendo outras, portanto sempre foi esse o nosso espírito.-----

----- Lamento que este assunto tenha tomado as proporções que tomou e tenha sido abordado aqui, algumas vezes, até num tom pouco adequado, quer à Assembleia Municipal, quer ao trabalho da CPCJ, que acho que é um trabalho de profunda delicadeza e de profunda sensibilidade, que acho que de facto não foi muitas vezes aqui abordado da melhor forma, percebo agora que, e acabo por concluir que, se calhar, houve aqui, a todos os níveis, algumas falhas de entendimento e de comunicação neste processo e que ao longo do tempo, inclusivamente esta questão da viatura, e falamos sobre isso na reunião, percebemos que, no fundo, em termos de procedimento de cedência das viaturas muito pouco mudou na reunião e depois da reunião, mudou, se calhar, o entendimento e a forma como resolvemos agilizar as situações, à exceção da situação da emissão dos cartões, que aí efetivamente foi agora alterado o procedimento, e portanto dizer que não me revejo minimamente naquilo que aqui foi referido, relativamente ao desrespeito ao colocarem em causa o trabalho da CPCJ, até porque eu, muitas vezes, pessoalmente e diretamente à Educadora Isabel Santiago, referi que a questão da viatura não fosse problema porque a qualquer hora haveria uma viatura disponível e que sempre que ela fosse necessária, depois da hora, ela poderia ficar na Comissão para o outro dia, portanto isso não é uma questão nova, é uma questão que já estava há bastante tempo implementada, fico satisfeita que se tenha resolvido, mas lamentar que realmente tenha chegado a este ponto, fico realmente satisfeita por perceber que conseguimos ultrapassar, mas dizer que para mim nunca estive em causa o respeito pelo trabalho que todas as pessoas da CPCJ desenvolvem, agora e no passado.”-----

----- **Isabel Santiago - Presidente da CPCJ.** -----

----- “Só para esclarecer aqui que, de facto o Senhor Presidente da Câmara disse que havia um carro completamente disponível para a CPCJ, isto não é bem assim Senhor Presidente, porque o carro estava entregue a uma das técnicas da Câmara Municipal, que é representante do Município na CPCJ, e nós estávamos dependentes da representante do Município para utilização do carro, e, também, nem todos os comissários podiam conduzir as viaturas porque não tinham cartão de utilizador. O meu cartão andou imensas vezes com diferentes comissários, não tenho problemas nenhuns de o dizer aqui, até porque o Senhor Presidente disse na nossa reunião que não era uma situação irregular, que até sabia que nós fazíamos isso e que não havia problema, mas de facto a partir de determinada altura, começamos a colocar aqui em questão, se acontece alguma coisa com um colega que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

a conduzir com o meu cartão, como é que as coisas se processam, e todos nós somos responsáveis e é claro que temos que levantar as questões nos sítios certos, e foi isso que foi acontecendo à medida que fomos conversando e felizmente que neste momento está tudo resolvido.”-----

----- 3.2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Alteração modificativa n.º 1;-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente, será o Senhor Vice-Presidente a intervir neste ponto”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “Esta primeira alteração, estamos em fevereiro, mas estamos a fazer esta alteração basicamente para a criação de rubricas novas e aumento de valor nessas mesmas rubricas, todas elas tendo a ver com candidaturas que foram efetuadas o ano passado, e que foram aprovadas só este ano, estamos a falar, por exemplo, de um plano de mobilidade em que estão aprovados, numa candidatura, trezentos e sessenta e um mil euros, o projeto “Explora a Pateira”, duzentos mil euros, que tem a ver com uma parceria no âmbito do OP a nível nacional. Estamos a falar da criação de uma rubrica nova, tem a ver com os passadiços, isto era uma verba que já estava prevista no Orçamento, mas tem que levar uma designação nova e, portanto, foi criada rubrica nova, não há aqui qualquer aumento e a criação também de uma rubrica de um projeto “Vintage”, no valor de vinte e dois mil e quinhentos euros. Valorização da linha de água, também aqui um montante de cem mil euros, isto perfaz um valor de aumento do Orçamento de setecentos e noventa e dois mil duzentos e cinquenta e um euros e cinquenta e um cêntimos, são situações que têm que estar contempladas neste Orçamento.”-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “Muito rápido, isto prende-se com uma alteração Orçamental, quando se prevê um aumento da receita em setecentos e noventa e dois mil euros e da despesa igual montante, só tinha uma pergunta, os projetos gostava que me falasse um bocadinho mais deles, porque não os conheço e segundo, estes projetos são financiados a cem por cento?”-----

----- **Carlos Miguel Nolasco de Lemos** – PJ de Fermentelos; -----

----- “Em primeiro lugar queria falar sobre o projeto “Explora a Pateira”, também acaba por ser mais um investimento nas freguesias, mais concretamente na Pateira de Fermentelos e a primeira palavra vai mesmo para os proponentes, são todos Fermentelenses, foram eles que fizeram esta candidatura, ganharam felizmente.”-----

----- Em segundo, agradecer ao Município de Águeda, pois foi o único Município que mais uma vez, tendo três Municípios que abraçam a Pateira, foi o único Município que abraçou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

este projeto, portanto em nome dos proponentes, penso que posso falar em nome deles, em nome da Freguesia de Fermentelos, muito obrigado por mais uma vez abraçarem este projeto e estarmos na linha da frente.-----

----- Dizer que, da parte da Junta de Freguesia, acerca deste projeto, podem contar com a nossa total disponibilidade na sua implementação e tudo o que for preciso, estamos cá para colaborar.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Venho falar em relação a esta alteração, sobre um assunto que sob o meu ponto de vista, devia estar nela e não está, e tem a ver com a estratégia local da habitação e vou falar porque, penso que, é um processo em que a Câmara de Águeda tem que acelerar muito depressa.-----

----- Tivemos notícias neste fim de semana que efetivamente já há vinte e cinco Câmaras neste país com o seu projeto aprovado, já mais cerca de trinta que estão em análise, mais dez em negociação, mais cento e cinquenta a elaborarem o projeto.-----

----- Já está em análise, diz o Senhor Presidente, a informação que tenho, mas posso estar enganado, ou que tinha, é que ainda não tinha sido enviado. Destas cento e cinquenta, já estamos em análise, diz o Senhor Presidente-----

----- Porque é que venho fazer esta intervenção? Porque todos nós sabemos que vem dinheiro para esta área dentro do PRR, mas também sabemos que cinquenta por cento deste dinheiro já está comprometido para as primeiras Câmaras que assinaram, e que representam catorze mil famílias, e sabemos que este era um Plano que tinha uma comparticipação que entre trinta a cinquenta por cento para fundo perdido, mas que para as primeiras vinte e seis mil famílias, terá uma comparticipação a cem por cento, portanto, basicamente, os primeiros planos a avançar são aqueles que vão ter esta comparticipação e sabemos que estes Planos para serem aprovados têm que ter componente pública, não basta ser só componente privada, é fundamental que tenha uma componente pública muito forte, por isso, não sabia desta informação, mas já agora, pedia-lhe Senhor Presidente que me enviasse o Plano e de pois que me informasse quando é que ele tinha seguido.”-----

----- Neste momento o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se ele queria usar da palavra, ao que ele respondeu que passaria a mesma ao Senhor Vice-Presidente a fim de ele responder ao Senhor Deputado Carlos Almeida.-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “Aquilo que percebi do Dr. Carlos Almeida é a questão do equilíbrio do Orçamento, portanto é a despesa e a questão do equilíbrio por parte da receita, a maior parte deles são financiados a cem por cento, o “Explora Pateira”, o “Valorizar as linhas de água”, o projeto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cultural também, o “Plano de Mobilidade” não é a cem por cento, mas temos a indicação de que poderá haver um reforço das rubricas e portanto aquilo que nós contemplamos foi o valor total das candidaturas e na receita fizemos a mesma coisa, não vá a qualquer momento ser possível haver um reforço de rubrica nós podemos enquadrar isso no âmbito da receita, portanto à partida, a maior parte deles serão a cem por cento, há aqui dois que não são a cem por cento, o “Plano de Mobilidade” não é a cem por cento, e esta do “Vintage” foi uma candidatura também feita por um munícipe de Águeda, na área cultural, e que a Câmara vai financiar neste valor.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

-----”Relativamente à estratégia local de habitação, naturalmente que vamos mandar o que mandamos para apreciação e queria-vos dizer que efetivamente estamos preocupados com essa situação e mais do que preocupados a agir sobre ela.”-----

----- Curiosamente, tenho estado aqui a trocar mensagens inclusivamente com alguém que nos está a ajudar a tratar dessa matéria, nomeadamente com a possibilidade de virmos a estabelecer ações concretas desse âmbito, mandarei com todo o gosto e estamos naturalmente, agora ainda mais, com essa necessidade de avançarmos rapidamente com esta questão, para não perdermos essa oportunidade.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com três abstenções do Grupo Municipal do CDS, e oito abstenções do Grupo Municipal do PSD, a proposta da Câmara Municipal para alteração modificativa n.º 1.----

----- **3.3 – Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para:**-----

----- **3.3.1 – Aquisição de produtos desinfetantes e estabilizadores da qualidade da água das piscinas municipais e análises microbiológicas e físico-químicas;** -----

-----**3.3.2 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado instalados em Edifícios Municipais e Edifícios Escolares;**-----

----- **3.3.3 – Despesas Plurianuais.** -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “São daquelas questões que vêm à Assembleia porque não estão em termos de Orçamento a previsão da plurianualidade e o que é certo é que são procedimentos que depois vão produzir efeitos financeiros em mais do que um ano, mas são coisas relativamente simples.”

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Efetivamente o motivo que justifica a vinda destas propostas à Assembleia Municipal é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

a plurianualidade do pagamento, cumprindo aquilo que vem previsto na lei dos compromissos e pagamentos em atraso. -----

----- Não obstante, esta Assembleia não se deve pronunciar apenas sobre o cabimento dos compromissos, também se deve pronunciar, que é sua obrigação, uma vez que está nas suas competências acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e eventualmente alertar para as deficiências que estas propostas possam ter.-----

----- Começaria com aquela que talvez seja a mais simples de compreender e talvez pedindo até um esclarecimento.-----

----- A proposta três ponto três, elenca diversas despesas que, na maior parte dos casos, correspondem a reprogramações de despesa. Eram despesas que deviam ter sido feitas em 2020, salvo erro, e por força do COVID e de outras coisas, acabaram por deslizar para 2021, não me causa nenhum problema, acho que qualquer um de nós certamente as aprovaria, mas há uma exceção, daquilo que leio, entendo que há uma exceção, que é logo a primeira, que é a que tem a ver com o laboratório vivo para a descarbonização, que apresenta três propostas cujo montante global ascende a quarenta e cinco mil euros e que me dá ideia que ainda não houve deliberação da Câmara Municipal, sobre a forma como vão ser feitos estes contratos, se eles são feitos por ajuste direto, se são feitos por ajuste direto simplificado, qual é a figura no âmbito do Código dos Contratos Públicos, que será utilizada para cada um dos contratos, ou se é apenas um único contrato, um contrato misto e nesse caso como é que ele está tipificado no Código dos Contratos Públicos? Nada se diz sobre isso, acho que é um elemento que não deve faltar.-----

----- As outras duas propostas têm uma deficiência, a meu ver, primeiro lugar, nenhuma delas se refere ao Código dos Contratos Públicos, em ponto nenhum, estou a falar da proposta não estou a falar do caderno de encargos. O caderno de encargos enquadra o funcionamento do contrato, mas a deliberação que envolve a decisão de contratar, a decisão de escolha de procedimento, a aprovação das peças do procedimento, competem ao órgão Câmara Municipal e notei duas coisas, atenção são feitas por dois técnicos diferentes, nenhuma delas se refere ao Código ou qualquer alínea do Código dos Contratos Públicos. Podem-me vir dizer, “as Câmaras quando contratam têm que seguir o Código dos Contratos Públicos e as modalidades de contratação que aí estão”, não é verdade. Pode-se, dentro da legalidade, fazer contratações fora do Código dos Contratos Públicos. O próprio Código informa que é possível fazê-lo e em que casos. Depois também há os outros casos, os casos em que as contratações são irregulares, fogem também ao Código dos Contratos Públicos, são irregulares, são passíveis de nulidade, podem ser anuladas, e aqui é que entra a minha maior preocupação, é que a falta de elementos importantes, nesta proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de deliberação, pode permitir, por exemplo, que alguém que esteja descontente com o concurso, imponha uma ação de impugnação do concurso ou do procedimento, que até pode não levar a nada, mas seguramente contribui para atrasar todo o processo, e uma das coisas que nunca se deve fazer é ajudar por negligência a que esse caminho de atraso e dificuldade da ação das instituições públicas ocorra.-----

----- Resumindo, na proposta relativa aos equipamentos de ar condicionado, estamos a falar, diz a própria proposta, de um concurso público sem publicidade internacional, é uma proposta de contratação cujo valor ascende a mais de cento e oitenta e cinco mil euros, distribuídos ao longo de três anos. Em sitio nenhum se refere explicitamente o artigo ao abrigo do qual se realizará o procedimento, mas tem uma falha mais grave, em sitio nenhum se indica quem será responsável pelo procedimento.-----

----- Diz o artigo trigésimo oitavo do Código dos Contratos Públicos, *“A decisão de escolha do procedimento de formação de contratos, de acordo com as regras fixadas no presente Código, deve ser fundamentada e cabe ao órgão competente para a decisão de contratar”* neste caso à Câmara Municipal.-----

----- A Câmara Municipal nestas duas propostas não fundamenta a decisão de contratar, não fundamenta sequer a escolha do procedimento. Aliás, nem sequer refere explicitamente qual é a disposição do Código dos Contratos Públicos, ao abrigo do qual vai ser feita a contratação, ao abrigo do qual se faz o procedimento, nada diz sobre isso, é uma inovação, a meu ver. Diz o artigo sexagésimo sétimo *“Júri - Número Um – Com a exceção do ajuste direto, os procedimentos para a formação dos contratos são conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar”*. Não há nenhuma referência ao júri, não há nenhuma referência à condução do processo, então há um concurso público sem publicidade internacional e a proposta que aprova esse concurso público não estabelece quem é o júri, não pode ser. Diz o número três, *“Tratando-se de consulta prévia”*, lá está a tal proposta das piscinas, é uma proposta de consulta prévia, fico na incerteza se essa consulta prévia há-de ser feita nos termos do artigo vigésimo, numero um, alínea c) ou do artigo vigésimo primeiro, número um, alínea b), do Código, mas certamente, será um problema que não é meu, o que sei é que não consta lá qual é a disposição a seguir: *“Tratando-se de consulta prévia o órgão competente para a decisão de contratar, pode decidir que os procedimentos sejam conduzidos pelos serviços, considerando-se feitas a estes as referências feitas no presente Código ao júri”*. Ou seja, no caso da consulta prévia, em vez de júri, pode o órgão designar os serviços da Câmara Municipal, para a condução do procedimento, mas isso tem que constar na proposta e não consta, podem vir argumentar *“não senhor, à Assembleia só cabe pronunciar-se sobre a plurianualidade”*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Vou-vos dar um exemplo simples de uma contratação que obedecendo em tudo aos preceitos legais, levaria sempre à minha rejeição qualquer que fosse o período em que estivesse. Vamos imaginar que agora a Câmara Municipal decidia contratar, por dois anos, uns serviços de calibração dos relógios das igrejas. Portanto, um técnico iria proceder à análise se os relógios, do topo da igreja ou das capelas, estão certos ou não, e iria receber dez mil euros por ano. Como é plurianual teria que vir à Assembleia, porque isto seria um ajuste direto, um ajuste direto de menos de trinta mil euros, caberia perfeitamente dentro daquilo que a Câmara pode deliberar sem ter que vir à Assembleia, seria obrigado a chumbar, seria dinheiro mal gasto, na minha opinião.-----

----- As minhas competências de apreciação, enquanto membro desta Assembleia, não se limitam a passar um visado sobre aquilo que a Câmara faz no que respeita à plurianualidade e as vossas também não, ninguém pense que a escusa que se dá, não, não, a Assembleia pronunciou-se e aprovou isso, mas só quanto ao carácter da plurianualidade colhe, não colhe, nós somos responsáveis, como foi o órgão que aprovou isto assim, nós somos tão responsáveis como eles se aprovarmos agora.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Só para garantir a todos que a legalidade destas questões, está toda ela absolutamente garantida e não pode ser de outra maneira. Aliás não consigo perceber o que é que o Dr. Miguel veio aqui dizer porque, por exemplo, pego na primeira proposta e diz aqui claramente o seguinte, *“Assim sendo, propõe-se ao Executivo Municipal que nos termos da alínea c)...., submeta a presente proposta de aquisição de produtos desinfetantes e estabilizadores da qualidade da água das piscinas municipais e análises microbiológicas e físico-químicas, a efetuar mediante consulta prévia, à consideração e aprovação da Assembleia Municipal”*, portanto não consigo perceber. Além disso, gestores do contrato são sempre nomeados e a lei é indiscutivelmente cumprida nestas questões todas. Não consigo perceber este alarmismo e esta vontade enorme de criar aqui, em coisas tão simples, mas pronto, fica-vos na vossa consciência.

----- Queria-vos dizer que a explicação de todas estas situações também está aqui exaustivamente feita, por exemplo, vou para a mais pequena para, se calhar, também ser mais facilmente compreensível, por exemplo, “Subsídio a Arrendamento - Pagamento extraordinário de subsídio de arrendamento no montante de quatrocentos e cinquenta euros, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, conforme proposta ao Executivo, quinhentos e vinte e três de 2020, aprovado em quinze do doze, de 2020”. Portanto não foi paga em dezembro e como tal transita, e como é referente aos meses lá de trás, vem aqui para pedir esta autorização da plurianualidade que se concretizou desta maneira.-----

----- Por exemplo, a questão do nosso Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

está, como toda agente sabe, num processo de revisão e que por factos não imputáveis, e imputáveis a uma coisa muito simples, por causa do COVID a nossa técnica, do gabinete florestal, tem duas crianças menores, teve que ir para teletrabalho e não conseguiu cumprir os procedimentos, e uma coisa que deveria ter sido acabada e paga até dezembro, naturalmente que ficou para janeiro, é esta a questão, está tudo perfeitamente justificado, todos estes procedimentos que aqui estão referidos, nomeadamente no 3.3.3, são procedimentos que já foram concretizados, os procedimentos estão todos realizados, o que alargou foi o prazo de execução e é exatamente por causa disso que vem aqui, porquê? Porque eram procedimentos que deveriam ter uma componente e que deveriam ter sido realizados num só ano e afinal de contas deslizaram e passam para dois anos, é só isto, não há mais nada.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS;** -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, o Senhor pode garantir e bater no peito, isso não vai tornar uma falsidade uma verdade.”-----

----- O Senhor pode continuar a insistir, mas a verdade é esta, não faz nenhuma referência ao Código dos Contratos Públicos, é incrível a quantidade de referências duplicadas à mesma lei, que é a Lei 8/2012, que é a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, fala diversas vezes dessa lei, cita várias alíneas dessa lei, fala da Lei 75/2013, do Código dos Contratos Públicos situando precisamente qual é o procedimento que se vai executar, nada, diz efetivamente que é consulta prévia, mas consulta prévia no âmbito de quê? É que se for no âmbito do Código dos Contratos Públicos, que acho que me parece que é lógico presumir que é, então tem que se cumprir o Código, certo? Tendo que cumprir o Código, das duas uma, ou designa o júri ou então designa qual é o serviço que vai conduzir o processo. Não tem uma coisa nem outra.”-----

----- É para lhe explicar, Senhor Presidente, que é esta a carência que esta proposta tem e que nenhuma, que me lembre, nenhuma proposta levada a Executivo, no mandato anterior ao seu, e que tenha sido aprovada, tinha.”-----

----- É curioso, isto é uma inovação, e é uma inovação que vem de dois técnicos diferentes, é que esta omissão vem de dois técnicos diferentes.”-----

----- Por último Senhor Presidente, como tinha dito ao início, só queria esclarecimento no que respeita a três ponto três, em relação ao laboratório vivo para a descarbonização, porque o montante total das três coisas que se pretende contratar ascende a quarenta e cinco mil euros, elas têm valores diferenciados, uma tem dez mil euros, outra tem, salvo erro, trinta e três mil, outra terá outra coisa qualquer, e a questão que se põe é apenas esta, isto é um único concurso, é um concurso misto? É que não é referido, isto é feito por ajuste direto? Já foi feito isto? A Câmara Municipal já aprovou?-----

----- O que está escrito é que esta deliberação respeita a reprogramações, calendarizações e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

inovações, queria saber onde é que está a inovação, inovação é uma coisa que ainda não se fez, correto?”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Apenas para dizer que, apesar de haver estas manifestas lacunas, não me parece que este seja motivo suficiente para inviabilizar a votação em sede de Assembleia Municipal, ainda assim, aproveitando também este ensejo do Senhor Deputado Miguel Oliveira, de facto, tem-se reiterado alguma ausência de rigor na forma como são elaboradas as informações, inicialmente para apresentação ao Executivo da Câmara Municipal, e depois, obviamente, também se reflete naquilo que aqui vem à Assembleia.-----

----- Por isso, Senhor Presidente da Câmara, aproveito este momento, para lhe solicitar, a si enquanto Presidente da Câmara e por consequência chamar a atenção dos seus diretores de serviço, para que haja o maior cuidado na apresentação, e isto digo-lhe, até para sua proteção, não custa nada, as coisas ficam mais clarificadas, nós também ficamos todos mais bem informados.-----

----- Aproveito também para solicitar, não sei se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha isso em mente, fazer a votação em separado os três pontos.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Só para dizer, peço desculpa, mas não consigo acompanhar a imaginação, não sei, provavelmente este tipo de coisas pode aqui, em algumas imaginações mais férteis, trazer para aqui outras questões que não sei, a única coisa que posso garantir aqui, é que todos os procedimentos cumprem o Código e o Código é o Código. O Código é aquilo que define que tipo de procedimento é que podemos fazer relativamente a determinada aquisição de bens ou serviço, podem ir desde os concursos públicos internacionais, aos concursos públicos sem publicação internacional, está definido claramente sobre os montantes, mas depois pode haver consultas prévias, pode haver inclusivamente ajustes diretos e ajustes diretos simplificados, e todos estes procedimentos são legais, desde que devidamente enquadrados, não vamos aqui diabolizar isto ou aquilo, porque reparem numa coisa, lembro-me perfeitamente de uma jornalista que uma vez me perguntou o seguinte, “ Vocês porque é que recorrem ao ajuste direto?” e eu disse, “da próxima vez que quisermos fazer um anúncio de um edital num jornal cá da terra, vamos fazer um concurso público, pode ser que o jornal do Fundão faça mais barato e nós publicamos lá”, ao que ela respondeu, “Já percebi”.-----

----- Atenção, desde que devidamente enquadrado, todos os procedimentos são válidos e legais.

----- Aquilo que esta proposta aqui trás, sobretudo a 3.3.3, diz-nos o seguinte, todos estes procedimentos foram feitos no ano de 2020, por exemplo, há aqui algumas coisas que nos faz desde logo dizer o seguinte, “Medidas de auto proteção da Biblioteca Manuel Alegre - a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

prestação de serviços referida em epígrafe está concluída, entregue e aprovada no ano de 2020, sendo que, no entanto, devido a constrangimentos de pessoas, do responsável da empresa (problemas de saúde), não foi enviada ao Município a respetiva fatura no prazo previsto, pelo que só poderá ser paga no corrente ano de 2021”, é isto, estamos entendidos, acho eu.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca do ponto 3.3, da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 3.3.1, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com três votos contra do Grupo Municipal do CDS a proposta da Câmara Municipal para aquisição de produtos desinfetantes e estabilizadores da qualidade da água das piscinas municipais e análises microbiológicas e físico-químicas.-----

----- Relativamente ao ponto **3.3.2 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado instalados em Edifícios Municipais e Edifícios Escolares** verificou-se que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com três votos contra do Grupo Municipal do CDS-----

----- **3.3.3 – Despesas Plurianuais.** -----

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o ponto acima referido, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por maioria** com três abstenções do Grupo Municipal do CDS.-----

----- **3.4 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro às Freguesias para aquisição, aluguer ou manutenção de tratores e máquinas agrícolas ou florestais;** -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Só para fazer o introito a um conjunto de pontos que vêm aí a seguir e para lhes dizer que naturalmente estes pontos vêm todos eles no seguimento de uma reunião inicial que tive com todos os Presidentes de Junta e depois em reuniões individuais que acabamos por ter com todos.-----

----- As propostas que são hoje apresentadas não representam a totalidade daquilo que vamos fazer durante este ano, porque nessa reunião foi claramente dito que naturalmente as situações que representassem maior urgência, fossem apresentadas desde logo para que pudessem vir a esta Assembleia, de fevereiro, e que pudéssemos dar-lhe andamento mais rápido. Aquelas cujos trabalhos demorarão mais algum tempo, virão nas próximas Assembleias, nomeadamente em Abril que teremos algumas outras.-----

----- No caso concreto, foi sugerido pelos Presidentes da Junta, nessa reunião, que uma verba que está habitualmente destinada a eventos de carácter cultural e lúdico, nas freguesias, e que a Câmara tem vindo a apoiar, fosse transferida para um reforço da capacidade das Juntas em contratarem equipamentos, nomeadamente máquinas, para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sua atividade.-----

----- É isso que nós fizemos, nesta fase, estamos a colocar aqui, aquilo que seria a verba respeitante ao ano que passou, e faz parte da nossa ideia, no caso de o COVID se manter com estas limitações, podermos vir a aumentar este valor durante o ano, mas avançamos com aquilo, porque no ano passado efetivamente, à exceção de um a Junta que fez também um pequeno valor, penso que foi Valongo do Vouga, com cerca de mil euros que usou ao fazer as festas da Vila, penso que mais nenhuma Junta de Freguesia teve possibilidade de esgotar esta verba, portanto trazemo-la aqui com esta indicação, no fundo, esta proposta serve-nos para cabimentar essa possibilidade de quase fazermos transitar esta verba de uma rubrica para outra.-----

----- Era um dinheiro que seria para as Juntas de Freguesia e que está aqui para que não deixe de ser gasto, e bem gasto, neste caso.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro às Freguesias para aquisição, aluguer ou manutenção de tratores e máquinas agrícolas ou florestais.-----

----- **3.5 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias para atribuição de Apoio Financeiro;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “É um conjunto de propostas que vêm no sentido de aprovarmos estes protocolos de colaboração, entre o Município e as Freguesias, para que se possa efetivamente desenvolver um conjunto de trabalhos.-----

----- Queria-vos dizer que, junto há uma tabela que acompanha toda esta proposta, que tem nomeadamente algumas verbas que não foram iniciadas ou concluídas até ao final do ano passado e, portanto, há valores que estão aqui por transição. Neste caso concreto, em alguns destes casos soma ao valor que seria referente ao ano 2020, o valor que estará referente ao valor que não foi gasto referente ao ano passado e, portanto, a algum que estará para este ano.-

----- É um conjunto de propostas bastante largo, são exatamente dez acordos com dez Juntas de Freguesia, dispenso-me aqui a leitura de todos eles.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “A primeira nota tem a ver com os protocolos virem todos na primeira Assembleia do ano.”---

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Não, vêm aqueles que os Senhores Presidentes entenderam que eram os mais urgentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

porque os outros virão a seguir.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Uma grande parte deles vêm e contrariam aquilo que temos feito nos anos anteriores e portanto as boas práticas quando são tidas, são elogiadas.-----

----- Também não se deixa de notar o facto efetivamente diferente em relação ao passado, não neste mandato, mas noutros, que as que não foram conseguidas ser feitas num ano, transitam para o ano a seguir e os Presidentes de Junta não perdem isso.-----

----- No entanto, há aqui uma situação que nós continuamos a reclamar, achamos que nesta área da saúde as coisas não são muito justas, porque há freguesias que se querem fazer intervenção nas suas Unidades de Saúde, sai dos seus protocolos, há outras que não saem, concretamente na Freguesia de Águeda, na Freguesia que se vai fazer uma remodelação muito grande no Centro de Saúde, na Freguesia de Aguada de Cima vai-se fazer uma remodelação muito grande no Centro de Saúde, na União de Freguesias da Trofa, também uma pequena coisa, mas aqui, estas partes são todas garantidas através de obras feitas diretamente pelo Município, e portanto não vão sacar verba às Freguesias.-----

----- Se chegarmos a duas Freguesias, que já aconteceu, Recardães e Fermentelos, já fizeram obras nas suas Unidades de Saúde que foram buscar aos protocolos, e agora, mais recente, Travassô com a intervenção na sua Unidade de Saúde, porque estas Unidades de Saúde, em alguns casos pertencem à Freguesia noutros casos foi opção das pessoas.-----

----- Penso que esta área da saúde deve ser assumida pelo Município e que isto não deve ir comer aos protocolos das freguesias, não estamos a falar de grandes valores, tem a ver mais com os princípios. Penso que a saúde não deve ser deixada para a obra ser feita em cada freguesia, deve ser centralizada pelo Município, e o Município deve pagar esse tipo de obras porque os protocolos, no contexto que nós vamos discutindo isto ao longo dos anos, é um outro contexto de obra completamente diferente, do meu ponto de vista, por isso, não me parece lógico que isso aconteça.-----

----- Vejamos o caso do Sérgio, em Travassô, que agora está a fazer uma obra importante com o apoio do Município.-----

----- Nós temos que perceber todos isto, as freguesias para fazerem obras têm que ter o apoio do Município, porque elas não têm dinheiro próprio para isso. Quando dizemos que as freguesias fazem ou o Município faz, o dinheiro vem todo do mesmo lado, agora o que acontece é o seguinte, por exemplo, na obra que a Freguesia de Travassô está a fazer em Óis da Ribeira, devido ao facto da sua Unidade de Saúde entrar em obras, derivaram para Óis da Ribeira uma parte da Unidade de Saúde. A Câmara apoiou com onze mil euros, mas o custo da obra são cerca de dezassete mil euros, e muito bem, acho que deve ser esta a interligação que existe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

entre o Município e a própria freguesia, nós sabemos que a freguesia faz mais com menos dinheiro, sabemos desse facto.-----

----- Também nestas situações, penso que nós devemos, nos casos da saúde, excluí-los naquilo que é dos próprios protocolos e, basicamente, a minha reclamação ou o meu desafio é exatamente este, é que estas freguesias sejam ressarcidas as que já fizeram o investimento, neste caso Recardães e Fermentelos, no caso de Travassô também este valor não vá comer aos protocolos quer deste ano, e quem vier para o próximo ano que aconteça exatamente a mesma situação.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Só para dizer, às vezes precisamos de refletir um bocadinho sobre estas questões e queria aqui chamar a atenção do seguinte, porque, por exemplo, nós estamos com o processo bastante avançado aqui do concurso com o Centro de Saúde de Águeda, por exemplo, e a obra já bastante avançada em Aguada de Cima, e posso aqui dizer que estamos nesta espécie de *overbooking* já há para esta área da saúde também e da educação e de coisas, estamos com estas obras candidatas e a Câmara vai indiscutivelmente receber aqui uma comparticipação significativa de fundos comunitários, o que quer dizer logo por si, que afinal de contas conseguimos fazer por esta via esta obra, e aquele valor, que será o valor da comparticipação da Câmara nestas áreas, nestas freguesias, nomeadamente neste caso aqui, Águeda concelho e Aguada de Cima, acaba por ser muito mais leve do que aquilo que vamos gastar, por exemplo. em Travassô, porquê? A questão de Travassô foi facilmente explicada porque de outra forma nós inclusivamente teríamos mantido o financiamento, aliás curiosamente ainda hoje estive a ver, mas efetivamente não é possível, que era ver se havia alguma hipótese de a Junta de Freguesia poder candidatar aquela obra, e não, efetivamente não há essa possibilidade, porquê? Porque as instalações são propriedade da Junta de Freguesia e a Câmara limita-se a ter esta possibilidade deste apoio.-----

----- Aquilo que queria aqui dizer é que este apoio, e nós estamos a fazer o apoio desta verba que é aquilo que está com o planeamento financeiro da obra que estará expetável que seja gasto este ano, porque para o ano a obra tem continuidade e naturalmente que terá outro apoio de sensivelmente este montante. Portanto estamos a perceber que estamos a ir muito mais, mas muito mais do que aquilo que era o valor normal do apoio a conceder à Junta de Freguesia para este ano.-----

----- Naturalmente que estamos dispostos, já estivemos no passado e continuamos a estar dispostos para irmos fazendo outras coisas, desde que, naturalmente se vá reconhecendo a utilidade, lembro-me perfeitamente termos estado, no fim do ano passado, na aquisição da carrinha de transportes da Junta de Freguesia de Travassô, estivemos. Estivemos agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

naquela opção, logo que o Senhor Presidente da Junta nos falou, de irmos criar condições em Óis da Ribeira para podermos reabrir a Unidade de Saúde, agora que ela está a funcionar, e que as obras se iniciam e não poderá vir para Travassô, e uma das partes deste montante que vai aqui e portanto penso que não há essa questão.-----

----- Se tivermos que acertar as contas, então temos que lá ir muito para trás ou então temos que definir o ano, porquê? Porque o passado, há muitas Juntas de Freguesia aqui que são proprietárias das suas unidades de saúde e têm vindo indiscutivelmente a ter esta atenção também e contar com o apoio da Câmara nesses melhoramentos que vão sendo feitos ano após anos e diria que nos últimos anos nós temos tido, e nos últimos anos, de uma forma bastante alargada sempre aqui ou ali melhoramentos nas unidades de saúde, aliás, deixo aqui esta nota porque é importante, não fossem as autarquias, não sei o que seriam as nossas unidades de saúde porque quem deveria cuidar delas por direito próprio, em momento nenhum os vimos chegar, portanto nós é que acabamos por tomar estas atitudes e já o disse aqui e volto a dizê-lo, por exemplo o edifício do Centro de Saúde de Águeda veio indiscutível e apenas só da nossa iniciativa, ninguém nos pediu nada, nós é que temos olhos na cara e vimos que aquilo é mau demais.-----

----- Isto serve para uma reflexão para todos porque, por vezes, é assim, não há dúvidas nenhuma que o poder local, sobretudo o poder dos autarcas tem uma capacidade de execução e de realização de obra de fazer e sentem um bocadinho esta necessidade que têm da proximidade que temos com as coisas que são afinal da nossa terra.-----

----- Há uma coisa que nós não conseguimos fazer que é, tudo em todo o lado e ao mesmo tempo, não conseguimos, mas fazemos muito e estamos sempre a fazer, isso é indiscutível.”-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD;** -----

----- “Senhor Presidente, para nós, para o Grupo Municipal do PSD, o que é importante é que as instalações estejam ao serviço do povo, sejam elas propriedade de um organismo público, de uma junta de freguesia, de uma câmara municipal. Portanto o repto, é muito claro, que gostávamos de lançar, pelo menos com efeitos ao início deste mandato e como o Hilário disse, relembramos Fermentelos, relembramos Recardães, relembramos Travassô e não sei se a Trofa não vai ter que custear alguma coisa na Mourisca, presumo que não, que pudéssemos, no fundo, desviar este impacto, esta opção que as Juntas tomaram, porque nós entendemos que estes valores devem ser assumidos por nós e isto é uma opção política, que espero que tenha em conta, para podermos, digamos, equilibrar um bocadinho a balança.-----

----- Fica o repto, esperamos que o aceite com a mesma alegria que o endereçamos.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aprovou por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias para atribuição de Apoio Financeiro;-

----- 3.6 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração das Adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados em 2019 com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima e a União das Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba; -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----

----- “Só para esclarecer uma coisa e que deriva da lei, sobretudo da Lei 75/2013 também, quando estamos a falar de competências do Município que são delegadas nas Juntas de Freguesia. Nós temos que celebrar contratos interadministrativos de delegação de competências, quando a Junta de Freguesia adota tomar determinados projetos ou determinadas propostas de trabalho ou de intervenção que não são competência do Município, nós traduzi-mo-la para o tal protocolo de apoio e não é o tal contrato interadministrativo.-----

----- Tudo isto para vos dizer o quê? Naquela segunda proposta que estivemos agora a discutir, de apoio às Juntas de Freguesia, naquelas verbas estão contempladas obras não realizadas também estão apoiadas e que deveriam ter sido apoiadas no ano passado, mas que por dificuldades das Juntas de Freguesia não as conseguiram realizar naquele ano, junta-mo-las aos valores que vieram para este ano de 2021 e portanto avançamos por via disso, mas nos contratos interadministrativos não, porque foram reduzidos à forma de contrato, então trazemos, para estes casos concretos, as adendas a esses contratos que no fundo a única coisa que dão é um prazo maior para a execução daqueles trabalhos, que estava definido até ao final do ano que passou e que agora apontam para este ano, é a única questão.-----

----- Não são estas as únicas Juntas que, digamos, se atrasaram na execução dos trabalhos, só que a forma de contratualização leva-nos a isto, portanto, neste caso concreto são adendas que têm só e apenas a ver com essa dificuldade que há em concluir os trabalhos a tempo e horas.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração das Adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados em 2019 com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima e a União das Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba.-----

----- 3.7 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração das Adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados, em 2019 e 2020, com a Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Aguada de Cima, e em 2020, com as Uniões de Freguesias de Águeda e Borralha, Recardães e Espinhel e Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

-----“São na mesma adendas, exatamente nos mesmos termos, portanto contratos interadministrativos.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração das Adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados, em 2019 e 2020, com a Freguesia de Aguada de Cima, e em 2020, com as Uniões de Freguesias de Águeda e Borralha, Recardães e Espinhel e Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- **3.8 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesias;-----**

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesias;-----

----- **3.9 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo para execução de projeto no âmbito do Orçamento Participativo de Águeda;-----**

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Este também é um contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Fermentelos e é mais um projeto do Orçamento Participativo, suponho que de 2017, que nos propomos realizar, é a delegação de competências, penso que é o “Mexe, mexe em boa companhia””.-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo para execução de projeto no âmbito do Orçamento Participativo de Águeda;-----

----- **3.10 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de revogação das Adendas aos Contratos Interadministrativos n.º 89/2016, 90/2016, 91/2016 e 115/2017 e anexas à Proposta ao Executivo n.º 256/2020 - Transporte Escolar;-----**

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Aqui é um daqueles erros que acontece com o copy paste, ou seja, desta vez parece que nenhum de nós deu pelo erro, e efetivamente havia um valor comum para todas as Juntas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quando de facto isso não acontecia com estes transportes, portanto é a retificação desses valores que vem agora aqui.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de revogação das Adendas aos Contratos Interadministrativos n.º 89/2016, 90/2016, 91/2016 e 115/2017 e anexas à Proposta ao Executivo n.º 256/2020 - Transporte Escolar;-----

----- **3.11 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para Transporte de Alunos e Refeições;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “No fundo é alterarmos aqui estes contratos interadministrativos da delegação de competências do transporte de alunos e refeições com as Juntas de Freguesia, e tudo isto derivado ao COVID que, com a suspensão das aulas, foi necessário criarmos aqui toda uma logística para fazermos chegar as refeições, e naturalmente tivemos que nos socorrer dos contratos que tínhamos também com as Juntas de Freguesia para o transporte das crianças, uma vez que não executam os transportes, estão a ajudar, no fundo, o Município a cumprir este desígnio de fazermos e mantermos a possibilidade de fazermos chegar às crianças referenciadas, a alimentação neste tempo em que as escolas estão fechadas.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para Transporte de Alunos e Refeições. ---

----- **3.12 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Toponímia de Rede Viária da Freguesia de Macinhata do Vouga;** -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Conforme proposta que nos fez chegar a Freguesia de Macinhata, para desafetação de um caminho vicinal com origem na rua Nova, seguindo para norte, limitando a sua exceção pelo limite de área urbana definida, penso que o Senhor Presidente da Junta, se calhar, está mais especializado nesta matéria, mas penso que ninguém tem dúvidas.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Não foi simples compreender ao início, mas na realidade esta proposta está subdividida, a primeira respeita à integração no domínio publico municipal do caminho que irá integrar o domínio público e a segunda, então será a que respeita à toponímia, ou seja o nome que deverá ter a Rua.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Por princípio, os meus colegas no CDS, costumamos sempre seguir aquilo que é aprovado nas Assembleias de Freguesia, e a verdade é que tanto a Junta de Freguesia como a Assembleia de Freguesia, aprovaram a mesma coisa, portanto a Junta terá aprovado a toponímia e submeteu à apreciação da Assembleia de Freguesia, e diz-nos a ata o seguinte: *"Ponto três ponto seis - Atribuição do nome de rua no lugar de Macinhata, aprovação. Em relação a este ponto, foi colocado a votação a desafetação do caminho vicinal para posterior integração no domínio público municipal, tendo sido aprovado por unanimidade."*-----

----- De seguida, foi também votado por unanimidade o nome *"Travessa da Rua Nova"*, em Macinhata do Vouga, para o referido caminho." e diz a proposta da Câmara Municipal *"Adicionalmente foi sugerido o topónimo Rua das Limas, validado tecnicamente pela UT-SIG. Solicita-se a aprovação da proposta apresentada"*, nem sequer dizem quem é que sugeriu.-----

----- O que nós estamos a aprovar é o topónimo *"Rua das Limas"*, aliás se forem consultar a documentação, vão ver que está lá o mapa com a rua identificada *"Rua das Limas"*, mas a Junta de Freguesia, o topónimo que aprovou foi *"Travessa da Rua Nova"*, é o que consta na proposta feita pela Junta de Freguesia, consultem por favor a documentação que vos foi entregue, portanto, há aqui qualquer coisa que nós temos de perceber, qual é o topónimo? Porque sobre a integração no domínio público municipal, penso que estaremos todos de acordo, o problema é o topónimo. -----

----- Naturalmente que se a Assembleia de Freguesia quer o topónimo *"Rua das Limas"*, então o Executivo da Freguesia que submeta, a Assembleia de Freguesia que aprove, vem cá à Assembleia Municipal e a gente aprova. Agora, não podemos é estar aprovar *"Rua das Limas"* quando aquilo que foi aprovado é *"Travessa da Rua Nova"*, penso eu."-----

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques** - PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- *"Dizer-vos que foi efetivamente aprovado um primeiro topónimo com o nome de "Travessa da Rua Nova", que posteriormente o SIG nos referiu que não cumpria o Código Regulamentar, porque, como havia uma Rua Nova, não poderíamos dar o nome de "Travessa" porque já existia um topónimo com "Rua Nova". Foi-nos também dito pelo SIG, não sei se terá exatamente validade, que se fizéssemos numa reunião do Executivo, poderíamos manter todo o resto, alterar só o nome do topónimo, e nós fizemos uma reunião, no dia três de novembro de 2020, ponto único, em que diz que "O Executivo da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga, em resposta ao e-mail recebido em trinta do dez de 2020, proveniente do SIG, Águeda, afirmando que o nome atribuído "Travessa da Rua Nova" não cumpre o Código Regulamentar em vigor, decidiu por unanimidade atribuir o nome de "Rua das Limas" à rua, com início na Rua Nova..." mantém-se todo o resto."*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Se for necessário voltar à Assembleia de Freguesia, não tenho problema nenhum em voltar com o ponto à Assembleia de Freguesia.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Só para dizer duas coisas, acho também que isto deveria voltar à Assembleia, uma vez que foi lá uma vez, agora efetivamente a competência é da Assembleia Municipal, e aqui veio esta questão da desafetação, mas indiscutivelmente, uma vez que foi lá a primeira vez.-----

----- Só estou a dizer isto porque não é um erro processual dos técnicos do Município que fizeram a proposta, a legalidade estaria cumprida, agora, parece-me que eticamente, um a coisa que foi à Assembleia de Freguesia de uma maneira, deverá lá voltar, parece-me.-----

----- Senhor Presidente da Junta acho que vamos retirar esta proposta e vamos fazer as coisas dessa forma.”-----

----- 3.12 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Toponímia de Rede Viária da Freguesia de Macinhata do Vouga, **a proposta foi retirada.**-----

----- **3.13 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de cessação do Contrato-Programa N.º 248/2017 e da adenda 118/2019 e aprovação dos Contratos-Programa no âmbito da cedência de instalações do Centro de BTT de Águeda ao Clube de BTT de Águeda e ao Clube Desportivo Águeda Bike Friends;**-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “ O que nós temos aqui é uma cessação de um contrato, nós tínhamos uma associação que tomava conta do espaço, nós vamos revogar o contrato, até porque aquilo não correu muito bem, correto? Agora, vamos celebrar um novo em que juntamos a esta associação, que por ventura, pelo que parece, não se terá portado muito bem, pelo menos o protocolo não correu muito bem, uma nova associação que foi criada em novembro, é isso?-----

----- Não consigo perceber, por isso é que agradecia que me explicassem, porque se ele nasceu em novembro, ainda não anda, ainda está a gatinhar, portanto se estamos em fevereiro, a pretexto, não percebi do quê, a tentar trazer uma nova associação para misturar com a antiga, para fazer aquilo que a antiga devia ter feito, presumo que seja assim.-----

----- Naturalmente que, do ponto de vista estratégico, e porque me vão responder, gostava de perceber um bocadinho, nesta dinâmica e nesta área do desporto em concreto, em que ponto fica a chegada de uma nova associação a Águeda, que basicamente ficou domiciliada, tem sede na AIA, e que presta serviços também nesta área da formação, portanto empresta o seu esforço na área da formação, e no fundo entender um bocadinho qual é a estratégia do concelho para esta matéria em causa e perceber, naturalmente, dentro dessa estratégia, onde é que se encaixa este contrato e onde é que se encaixa também a associação recém chegada, que aproveito para cumprimentar e dar as boas vindas.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “As minhas dúvidas, apesar de partirem do mesmo ponto que o Senhor Deputado Carlos Almeida, pelo que estamos com alguma sintonia, com alguma correção, porque o contrato que agora se quer fazer cessar e por mutuo acordo. Parece-me que é um acordo das partes para fazer este contrato com o Clube de BTT de Águeda e que agora então querem fazer um novo acordo. São dois contratos, novamente, com o Clube de BTT de Águeda e também com este novo Clube Desportivo Águeda Bike Friends, que tal como aqui já foi referido, foi fundado em vinte de novembro, mas atenção, trata-se de jovens dinâmicos e muito mobilizadores do associativismo.”-----

----- Esta informação e esta referência “jovens dinâmicos e mobilizadores do associativismo ” faz constar da informação que é apresentada quer para o Executivo e que agora também consta da documentação desta proposta de deliberação, e desde logo, se o Senhor Presidente da Câmara nos conseguir concretizar em que é que se baseiam estas afirmações, o que é que deu origem a estas afirmações, porque nós não sabemos quem é, aliás não deixa de ser curioso porque de facto nas minutas dos contratos que são juntas, no que se refere a este novo Clube Desportivo Águeda Bike Friends, estão identificados os nomes dos representantes legais e que vão assinar o contrato com a Câmara, já não sucede o mesmo no que se refere ao Clube de BTT de Águeda, só diz que é o presidente da direção, podia até dar indicação, mas curiosamente não indica, não conheço as pessoas, mas como também só vem o primeiro e o último nome, a única coisa que gostava é que o Senhor Presidente da Câmara ou quem o Senhor Presidente indicar, nos viesse aqui concretizar estas afirmações “jovens dinâmicos e mobilizadores do associativismo”, sendo que estamos a falar de uma associação, recorde, criada ou fundada em novembro de 2020.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente vai prestar estes esclarecimentos.”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “Vou responder às duas questões porque isto só tem a ver com duas coisas, associativismo e pessoas para o associativismo. Isto não tem a ver com mais nada, a Câmara sempre trabalhou em parcerias com aquelas pessoas que estão à frente das várias associações e o que nós começamos a ver, cada vez mais, é que ao longo destes anos, na mesma associação, são sempre as mesmas pessoas, e quando me aparece uma equipa dinâmica, nova, pessoas que através da Divisão do Desporto, dizem que já estiveram incluídos em outras associações e que estão disponíveis para dinamizar aquele parque, nós temos que aceitar essa disponibilidade de espaço, portanto, isto tudo tem a ver com as dinâmicas que a Câmara tem em relação ao desporto.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A Câmara não tem quadros nem pessoas suficientes para dinamizar o plano desportivo que temos no concelho, é impossível, o que é que nós fazemos? Trabalhamos com aquelas pessoas todas que estão disponíveis, ano após ano, de contribuir para que isso seja uma realidade, isto é um caso muito concreto, temos uma associação nova, nós temos lá um espaço, cedemos para dinamização do parque de BTT.-----

----- A outra associação esteve durante um período com pessoas suficientes para dinamizar e cumprir um protocolo, que era o protocolo antigo, em conversa percebemos que eles não conseguiam ir fazer face ao mesmo protocolo, não havia condições para renovarmos o mesmo protocolo porque eles não iam cumprir, nesse sentido o que é que fizemos? Não prorrogamos o protocolo antigo e fizemos um novo, basicamente é esperar que estas duas associações, que estes jovens que estão no Clube Centro BTT, foi um investimento que foi feito pela Câmara e que a Câmara também espera que tenha alguma dinâmica, se concretize e portanto agradecer a estes jovens e a estas associações que fazem mais pelo desporto em Águeda.-----

----- Em relação ao Clube que veio e também para esclarecer que o novo clube que está em Águeda, que faz o projeto do ciclismo, algo que já era pedido há muito tempo, para fazer esta ligação da indústria, do desporto, de promoção daquilo que todos consideramos que somos líderes, ou que somos a referência a nível nacional e internacional, este clube, passou a sua sede a estar filiada em Águeda, nesse sentido cumpre os compromissos e as regras do plano de apoio da Câmara Municipal de Águeda. O regulamento está disponível para qualquer associação, daí este clube também ter tido os apoios já este ano, relativo às atividades que vai ter, isto ainda vai ser aprovado na próxima reunião de Câmara, portanto só aí é que será aprovado o apoio que pode obter este ano pelo Município, depois logicamente terá que comprovar com as respetivas despesas, faturas e recibos.-----

----- Aproveitava para deixar aqui um agradecimento muito grande ao nosso associativismo, a todas aquelas pessoas que se dedicam para que seja uma realidade, não só no desporto, mas em todas as áreas.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Senhor Vice-Presidente, só para ficar esclarecido e para ver se percebi, a informação que foi dada destas pessoas foi também através dos serviços da Câmara, foi isso? Ou seja, eram pessoas que conheciam.-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “Estavam ligadas a outros clubes e outras associações, aliás já tinham feito algum trabalho no Centro de BTT.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Isto em relação à nova associação?”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “Sim, em relação à nova associação”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com quatro abstenções do Grupo Municipal do PS, oito abstenções do Grupo Municipal do PSD e três abstenções do Grupo Municipal do CDS, a proposta da Câmara Municipal de cessação do Contrato-Programa N.º 248/2017 e da adenda 118/2019 e aprovação dos Contratos-Programa no âmbito da cedência de instalações do Centro de BTT de Águeda ao Clube de BTT de Águeda e ao Clube Desportivo Águeda Bike Friends.-----

----- **3.14 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio à ATIVAMAIS - Associação para a Promoção da Atividade Física, Saúde e Bem-Estar pela dinamização do Centro Municipal de Marcha e Corrida de Águeda;**-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “O projeto ATIVAMAIS é um projeto já muito conhecido, já foi aqui debatido, já foi falado também e a única coisa porque trazemos aqui é para não estarmos todos os anos a fazer um novo protocolo, um novo regulamento, trazemos aqui a plurianualidade, portanto é fazer com que possa ser revisto todos os anos sem ter que estar todos os anos a ir à reunião de Câmara, é um projeto que nós queremos manter”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Há apenas aqui algumas dúvidas que gostava de ver esclarecidas.-----

----- Na informação referente a este ponto, faz constar que há um aumento de três mil euros referente ao aumento de despesas na sequência da COVID, o que é que acontece? Este contrato se não for revogado pelas partes, renova-se automaticamente, nos anos seguintes: “*O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, terminando em dezembro de 2021, podendo ser automaticamente renovado por períodos de um ano civil se nenhuma das partes se manifestar em contrário*”.-----

----- Esperemos nós que a COVID não fique por cá durante muito tempo, ou seja, esta justificação para este aumento de três mil euros, no que se refere às despesas e que também, já agora aproveito para dizer, que era útil que também estivessem discriminadas, porque se esta associação vem justificar junto da Câmara Municipal que há de facto um aumento de despesas, certamente terá feito essas contas e saberá onde é que vai necessitar de gastar mais estes três mil euros, por isso talvez fosse útil, para nós tentarmos perceber onde é que estes três mil euros se vão gastar a mais, e depois ao haver renovação, ou seja, se passarmos por situações onde já não vai haver este acréscimo, o que é que vai acontecer a estes três mil euros que aqui fazem constar como justificação do aumento de despesas por força da COVID.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “ Dra. Carla, essa foi uma das razões e se lermos bem o que lá diz, é que tendo em conta a previsão da situação da COVID, mas não é só por causa da situação da COVID que aumentamos três mil euros, isto tem a ver também com a falta.., mas são períodos muito diferentes, vamos lá a ver uma coisa.-----

----- Nós há um ano atrás tínhamos este protocolo com trinta mil euros e as coisas serviam perfeitamente, no início de 2020 começamos a ter alguma dificuldade, até de pessoas, técnicos para dar as aulas, senti mesmo, havia necessidade de ter mais pessoas que quisessem fazer a prática da modalidade e neste caso ao serviço do Centro de Marcha e Corrida, pelo valor que nós estamos a pagar, que é o valor, salvo erro, de quinze euros a hora, agora, neste momento se calhar já temos outra situação, que é, mais desemprego, possibilidade de contratar técnicos um pouco mais baratos, isto quando foi falado com o Centro de Marcha e Corrida e com a associação, o que eles me disseram foi *“para continuarmos a fazer estes trabalho durante o ano todo, é necessário haver esta possibilidade de fazer o aumento de três mil euros”*, esta foi a abordagem, tendo em conta de que prevíamos de que nos próximos seis meses havia a situação do COVID, não só, mas consideramos que era uma justificação para poder trazer cá esta proposta.-----

----- Senhora Deputada, o que lhe quero dizer é que a ATIVAMAIS para continuar a fazer este trabalho, pediu este valor a mais, nós, a Câmara concordamos em ceder, mas uma das razões que realçou para que este ano..., pode chegar ao final do ano e nós achamos que não vale a pena renovar, portanto essa situação está mais justificada para este ano, para o próximo ano se sentirmos que há necessidade e que queremos continuar com o mesmo valor e queremos continuar o projeto da ATIVAMAIS e nesta caso o Centro de Marcha e Corrida, renovamos com o mesmo valor, se achamos que não, também podemos a qualquer momento acabar com ele e fazer um outro contrato, portanto, neste caso em concreto, e para este ano, decidimos colocar estes três mil euros a mais, não só por causa do COVID, mas tendo em conta que, para fazer face a que o Centro de Marcha e Corrida continuasse a ser feito e realizado em todas as freguesias, continuássemos aqui a trazer cada vez mais gente para a prática da modalidade de marcha e corrida, e não só, o papel que tem o Centro de Marcha e corrida não tem a ver só com a parte física, também tem a ver com a parte socializar, muitas das pessoas que andam no Centro de Marcha e Corrida procuram é uma forma de estar em conjunto, em grupo, portanto dessa forma também o bem estar psicológico, mas basicamente é isto, foi um acordo entre as duas partes, sentimos que este era o valor para dar continuidade ao projeto.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

-----“Senhor Vereador, estamos plenamente de acordo, a função que este desporto, esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Associação, desempenha no nosso concelho é da maior importância e é de importância tal que acho que de facto isto estando em vigor já há alguns anos e estando mais do que justificado o seu interesse, está desde 2014, faz agora sete anos, que existe esta parceria entre a Câmara Municipal de Águeda e esta Associação. Toda a gente sabe, ou pelo menos já ouviu falar que o valor não era suficiente. Muito sinceramente acho que não havia necessidade nenhuma de vir aqui, estar a culpar mais uma vez o COVID, acho que assumia-se de uma vez, os custos são superiores, não se consegue com o valor que estava definido, aumenta-se, pelo menos assumia-se de forma transparente.-----

----- Mas, para além disto, o que queria dizer e queria que ficasse aqui bem clara esta posição, é que reconhecendo a maior importância do papel que esta Associação em que esta atividade desportiva tem tido para uma série de situações em Águeda, e o Senhor Vereador já aqui referiu, e muito bem, ao nível da socialização, da saúde, enfim, tem uma importância enorme e uma importância que é estratégica para o concelho, ou seja, isto para dizer que, esta é uma função que devia também ser assumida pelo próprio Município sem necessidade, ou seja, já estamos a falar de um contrato com execução de há sete anos para cá, acho que esta podia ser uma função, uma atividade promovida pelo próprio Município no âmbito da sua atividade desportiva ou da promoção do desporto municipal.-----

----- Esta é apenas a minha posição, não queria deixar de aqui transmitir, quanto ao resto, obviamente que toda a gente reconhece a importância e a bondade desta Associação no concelho.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD;** -----

----- “Se me permite, uma primeira nota em relação a um assunto já discutido, mas a Junta de Freguesia de Macinhata também teve obras no Centro de Saúde e esqueci-me por desconhecimento de a mencionar, fica feita a retificação pretendida.-----

----- Em relação a este assunto, ouvi com atenção, tinha as mesmas notas que a minha colega Carla tinha, porque faltava a justificação, o Dr. Edson já deu a justificação, mas há uma coisa aqui, agora com a justificação que o Dr. Edson deu, que para mim não colhe, tenho alguma dificuldade em aceitar isto.-----

----- Nós temos uma Associação que presta um excelente serviço, e muito bem, e recebe um valor pelo serviço que presta, mas a determinado momento a Associação disse “Nós por este valor não conseguimos prestar o mesmo serviço, têm que nos pagar mais” e a Câmara, e muito bem, compreendeu esse tipo de situação e vai pagar mais por essa prestação do serviço. Acontece que esse serviço não está a ser prestado, porque o Centro de Marcha e Corrida não está a funcionar porque as pessoas não podem andar a praticar neste momento, não funcionou durante o mês de janeiro, não funcionou durante o mês de fevereiro e não sei se irá funcionar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

durante o mês de março.-----

----- Percebo muito bem que foi uma prática, e correta, desta Câmara de manter os pagamentos às Associações todas, os subsídios e os apoios, porque elas têm compromissos com os seus técnicos, com as suas pessoas, acho muito bem, foi uma boa prática que esta Câmara fez em relação a todas as instituições e associações que não puderam desenvolver a sua atividade normal e quanto a isto tudo bem, o que já não é muito admissível, e que então se o Município está a fazer um esforço enorme, as associações venham pedir mais dinheiro para estar a fazer nada, porque neste momento estão sem fazer nada, nesta atividade, os técnicos da associação dirão o seguinte: "mas nós não temos culpa desta pandemia" está bem, mas o Município é que não deve estar a pagar a mais por não se fazer nada, chego a esta conclusão depois do que o Dr. Edson disse aqui.-----

----- Na realidade isto não tem nada a ver com o COVID, embora lá venha, pode lá ter um ou outro pormenor, como disse o Dr. Edson, mas não tem a ver nada com o COVID, portanto, não é lógico neste ano de esforço, e não são os três mil euros que fazem a Autarquia mais pobre, mas é a imagem que nós damos e a mensagem que nós damos, não é lógico a Associação pedir mais três mil euros à Câmara por ano, quando a própria Associação sabe que, pelo menos dois meses já passaram, esperemos chegar ao final de março e a pandemia termine e a gente consiga fazer, porque a Associação faz um excelente trabalho nessa área, exigir mais um esforço à Câmara, parece que a Câmara está aqui sempre a acudir a todos e mais alguns.-----

----- Não vou votar contra a proposta, mas pedia que a Câmara olhasse para isto porque acho que não faz muito sentido o que esta Associação nos está a pedir nesta situação de pandemia, não faz lógica."-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- "É lógico que, agora estive a ler melhor a proposta e a forma como está.-----

----- Para já convido o Senhor Hilário a ver os programas do Centro de Marcha e Corrida que são feitos todas as semanas, quase todos os dias, dava-lhe um bocadinho de jeito, acho que o Centro de Marcha e Corrida e os técnicos continuam a trabalhar, a trabalhar conforme é possível nesta altura de pandemia.-----

----- Vamos voltar aqui um bocadinho atrás, a Câmara de Águeda não chega ao pé de uma associação, pedem trinta e nós damos trinta, está feito, vocês fazem o vosso trabalho e nós fazemos o nosso.-----

----- Esta Associação, durante o ano de 2020, tinha um contrato para cumprir, se fosse só cumprir aquilo que tinha contratualizado, não tinha havido nem metade das sessões que tiveram no Centro de Marcha e Corrida, porquê? Porque o COVID veio dizer que aquele aglomerado de pessoas que normalmente acontecia, já não podia acontecer e foi preciso meter mais técnicos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para reduzir o grupo, portanto isso vai voltar a acontecer, o COVID não vai desaparecer, nós sabemos que as coisas vão acontecer e nós vamos ter que alterar um pouco a nossa maneira de estar e uma das coisas que está prevista, isto tem tudo a ver com o COVID, primeiro 2020, uma Associação parceira, não tenho em nenhum lado nenhuma associação que vá só pelo valor, faz a atividade e só nos vemos de ano a ano, é claro que não, temos um projeto em comum e às vezes são eles que nos dão e às vezes é a Câmara que dá um pouco mais, e durante o ano 2020 foi preciso ter mais técnicos e os técnicos estiveram lá, forçaram-se e ajudaram a Câmara, e nessa altura também não vim aqui trazer à Câmara “deem-nos mais dinheiro senão não fazemos nada”, não é esse o papel da Câmara, acho que devemos essa parceria, logicamente se vai ser preciso, não vale a pena, é uma associação que é parceira, neste momento demos-lhe mais três mil euros, só por uma razão, sentimos que há necessidade e pode haver necessidade durante este ano de criar grupos mais pequenos e ser necessário ter mais técnicos.-----

----- Segundo, também vão aumentar e continuam a trabalhar, mesmo com esta pandemia, continuam a fazer algum trabalho, que é aquilo que toda a gente está a fazer, que é através das redes sociais, continuam a fazer as aulas todos os dias ou três ou quatro vezes por semana, os técnicos deslocam-se a um espaço de Águeda e gravam um vídeo para que as pessoas possam fazer em casa, individualmente, o projeto.-----

----- Trabalhamos sempre em parceria Hilário, e como tu disseste, e muito bem, uma das dificuldades e Deus queira que nós consigamos todos, com estes três pequenos mil euros e outros tais que nós temos vindo aqui a dar, que quando a pandemia passar, os nossos filhos possam ter um espaço para praticar o desporto, e para isso é preciso que as associações se mantenham, é preciso que as pessoas lá estejam, portanto vamos é esperar que quando isto abrir, possamos recolocar os nossos filhos na prática das várias modalidades desportivas que nós temos por este concelho.-----

----- Penso que esclareci de alguma forma o porquê de aumentar esses três mil euros.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com três abstenções do Grupo Municipal do PS, sete abstenções do Grupo Municipal do PSD e três abstenções do Grupo Municipal do CDS a proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio à ATIVAMAIS - Associação para a Promoção da Atividade Física, Saúde e Bem-Estar pela dinamização do Centro Municipal de Marcha e Corrida de Águeda;-----

----- **3.15 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do preço de venda de lotes no Parque Empresarial do Casarão durante o ano de 2021;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Trata-se daquilo que tem vindo a acontecer todos os anos, como sabem o Regulamento do Parque Empresarial do Casarão prevê um preço por lote de vinte e cinco euros o metro quadrado, como sabem, também, está a decorrer a revisão do Regulamento do PEC, que ainda não foi possível trazermos hoje a esta Assembleia Municipal, espero que na próxima seja possível, e, como tal, fazemos aquilo que sempre fizemos, que é propormos não os vinte e cinco euros o metro quadrado, mas quinze euros por metro quadrado.”-----

----- **Manuel Augusto de Almeida Farias** – PS; -----

----- “Não vou prolongar-me muito, mas preciso de fazer uma pequena introdução e não quero retirar a oportunidade de os colegas Deputados Municipais aqui presentes e membros da Comissão Permanente de Economia Finanças e Serviços Municipais, mas queria circunstanciar aqui um aspeto.”-----

----- A Comissão foi trabalhando até meados de novembro, com a participação de técnicos da Câmara Municipal, com a Vereação, também com o Senhor Presidente em algumas das reuniões e entretanto foram-se-nos deparando, o trabalho é minucioso e precisa de ser minucioso, estamos a falar do maior projeto, em muitos anos, em décadas, deste Município, e ele tem impacto imenso nos investimentos Municipais e tem um impacto que todos nós perspetivamos de muito significativo também no futuro deste concelho, não apenas no aspeto económico, mas muito particularmente também no aspeto ambiental e do ordenamento do território do Município e com todas as consequências que derivam para a área social, cultural, etc. É de facto a grande obra deste Município, nas últimas décadas e perspetivadas e projetadas para o futuro.”-----

----- Por isso, a Comissão tem sido cuidadosa e meticulosa a envolver muito trabalho de casa, como todos nós sabemos, em particular do nosso colega Miguel Oliveira, portanto, como disse há pouco, em meados de novembro, nós entendemos que precisávamos de suportes jurídicos, precisávamos de pareceres fundamentados que canalizassem uma questão fundamental e que tinha a ver, essencialmente, com dois aspetos, a interação e as dinâmicas de entre a aquisição e direito de superfície e a questão do preço metro quadrado, e a questão do preço metro quadrado e a questão superficialária entroncam em alguns aspetos como seja por exemplo, como é que se poderá fazer a reversão em caso de incumprimentos, como é que o Município poderá ter transparência nos processos de fixação e de concessão de benefícios, alguns investidores em relação a outros, eliminar aspetos de discricionariedade, efetivamente ser transparente que é uma matéria fundamental no investimento com esta envergadura e este impacto.”-----

----- Em meados de novembro, solicitamos que a Câmara pedisse um parecer à CCDR, sobre esta envolvente, particularmente nos aspetos jurídicos, nos aspetos da administração pública e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

da gestão da coisa pública de modo transparente e legal.-----

----- A Comissão suspendeu os trabalhos, ficamos a aguardar a chegada desse parecer competente, até que o tempo foi correndo, pensávamos, eu particularmente, pensava que ainda não teria chegado e de modo extraordinariamente legente e oportuno, um membro da Assembleia, Carlos Almeida, questionou diretamente os serviços municipais sobre: "então onde é que está o parecer, continuamos os trabalhos ou não?" E foi no início da semana passada que efetivamente nos foi remetido o parecer da CCDR, emitido em quinze de dezembro, e que só agora finais de fevereiro, após solicitação, nesse aspeto não percebemos o porquê "de guardar os pardais dentro da gaveta".-----

----- Este parecer da CCDR muda tudo e é demolidor para a teoria da venda abaixo do preço de custo, a questão fundamental, em minha opinião, que nos deve aqui reunir, é qual é efetivamente o preço de custo metro quadrado? Particularmente perspetivando-se, não só os investimentos passados, mas também como é que ficará a segunda fase do alargamento -----

----- Em minha opinião, não temos condições para hoje estar aqui, depois deste parecer da CCDR, a discutir o preço de quinze euros o metro quadrado, porque o único documento que fez estudos sobre o custo real, custo efetivo do metro quadrado no Parque Empresarial do Casarão, apontava qualquer coisa, na ordem dos vinte e cinco a trinta euros o metro quadrado, é um estudo que já vem, penso que, de 2015 ou 2016, ou mesmo anterior, e as coisas por magia de repente não se volatilizaram, não desapareceram, as infraestruturas criadas, as aquisições, os investimentos seguintes, nomeadamente a levar alta tensão perspetivando-se muita alta tensão para o Parque, depois disso já houve de facto outros investimentos, será o passo seguinte, não só da Comissão, mas de todos nós, qual é o custo real do metro quadrado? Porque o parecer da CCDR não deixa dúvidas que ele terá que ser respeitado.-----

----- Não quero tirar a oportunidade a que os meus colegas da Comissão venham também aqui relatar os seus entendimentos, as suas intervenções, eles que têm sido exemplares nas diligências e no estudo de casa e na forma dedicada que deve merecer o agradecimento de todos nós, desde já agradeço de uma forma geral."-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- " Eng.º Farias, muito obrigada pelos cumprimentos que me dirigiu, espero estar sempre à altura de os merecer.-----

----- Fez um excelente enquadramento daquilo que temos feito, sem pormenorizar naturalmente o trabalho que temos feito na Comissão, até porque muito do que nós fazemos na Comissão é uma troca livre e aberta de ideias, envolvendo também os membros do Executivo e os funcionários da Autarquia, portanto, muitas vezes, alteramos o nosso ponto de vista consoante nos chega a informação, essa informação é necessária, confesso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ainda não consegui analisar com a profundidade que me merece o parecer da CCDR, também é verdade que só tomei conhecimento dele a semana passada e também é verdade, devo dizer, que embora nos pudesse ter chegado mais cedo o parecer, até porque ele chegou a quinze de dezembro à Câmara Municipal, quero aqui deixar claro que, tendo em conta a forma como tem evoluído a pandemia, penso que nós devemos analisar estas questões com disponibilidade mental e com alguma frieza.-----

----- Pessoalmente, vou falar por mim, há um mês não teria a mesma disponibilidade para analisar este assunto, tão friamente como tenho agora.-----

----- Não estou a desculpar a Câmara Municipal pelo atraso, certamente haverá alguma razão para explicar o atraso, mas estou a dizer que, na minha perspetiva, na minha visão pessoal, até foi conveniente esse atraso.-----

----- Voltando ao assunto que aqui nos traz, esta proposta mantém uma redução de preço para aquisição de terrenos no Parque Empresarial do Casarão de vinte e cinco euros para quinze euros o metro quadrado.-----

----- O CDS concorda com o preço de quinze euros o metro quadrado até termos evidência irrefutável que o preço deve ser feito de outra forma, como ainda não tivemos essa evidência, entendemos que aquilo que se tem praticado se pode manter este ano, sobre maneira por ser um ano de pandemia, portanto estamos a favor do preço de quine euros o metro quadrado, isto sem prejuízo de hoje para amanhã chegarmos à conclusão que estamos errados e podemos mudar de posição.-----

----- Naquilo em que não vamos mudar de posição é na questão do valor do terreno, no caso das pessoas que fizeram contratos de cedência do direito de superfície e que querem adquirir o direito de propriedade sobre os terrenos. Há pessoas que, quanto me parece, receberam os terrenos com direito de superfície, pagando um euro por metro quadrado a cada ano.-----

----- Nos termos do regulamento, o valor total a pagar pelo terreno é de vinte e cinco euros o metro quadrado, ou seja, um superficiário que esteja há quinze anos a pagar a renda mensal de um euro por metro quadrado à Câmara Municipal, querendo adquirir o terreno, nos termos da formula que está no Regulamento, o que tem de fazer é pagar a diferença entre aquilo que já pagou, são quinze euros por metro quadrado, aquilo que falta pagar, são dez euros por metro quadrado, acrescido de uma taxa de três por cento, para o montante do investimento.-----

----- Aquilo que esta proposta nos diz e que aqui já foi debatido e votado e em que o CDS votou contra, é que passe a vigorar o preço de quinze euros por metro quadrado, para os superficiários que queiram adquirir o direito de superfície, e aqui nós não podemos concordar de forma nenhuma, votamos contra quando isso cá veio há dois anos e o facto de esta proposta estar contida naquela que faz baixar o preço da compra dos terrenos para quinze euros o metro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quadrado, vai inviabilizar o nosso voto. Ou seja, nós vamos votar contra esta proposta, temos mesmo de votar contra esta proposta, porque senão o que está a acontecer, como nós já alertamos uma vez, é que se o preço de aquisição do terreno para quem é superficiário for quinze euros por metro quadrado, isso significa que ao fim de quinze anos estará o investimento completamente pago, com as contribuições já feitas à Câmara Municipal anualmente, portanto, quanto muito haveria a pagar uma diferença de zero vírgula três por cento para se ficar na posse do terreno.-----

----- Isto é uma competição completamente desleal com o mercado bancário, a Câmara não é um banco. Se quiser pedir ao banco dinheiro emprestado para adquirir um terreno, tenho que cumprir as condições do banco, pagar os juros nas condições do banco, mas atenção, o banco para exercer a sua atividade tem de ter depósitos, tem que ter garantias de cumprimento, que à Câmara Municipal ninguém pede, tem que ter uma licença para atuar no setor, tem que fazer contribuições obrigatórias para o setor. A Câmara Municipal não tem que fazer nada disto, portanto, é absolutamente inadmissível que a Câmara haja como concorrente do mercado bancário, em tese, no caso concreto, lamento dizer-vos, além de inadmissível, penso que é perigoso. -----

----- Depois há outra questão, nós não encontramos nas discussões que temos tido, penso que tenho a liberdade de dizer isto, nós não encontramos nenhuma boa razão para manter o regime da atribuição do direito de superfície, em tese discutiu-se e estamos abertos a isso para continuar as discussões nesse sentido, poder-se-é admitir deixar esta figura em aberto para casos muito específicos que venham a aparecer, mas por norma, aquilo que deve acontecer aos terrenos, é eles serem vendidos e não ser cedido o direito de superfície, podem dizer, “pois, mas é exatamente isso que nós procuramos e portanto se reduzirmos o valor a pagar, com maior facilidade as pessoas que detêm neste momento o direito de superfície, vão passar a ser proprietárias e é um problema que desaparece”, é um bom argumento. O problema é a questão inicial, tendo em conta os valores que estamos a falar, a Câmara Municipal está para todos os efeitos a substituir-se à banca no financiamento da aquisição de terrenos por privados.-----

----- Resumindo e concluindo, estamos a favor da redução do preço de compra para quinze euros o metro quadrado, durante o presente ano, até demonstração de que isso não é regular ou é ilegal. Aquilo que não podemos aceitar é que não se pratique o preço de compra que está inscrito no Regulamento, no caso de um superficiário pretender adquirir o direito de superfície.”--

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- Em primeiro lugar porque o Eng.º Farias falou, e bem, do parecer da CCDR, só queria dizer que me parece, da leitura que fiz, por isso é que pedimos a cópia do questionamento, parece que uma leitura transversal, portanto levado à letra do parecer, torna qualquer Regulamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

impraticável, portanto à margem da lei, não sei se não vamos ter aqui um processo de esclarecimentos ainda bastante profundos, portanto sobre essa matéria preferia não entrar aqui, porque acho que não faz, neste momento, sentido.-----

----- Relativamente à questão do PSD entronca exatamente na do Miguel, porquanto nós no âmbito da Comissão, temos um entendimento generalizado que o direito de superfície só poderá ser aplicado em casos muitíssimo excecionais e, portanto, vindo a esta própria Assembleia e fizemos isto, e pensamos isto, penso que estarão todos de acordo para não o retirar logo porque pode haver um carácter excecional que o justifique, mas aquilo que foi o nosso entendimento é que ele não deve prevalecer, digamos, como um mecanismo de incentivo, se lhe quisermos chamar assim, no próprio Regulamento, aliás abordamos inclusivamente algumas questões, para as pessoas que nos ouvem lá em casa, que são muito administrativas legais, nomeadamente quanto a questões até de participação do próprio banco, das entidades financiadoras.-----

----- Urge realmente nós reformularmos o Regulamento e todos os dias que passem são oportunidades que se perdem, nomeadamente porque estamos a entrar num momento em que o nosso recado para os investidores também deve ser claro, como disse o Eng.º Farias, trazer transparência, trazer equidade, mas também trazer funcionalidade ao próprio Regulamento.-----

----- Neste particular, nós PSD entendemos exatamente como o Miguel, que estamos a abrir uma oportunidade que nós no âmbito da Comissão, já entendemos todos os que nela participaram e saúdo-os a todos, como uma questão que devemos fechar, portanto estamos a ser contraproducentes naquilo que são as nossas convicções.-----

----- O que sugeria ao Senhor Presidente, concordando que não há condições para não manter o preço dos quinze euros, que facilmente todos nós compreendemos, penso que era benéfico retirarmos esta proposta para aperfeiçoarmos, porque ela neste momento, penso, que não corresponde aquilo que combinamos.-----

----- Este é o repto que deixo ao Senhor Presidente, sem antes dizer que, tenho a consciência que este mesmo texto, esta mesma oportunidade de conversão direito de superfície foi aprovada no ano anterior, portanto o que já lá foi, já lá foi, penso que não devemos deixar espaço para incentivar durante este ano e nomeadamente até aprovarmos o novo Regulamento, oportunidade para que alguém, digamos, se sujeite a ele, e portanto nós entrarmos aqui em alguma negação daquilo que são os nossos princípios. Acho que fazia todo o sentido retirarmos, esta é a minha convicção, ainda vou mais longe, isto é uma convicção pessoal, o direito de superfície em lugar algum devia ser descontado ao preço de venda, mas isto sou eu, funcionaria sempre numa lógica de arrendamento, se nós lhe quisermos chamar, mas esta é a minha convicção pessoal, portanto deixo-lhe este repto, acho que fazia todo o sentido nós sermos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

coerentes com aquilo que andamos a discutir e portanto retirarmos esta proposta e trazê-la na próxima, de certeza que daqui a dias havemos de cá estar outra vez e não perdemos a oportunidade.-----

----- Já agora, deixamos este recado, que digamos é político, a manifestação de uma vontade de não querer ter este mecanismo de direito de superfície como base das nossas modalidades de venda.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Nós associamo-nos totalmente à proposta que aqui foi apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Almeida. De facto acho que o mais razoável seria mesmo retirar este ponto e refletirmos um pouco melhor sobre esta proposta, até porque de facto esta questão do direito de superfície e já foi aqui várias vezes falado, os anos passaram, as realidades alteraram, uma coisa é no início da implantação do Parque Empresarial, hoje em dia a realidade é outra, e acho que de facto seria a decisão mais sensata retirar este ponto, até porque este parecer, aqui já não estou tão de acordo com o Senhor Deputado Miguel Oliveira que costuma ser tão sensato e tão cuidadoso, acho que de facto enquanto não tivermos o preço definido, não devemos mesmo a todo o modo, aceitar que seja praticado este preço ou qualquer outro.-----

----- Por isso Senhor Presidente, subscrevendo a posição que aqui foi tomada entretanto já depois de me ter inscrito mas que não posso deixar de concordar, porque parece ser de facto a posição mais sensata e que melhor acautela sobretudo os interesses também do Município.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Primeiro agradecer desde já as palavras ditas, nomeadamente pelo Eng.º Manuel Farias, relativamente ao interesse do Parque e a todo o investimento que temos vindo a fazer, e tudo isto também para lhe dizer que temos mais uma boa notícia para Águeda e sobretudo para o Parque do Casarão.-----

----- Na próxima semana vamos fazer uma reunião com a ERSE e com a E-REDES, que agora é a nova designação dos Grupos da EDP, porque conseguimos que no Plano de Investimentos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, a ERSE, ficasse efetivamente previsto o investimento para a muito alta tensão no Parque.-----

----- Queria-vos dizer que é um processo que é o primeiro que existe em Portugal, portanto a forma e o modelo de financiamento desta forma de lá conseguirmos chegar com esta muito alta tensão é o objetivo claro desta reunião, que vamos ter na próxima semana, portanto não há dúvidas nenhuma que pelo facto de estar contemplado neste Plano de Investimentos para este ano é uma possibilidade muito importante, e portanto uma grande janela para podermos qualificar de uma forma completamente determinante, diria, completamente diferente e muito maior qualificação o nosso Parque, portanto é uma boa notícia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Depois queria-vos dizer que esta proposta é rigorosamente idêntica a tudo a todas as propostas neste sentido que têm vindo ao longo dos anos, desde que o Parque foi constituído e como sabem é no sentido de fazermos baixar os lotes.-----

----- Toda a discussão que temos tido, nomeadamente relativamente ao direito de superfície, com o qual estamos completamente alinhados, que fique aqui claro, nas diversas reuniões que temos tido com os diversos partidos, parece-me que temos vindo a estar alinhados e que efetivamente a questão do direito da superfície da forma como, diria que é complicadora, não mais do que isso, portanto estamos perfeitamente alinhados.-----

----- O que é que se coloca aqui? Neste momento se não aprovarmos esta proposta os preços dos lotes são vinte e cinco euros, e nós temos assuntos pendentes, gente interessada com assuntos pendentes para aquisição.-----

----- Há um desafio grande que temos aqui, que é o tentarmos ser céleres e rapidamente avançarmos com a proposta do novo Regulamento, esta proposta de preço valerá até que o novo Regulamento venha, e será o preço que sempre foi, é esta a questão que queria aqui deixar porque, muito sinceramente, não fossem os assuntos pendentes que temos, diria sem problema, paramos já aqui, mas a vida não pára, portanto deixo um bocado à consideração, naturalmente que não quero forçar aqui rigorosamente nada, isto é um assunto que é de todos, mas é isto que está em cima da mesa, desde já desafio a vontade de rapidamente avançarmos com o Regulamento e trazê-lo aqui, se possível, na próxima sessão, nem que tenha que se acelerar ainda mais, dizer-vos que o registo da informação que veio CCDR, foi feito a vinte e nove de dezembro, também é importante percebermos isso, mas independentemente disso, deixava aqui à vossa consideração esta possibilidade de retirarmos ou não.-----

----- Até podemos assumir aqui um compromisso que do ponto de vista pessoal, de que questões relacionadas com o direito de superfície, não lhe daremos o andamento a esse assunto enquanto não tomarmos a decisão, porque efetivamente há um reconhecimento de que aquilo que tem vindo a ser tratado na Comissão vai no sentido de mantermos a figura só para casos absolutamente excecionais, que terão que vir aqui à Assembleia Municipal, portanto parece-me correta esta possibilidade.-----

----- A questão do preço é mais complicado não fazermos a aprovação hoje.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS;** -----

----- “Senhor Presidente desculpe ter-lhe chamado a atenção de forma tão veemente, mas diz que esta proposta é exatamente igual às outras que vieram aqui nos outros anos, não é verdade, esta proposta é diferente das outras que vieram aqui nos outros anos, primeiro.-----

----- Segundo, só desde há dois anos para cá, é que o Município instituiu, que no caso específico da conversão, é um termo que não gosto de usar, da aquisição do direito de propriedade, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

superficiário, se aplicaria o preço de quinze euros por metro quadrado, isso só vigora de há dois anos para cá, o CDS votou contra, explicou, e deixou uma declaração de voto escrito, dizendo porque é que era contra e votou sempre contra esta disposição, como agora votará.-----

----- Não é verdade que esta proposta seja igual às anteriores, não é no texto sequer, e não é verdade que se vá praticar o preço que sempre se praticou. Se quiser dizer que nunca ninguém comprou a vinte e cinco euros por metro quadrado, os terrenos no Parque Empresarial do Casarão, enquanto superficiários, isso provavelmente é verdade, mas que o preço se alterou, alterou, foi em 2018, 2019 e 2020, portanto é de há três anos para cá que isto se verifica, antes não se verificava.-----

----- O Senhor Presidente diz que isto é imperioso, porque há compromissos assumidos. Senhor Presidente, simpatizo consigo, mas não sou jurista, já lhe disse que não tinha tido possibilidade de analisar com profundidade suficiente o parecer que nos veio da CCDR, mas tendo ouvido a Dr^a. Carla Eliana a falar sobre este assunto, não posso ficar indiferente e fingir que não ouvi aquilo que ouvi. Portanto, Senhor Presidente, apelo que siga a recomendação que foi feita pelo Deputado Carlos Almeida do PSD, que retire esta proposta porque certamente, se for necessário, fazemos uma reunião extraordinária da Assembleia, para o Senhor trazer cá este assunto, estarei sempre, como sempre estive disponível, virei cá mesmo só para me pronunciar sobre isto.-----

----- Agora, a proposta como está, vai ser chumbada pelo Grupo Municipal do CDS, isso é uma garantia que lhe dou.”-----

----- **Manuel Augusto de Almeida Farias** – PS; -----

----- “Sem dúvida que todos nós estamos disponíveis para um trabalho extra que for necessário para este assunto, como disse há pouco, ele tem um significado maior na sociedade e na vida, não só económica, mas também no ambiente, na área social, tem um significado maior para o nosso Município e a informação que vem veiculada no parecer, para ser devidamente analisada e entendida, carece de uma questão que o nosso colega Carlos Almeida já colocou, precisamos de saber quais foram exatamente os termos inquiridos ou solicitados ou pedidos à CCDR, porque ele ajuda-nos a contextualizar a resposta que a CCDR dá. Nós precisamos de a contextualizar muito bem para que não ocorra aquilo que também já aqui foi dito, que ela possa inviabilizar o funcionamento ou lógica de um Regulamento, que ela possa inviabilizar que haja uma política Municipal de incentivos ao investimento em determinadas condições e que essas condições impliquem por um ou outro motivo, por uma ou outra boa razão, por uma ou outra mais valia, por um ou outro retorno que se tenha, ter um preço inferior ao preço de custo o metro quadrado.-----

----- Liminarmente, tal como está exposto pela CCDR naquele documento, isso hoje não seria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

possível existir essa dinâmica Municipal de incentivo ou de atração aos investimentos. Portanto queria frisar esta questão e provavelmente somos capazes de criar males maiores indo agora a correr atrás de uma qualquer sangria desatada e tomar aqui uma decisão que afeta a transparência, não é no sentido pejorativo, mas nós para atrair investimentos investidores também precisamos que eles consigam planear a longo e a muito longo prazo, sabendo que podem contar do Município de Águeda, para que aqui se instalem ou que decidam não levar investimentos para outros concelhos.-----

----- Por outro lado, saúdo de facto a informação que o Senhor Presidente transmitiu que a E-REDES está disponível para investir e para trazer a muito alta tensão para o Parque porque vai dar condições de produtividade acrescidas muito interessantes, por outro lado gostaria ainda de adicionar que também são boas notícias as infraestruturas de acessibilidade ao Parque e deixar como exemplo de que o Parque Empresarial do Casarão, na sua máxima expansão, se deve afirmar por aspetos qualitativos e não apenas por aspetos quantitativos de um preço mais ou menos ao desbarato, porque ele, por esta via, poderá ser seletivo para atrair os melhores investimento, para atrair investimentos que possam ter mais significado em termos ambientais, em termos tecnológicos, em termos de empregabilidade, em termos da qualidade do emprego, de facto, compete-nos, também a nós, fazer com que estas boas notícias venham a ser convertidas num Regulamento que seja, também, ele próprio, convincente e que seja um Regulamento duradouro, sobretudo isto, ele se não for devidamente pensado e ponderado poderá não ser duradouro e esse poderá ser o pior serviço que nós prestamos para esta causa e para atrairmos os investimentos ao nosso Município.-----

----- Também acho que neste momento, e por poucos dias ou por poucas semanas, que não deveremos tomar um a decisão precipitada, votar algo que é precário que está claramente descontextualizado, os tempos em que os preços baixaram por metro quadrado, eram tempos em contraciclo, de alguma forma tinham uma contextualização global diferente: Poderemos dizer que os dias que vivemos e que nós esperamos que sejam o mais breves possível, de grandes dificuldades também aconselhariam que nós mantivéssemos preços mais convidativos, mas penso que nós não devemos tomar uma decisão precária nas circunstâncias em que conhecemos essa precariedade, e por poucas semanas podemos preparar um bom trabalho, podemos ter aqui um Regulamento adequado para o futuro de Águeda, e não para um momento qualquer, por mais urgente que ele seja.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares – PS;** -----

----- “Apenas para dizer que mantendo tudo aquilo que já aqui referi anteriormente, que não retiro uma vírgula, se de facto há alguma situação que esteja a aguardar ou que haja alguma perspetiva criada por parte do Executivo da Câmara Municipal, sempre poderá haver uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

possibilidade, de havendo uma proposta concreta, de ser apresentada uma proposta à Assembleia Municipal, para deliberação em concreto, sobre um determinado projeto que se venha a julgar relevante e de maior interesse para o concelho, por isso nada obsta a que possamos ter essa possibilidade também como alternativa, e por isso todo o resto se mantém como já tinha referido.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Queria-vos dizer o seguinte: a informação que tenho, e tenho aqui uma informação já minimamente elaborada, é de que, por exemplo, os quinze euros não é abaixo do preço de custo, portanto os custos que temos, tanto da primeira como da segunda fase, aliás com as obras da segunda fase vamos conseguir inclusivamente baixar o preço de custo por metro quadrado, apontam-nos para valores médios de treze oitenta e quatro o metro quadrado, portanto estamos a falar de catorze noventa e quatro para a primeira fase e doze e setenta e cinco da segunda fase, portanto estes valores já nos salvaguardam de alguma maneira e isto não falando no que se passa nos outros municípios porque efetivamente tudo leva a crer que todos estão a financiar, e de que maneira, estes parques por todo o lado. Segundo nos parece, e segundo o parecer da CCDR, que também não é líquido, parece que estamos todos aí a incumprir neste tipo de processos.”-----

----- Estou aqui a pedir informação, mantendo esta regra que estamos em sintonia, do direito de superfície, ficava mais tranquilo, para efeitos de venda os quinze euros, mas uma vez que não temos esta questão resolvida e porque se perspetiva inclusivamente a possibilidade de termos que fazer uma Assembleia extraordinária para assuntos que estão pendentes, vou retirar a proposta e com o compromisso de retirarmos o direito de superfície para estes valores, portanto Senhor Presidente retiro a proposta neste termos.”-----

----- Assim sendo, o ponto 3.15 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do preço de venda de lotes no Parque Empresarial do Casarão durante o ano de 2021, foi retirado.”-----

----- **3.16 – Apreciação da informação escrita do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente estarei disponível para qualquer questão”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Nas informações, vem na página quinze, requalificação dos escritórios do Instituto da Vinha e do Vinho, encontra-se em fase de elaboração do projeto, basicamente o que lhe pergunto é, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que é que se está a prever nesta requalificação deste escritórios concretamente?-----

----- Também, na página dezassete, parque verde na zona da Várzea, o parque ao pé do Mercadona, foi entregue a documentação em falta e a obra foi recebida provisoriamente, o que é que falta para estar aberto ao público?-----

----- Na última Assembleia falou-se aqui do processo da Jade, o Senhor Presidente dizia, “vou mandar analisar essas questões” falaram aqui várias vezes que se trata de uma empresa Tipo 1, deve ser fácil nós percebermos se é se não é, concretamente se mandou analisar, qual é o ponto de situação que temos? Porque ao lado continuam a fazer uma ampliação, penso que será uma ampliação da própria empresa e portanto para percebermos o que é que está a ser tratado visto que a população continua bastante inquieta.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares – PS;** -----

----- “Para além de também querer perguntar sobre a situação da Jade, porque de facto tem sido notório as obras de ampliação, aliás nós tivemos aqui há um bocadinho a discutir o Parque Empresarial do Casarão, não se compreende, havendo um Parque Empresarial tão perto, porque é que aquela empresa foi ali instalada, por isso queria também saber, Senhor Presidente da Câmara, quais foram as diligências que têm sido adotadas? E qual é o estado atual do processo?-----

----- Depois, o Senhor Presidente na semana passada não esteve cá, quer dizer, na passada sexta-feira, estava na Guiné-Bissau, aliás a acompanhar um projeto pelo qual tenho muita estima, nomeadamente pela Senhora Enfermeira Maria José, de quem sou amiga, de quem gosto muito, acho que o projeto que ela desenvolveu, o trabalho que ela tem feito no âmbito da Missão para a Humanidade faz todo o sentido. Mas Senhor Presidente foram onze dias, por isso tenho a certeza que para além deste projeto e que certamente terá valido essa deslocação, creio que o Senhor Presidente, até porque soubemos que há o aniversário dos vinte e um anos de geminação, que é sempre uma data extraordinária para se comemorar, já agora, gostávamos de ter uma informação detalhada, eu pelo menos, de que é que consistiu essa visita à Guiné-Bissau?-----

----- Depois, também, o Senhor Presidente como não estava foi referido aqui, embora por alto, a questão do projeto e do lançamento da obra, da empreitada, da futura ligação Águeda-Aveiro, muito embora esteja sempre referenciada como Aveiro-Águeda. Aliás esse assunto às vezes serve de piada, porque digo sempre Águeda-Aveiro e toda a gente diz Aveiro-Águeda. Queria saber o estado do projeto porque há um aspeto que me tem causado algumas dúvidas, que tem a ver com o traçado Senhor Presidente, se já está definido algum traçado, até porque depois o que veio a público recentemente, é que a obra que estava contemplada era a ligação a Perrães.-

----- Há uns tempos atrás cheguei a ligar-lhe para saber porque é que as informações que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

constavam das Infraestruturas, eram apenas essas, referentes à ligação a Perrães. Recordar-se dessa nossa conversa, foi na altura que os Deputados de Aveiro, eleitos pelo Partido Socialista, conseguiram introduzir essa obra no Plano Nacional de Investimentos, isto foi, salvo erro, em 2019, terá sido por abril, maio, na altura até lhe telefonei, chegou-me a ser enviada alguma documentação por causa desse projeto. Tudo isto para dizer o quê? Senhor Presidente era importante perceber, uma vez que o Senhor já cá está, claro que não queremos cometer nenhuma inconfidência, até porque parece que no dia quatro de março é que haverá alguma informação, haveria ou não um pacto de silêncio. O Senhor Presidente da Câmara de Aveiro diz que não dizia nada, aliás disse-o na Assembleia Municipal de Aveiro, que não falava nada, dia quatro de março é que se poderia falar sobre o assunto. Entretanto o Senhor Presidente da Câmara já veio dizer qualquer coisa sobre este tema, não sei o que é que o Senhor pode ou não pode dizer, mas se calhar era útil e uma vez que já falou, que nos possa pelo menos elucidar afinal qual é o traçado, o que é que está ou não está previsto nestas obras que são da maior importância para o concelho de Águeda.”-----

----- **Manuel Augusto de Almeida Farias** – PS; -----

----- “Serei breve, é uma questão muito direta e objetiva, li atentamente sobre a atividade do Município, do Senhor Presidente e dos restantes Vereadores, neste período, sobretudo à procura de um aspeto que acho que está em falta e procurar encontrar lá algures alguma indicação.”-----

----- Foi em fevereiro de 2018, que apresentei uma moção, que esta Assembleia adotou, com mais uma sugestão, que foi introduzida por parte do PSD e que foi votada por unanimidade e que até hoje não tem qualquer concretização, gostaria de vos deixar para memória porque o tempo esgota-se neste mandato, para que se concretize aquilo que foi aprovado unanimemente nesta Assembleia relativamente a Manuel Antunes Almeida, Edmundo Cardoso Fonseca, Valdemar Cardoso Alves, Horácio Alves Marçal, Joaquim Silva Pinto e José Júlio Ribeiro.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Eng.º Hilário, relativamente aos escritórios no IVV, no antigo edifício da vinha e do vinho, são alterações ligeiras, no fundo criar lá uma zona de apoio a todas as atividades que ali se desenvolvem, nomeadamente em termos de afluência do rio, dos desportos aquáticos, dessas coisas, não é nada de grande monta, no fundo é adaptação de escritórios para que funcionem como uns gabinetes de apoio para esse fim.”-----

----- Relativamente à questão do parque verde.”-----

----- O parque verde está pronto, foi entregue pelo empreiteiro, nós não o abrimos por uma razão muito simples, é entendimento dos nossos técnicos e não só dos nossos técnicos, até penso que é quase senso comum, que a forma como foi construído o parque, é um parque verde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

porquê? É um parque de estacionamento, é um parque verde, tem uma estrutura e uma sub base bastante drenante na parte de baixo e depois é consolidado com terra preta, terra vegetal, que depois dentro de grelhas que permitem o tal trânsito de veículos por cima. A sementeira da relva foi feita já numa altura de pré Inverno, portanto toda a gente percebe que temos tudo a ganhar se deixarmos fazer um enraizamento bastante eficaz daquela relva que está ali a nascer, portanto a durabilidade a seguir será muito maior. Por causa da questão do COVID, por uma multiplicidade de eventos que não foram realizados, porque não sentimos ainda a pressão necessária para poder abrir, estamos à espera que esta Primavera, que em breve vai chegar, nos vá ajudar a ganhar muito maior capacidade de resistência desse piso e sobretudo dessas ervinhas que vão nascer e que se vão enraizar muito melhor. É a única questão, não há outra, nós não temos qualquer tipo de desconfiança relativamente à solução que lá está, porquê? Porque conhecemos a qualidade do trabalho, sabemos é perfeitamente que depois, com a utilização intensiva por parte dos veículos, num piso daqueles, a exemplo de outras situações que nós conhecemos em outros lados, do mundo até, com situações idênticas, naturalmente que vai haver ali zonas que vão ser mais calcadas pelos carros e naturalmente com as plantas muito novas e ainda mal enraizadas, a capacidade da resistência que teriam seria muito inferior, é só isso, não sentimos pressa ainda de o abrir.-----

----- Da parte do parque, a única coisa que não está lá e que estamos num processo de aquisição, são dois limitadores de altura para impedir o trânsito de pesados para dentro do parque. Estamos neste momento em execução de um parque mais dedicado a veículos pesados, junto à estação de tratamento e evitamos colocar lá esses pesados, naturalmente que um veículo pesado, um camião TIR, fazer manobras dentro daquele parque vai causar estragos, não há dúvida, agora carros ligeiros estamos perfeitamente garantidos que não.-----

----- Relativamente à Jade, estivemos empenhados em tentar perceber a situação, marcamos inclusivamente uma outra vistoria, a essa vistoria não foram todas as entidades que deveriam ir e que foram convocadas, por causa destas questões de não presença, por causa do COVID, uma vez mais nos locais, há muita gente na administração pública a fazer tudo por videoconferência, ou melhor, fazem por videoconferência, por teletrabalho, e não estão disponíveis para aparecer presencialmente, e uma vistoria não pode ser feita de outra forma, aqui o meu lamento porque a vida não pode parar, nós com o devido cuidado, aqui a minha homenagem aos técnicos do Município e a outros que estiveram presentes, porque percebendo o risco, percebendo as regras que temos todos que manter, fazemos as coisas, acho que com segurança e é possível funcionar, portanto aqui precisamos rapidamente que as instituições funcionem.-----

----- De qualquer modo, o licenciamento é claro, a Senhora Deputada Carla Tavares diz, e muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

bem, que o Parque Empresarial ali, porque é que foram para ali, mas o que é facto é que é um direito que assiste aos donos dos terrenos nestes sítios. O nosso PDM permite que empresas até Tipo3, possam ali estar instaladas, aqui a questão que se colocava era a definição se é Tipo 3, se não é Tipo 3, e até agora não consegui ninguém que me dissesse que não é Tipo 3, é exatamente isto.-----

----- A outra questão, tivemos aqui um Senhor a dizer que aquilo tem um conjunto de análises, de cheiros e isto e aquilo, afinal de contas, a única coisa que aconteceu é que as análises de que dispomos mantêm os parâmetros que garantem toda legalidade e não temos ainda outras.--

----- Há aqui uma questão que é toda a perturbação que os moradores ali sentem, outra coisa é objetivarmos isto no sentido de podermos tomar medidas, percebam que encerrar uma empresa daquelas não é uma coisa que se tome de ânimo leve, não posso chegar ali e digo parece-me, não, tem que ser, é esta a questão e a única dificuldade que temos ou não, porque a empresa, muito provavelmente, é uma grande possibilidade é que esteja a funcionar adequadamente, até porque alguns produtos e algum tipo de práticas que lá estão, a questão da definição de Tipo 3 e Tipo 1, na legislação, desde há uma série de anos, tem a ver com as quantidades tratadas e não propriamente com o tipo de tratamento, portanto estamos a analisar e vamos continuar a analisar.-----

----- Fico muito contente por partilhar a mesma simpatia pelo projeto da MSH e outros que se realizam no território da Guiné. Dizer-vos que esta visita que fizemos foi naturalmente ponderada, é preciso coragem para ir numa situação destas e nós tive-mo-la porque há coisas que me incomodam significativamente.-----

----- Como vocês sabem depois da última visita que fiz à Guiné-Bissau passado pouco tempo, algumas semanas depois, houve um golpe de estado, e nestes países quando há um golpe de estado às vezes as coisas que estão para acontecer não acontecem a seguir, e o que é certo é que a construção da casa de acolhimento estava completamente parada, porque, por exemplo, a Câmara de Bissau não legalizava o terreno que foi adquirido e pago, portanto tínhamos que ir porque sei que há uma coisa que não pára neste mundo que é a necessidade daqueles que precisam realmente e quando falamos de necessidades, precisamos de ir a um país como aquele para percebermos efetivamente o que é que podemos e devemos fazer por este humanismo e humanidade que nos deve acompanhar.-----

----- Estou convicto que todos os Aguedenses que conhecem aquilo que lá se pretende fazer e aquilo que já se está a fazer naquele terreno ficam muito sensibilizados e felizes por o Município de Águeda poder partilhar e de alguma forma colaborar para que isto aconteça.-----

----- Tivemos contactos naturalmente com um conjunto significativo de personalidades da hierarquia do estado da Guiné-Bissau, nomeadamente o Senhor Primeiro Ministro, com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

Câmara de Bissau, com o Senhor Presidente da Câmara, e com outras entidades que também estão envolvidas, nomeadamente o Procurador Geral da República da Guiné-Bissau que tem uma simpatia e um carinho muito especial por este projeto e que naturalmente o acompanhará.--

----- Visitamos orfanatos, visitamos hospitais, identificamos e trouxemos trabalho.-----

----- E, para quem estaria preocupado, posso-vos garantir que se pretendesse fazer turismo, tinha facilmente escolhidos outros destinos.-----

----- Fomos à Guiné, agradeço a coragem de quem me acompanho, fomos absolutamente cientes do que é que íamos fazer, como é que nos deveríamos comportar, fizemos testes antes de ir, fizemos testes antes de vir, estamos aparentemente saudáveis, muito obrigado pela confiança e até pela falta que alguns sentiram por mim que naturalmente me emociona.-----

----- Relativamente à questão das estradas, aí temos um pacto, e , apesar de terem dito alguns jornais que nós dissemos, nós não dissemos, nós comentamos apenas o Plano de Recuperação e Resiliência, não dissemos quais são as soluções. De qualquer forma, penso que rapidamente é porque foi convocada hoje uma reunião extraordinária do Executivo para aprovação do acordo que temos entre três entidades, que são, o IP, a Câmara de Aveiro e a Câmara de Águeda, e posso-lhe dizer que, desde já o meu agradecimento sincero ao Senhor Ministro, Pedro Nuno Santos, desde a primeira hora que acreditei nele, disse-o sempre aqui, nunca tive dúvidas que iríamos fazer tudo para que isto acontecesse. Também ao meu colega, Presidente da Câmara de Aveiro, porque ajudou-nos, indiscutivelmente esteve do nosso lado e esteve igualmente envolvido neste processo e com o mesmo espírito, de fazermos parte da solução e não apenas reivindicarmos, e este acordo que vai ser aprovado na próxima semana, vem dizer exatamente isto preto no branco, é que efetivamente há um conjunto de três entidades, uma delas que é as Infraestruturas de Portugal e que é tutelada pelo Ministro, não há dúvidas nenhuma, que se envolveram de coração aberto e que fomos por aí fora.-----

----- O traçado é o traçado de Travassô, Travassô, Eixo, Eirol, Oliveirinha, Aveiro, vai terminar na rotunda da feira de março, foi esse que nós dissemos sempre que era o nosso traçado, não quisemos outro e é por aqui, a única diferença do projeto que foi aprovado, lançado a concurso no âmbito das auto estradas do centro, no tempo do Eng.º Sócrates, e que depois não foi nunca concretizado e que tinha só um traçado tipo porque era para depois desenvolver todo o projeto de execução, nunca chegou a ser feito, portanto não havia mais nada do que isso. Efetivamente esta estrada com o tal perfil de auto estrada que chegará a partir da A17, deixa de ser com passagens desniveladas e terá duas rotundas, é a única diferença que terá, não me parece que seja critico dizer não mais do que isso.-----

-----Relativamente à ligação de Recardães à 333 e 235, é a ligação daquele nó a Perrães, não faz sentido nenhum o nó estar ali cocho, é isso, não é uma obra de enorme envergadura, mas é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

uma obra muito útil.-----

----- A ligação de Águeda ao PEC, do Parque Empresarial do Casarão ao IC2, só para dizer que a Câmara, neste momento, tem o projeto absolutamente pronto e portanto também estamos prontos, logo que seja o PRR aprovado, a fazermos disparar a bazuca, neste caso.-----

----- Relativamente à questão da toponímia queria fazer uma solicitação, penso que até já terei feito em devido tempo. Ficava muito mais tranquilo com a participação de uma comissão desta Assembleia para a designação e para, no fundo, de alguma forma homenagear estas e outras pessoas que entendam por bem, portanto, Senhor Presidente, lanço este repto, se a Assembleia quiser, com a participação também da Câmara, nomear uma Comissão para analisarmos de que forma é que podemos e devemos homenagear um conjunto de pessoas que se calhar estamos todos em dívida para elas.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “É muito rápido Senhor Presidente, tem a ver com o processo da Jade.-----

----- Não consigo compreender uma coisa, não é intenção do Município fechar qualquer empresa, julgo eu, esse não é o nosso objetivo. As características para ser uma empresa Tipo 2, Tipo 1 ou Tipo 3, estão muito claras. As empresas Tipo 3 têm que ter abaixo de vinte trabalhadores e a potência instalada abaixo de noventa e nove KWA, é a informação que tenho, é a informação que vejo aqui escrita, podem não ser estas as condições, a questão que ponho é: a Câmara tem ou não condições de reunir com o empresário e de saber qual é o Tipo de empresa que lá está? -----

----- A Câmara consegue com certeza fazer uma vistoria ao próprio espaço e há com certeza técnicos na Câmara que conseguem verificar qual é o Tipo da empresa. Depois terá com certeza que ser alguém a vir fazer essa confirmação, mas a Câmara tem essa possibilidade e a partir do momento que a Câmara tem essa possibilidade, consegue-se saber qual é o Tipo da empresa e consegue a partir daí informar as autoridades sobre aquilo que é a sua posição, porque, até hoje, nós temos um conjunto de moradores que reclamam o Tipo da empresa, não sabemos o que é que o empresário diz e ponho aqui de boa fé o empresário como as pessoas, quanto a isso, não está em causa. Agora, nós não podemos andar aqui meses, meses e meses com as pessoas a discutir e a reclamarem e nós a dizer que não conseguimos fazer absolutamente nada, porque a Câmara tem obviamente, não tem o poder de a fechar nem nada disso, mas tem o poder de se queixar, de falar com as pessoas, de saber qual é o Tipo da empresa, se ela está bem ou se está mal, qual é o projeto de empresa para alterar, o que quer que seja, penso que é preciso haver um outro passo nesse sentido.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Esta perturbação e esta forma de sentir do Eng.º Hilário, acho que todos nós a sentimos, isto deveria ser uma coisa tremendamente objetiva e aparentemente... -----

----- A legislação anterior permitia fazermos uma coisa muito simples, que era pegarmos nesses elementos e parece que por aí era q.b., o que é certo é que a legislação alterou-se e já não são esses os elementos que é preciso recolher para percebermos o Tipo de indústria.

----- Já fizemos uma reunião inclusivamente também com o empresário, fizemos duas vistorias, e o que é certo é que continuamos com a informação de que é uma empresa Tipo 3, e aí as coisas complicam-se.-----

----- Percebam uma coisa, não acho, nem nunca achei, que os vizinhos da empresa se chatearam todos com aquilo e agora estão a fazer qualquer coisa de propósito, não, acho que há ali qualquer coisa que os perturbe, a nossa dificuldade é ter elementos indiscutíveis que nos permitam dizer isso, agir sobre eles, porque esta questão do parece que me cheira e depois mandamos lá vistoria que andam por lá, ouvi mesmo uma das técnicas que lá foi a dizer que andou mesmo a pôr o nariz dentro das tinas e que não.-----

----- Agora dizem-me o seguinte: "mas a vistoria foi marcada", pois foi, não pode ser feita de outra maneira, a Câmara não tem possibilidade de lá chegar à porta e dizer "quero entrar", percebam isto, ou seja, há aqui outras entidades de fiscalização que nós já pedimos o apoio, que têm outros argumentos para outras coisas, para o cumprimento ou incumprimento de determinados parâmetros, nomeadamente de substâncias químicas ou de outras coisas, que nós não temos ninguém competente nos nossos quadros e que também não é fácil porque também não posso ir ali, passo a publicidade, ao Cura Soares e dizer vá lá fazer uma análise à água, que não valia de nada rigorosamente, não posso fazer esse tipo de coisas e depois agir sobre a empresa com base no parece-me, portanto, nós precisamos efetivamente que um conjunto de entidades saiam de casa e venham exatamente ver ali o que é que se passa, mas têm mesmo que sair de casa, não há outra forma, portanto é isto que está aqui em causa.-----

----- Esta delonga e esta indefinição até por uma outra razão, este assunto só vai acabar para os moradores se lhes for dada razão. Imaginem que a empresa cumpre, como parece que cumpre, o assunto vai ter que ser encerrado da nossa parte, sendo certo que os moradores vão continuar a reclamar uma injustiça e vou dizer uma coisa que é do senso comum, com tanto sítio bom para construirmos empresas, foi logo ali que ela calhou, mas nós aqui, Câmara, não podemos impedir porque o proprietário daquele terreno tem o direito de o poder lá fazer e o direito é-lhe conferido pela lei e pelo nosso PDM.-----

----- Acho que expliquei tudo, não preciso de dizer mais, não há aqui nenhum compadrio de ninguém com ninguém, não há, nem pode haver e há aqui uma coisa que naturalmente nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

interessa defender, as populações em primeiro lugar, mas também não podemos agir contra a empresa e contra os funcionários de forma leviana e sobretudo que nos venha a causar problemas, porque viria com toda a certeza, se o Presidente da Câmara de repente dissesse “tenho queixas, fecho isto”, depois os queixosos, no momento de assumir responsabilidades, naturalmente que não estariam cá, é tão fácil quanto isto.”-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e cinquenta e quatro minutos, do dia um de março de dois mil e vinte e um, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: